

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC-SP**

**Alessandra Ferreira de Paiva**

**Nem corujas, nem morcegos: Trabalho noturno e monótono no  
capitalismo; uma contribuição para o serviço social**

**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social sob a orientação da Prof. Doutora Maria Lúcia Silva Barroco.

**SÃO PAULO**

**2010**

Banca Examinadora

---

---

---

## **SIGLAS**

CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas)

CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho)

CID (Código Internacional de Doenças)

CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidente)

CLT (Consolidação das Leis de Trabalho)

DLU (Departamento de Limpeza Urbana)

EJA (Educação para Jovens e Adultos)

GOS (Gerência de Operações e Serviços)

MST (Movimento dos sem terra)

MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)

OIT (Organização Internacional do Trabalho)

PCMSO (Programa de Controle Médico Ocupacional)

PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais)

PROGUARU S.A (Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos- Sociedade Anônima)

PT (Partido dos trabalhadores)

RH (Recursos Humanos)

SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto)

SESMT (Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho)

STAP (Sindicato da Administração Pública de Guarulhos)

SUS (Sistema Único de Saúde)

**“Sê poderes, olhar vê. Se pode ver, repara. Retrato do desmoronar completo da sociedade causado pela cegueira que aos poucos assola o mundo, reduzindo-o ao obscurantismo de meros seres extasiados na busca incessante pelo poder. Crítica pura às facetas básicas da natureza humana, encarada como uma crise epidêmica. Mais do que olhar, importar, reparar no outro. Só dessa forma o homem se humaniza novamente. Caso contrário, continuará uma máquina insensível que observa passivamente o desabar de tudo à sua volta.” (Saramago)**

## AGRADECIMENTOS

**“... é certo, se isso lhe serve de consolação, que se antes de cada acto nosso nos puséssemos a prever todas as conseqüências dele, a pensar nelas a sério, primeiro as imediatas, depois as prováveis, depois as possíveis, depois as imagináveis, não chegaríamos sequer a mover-nos de onde o primeiro pensamento nos tivesse feito parar. Os bons e os maus resultados dos nossos ditos e obras vão-se distribuindo, supõe-se que de uma forma bastante uniforme e equilibrada, por todos os dias do futuro, incluindo aqueles, infindáveis, em que já cá não estaremos para poder comprová-los, para congratular-nos, ou pedir perdão, aliás, há quem diga que isso é que é a imortalidade que tanto se fala...” (Saramago)**

Para todos aqueles que com suas idéias, atitudes fizeram me mover, muito além do pensamento, para escrever este trabalho. Sem estas oportunas contribuições, talvez, teria parado nos obstáculos de tão complexa tarefa. Meus profundos agradecimentos e carinho, pela quem sabe tão imortalidade:

A meu pai Aldivino, minha mãe Orony, por desde criança ensinar o respeito e a simplicidade como necessários... “como é grande o meu amor por vocês”.

Aos meus queridos irmãos Lourdinha, Aldinho, Ailton, por terem estimulado meu potencial crítico, contribuído com a minha educação e me ensinado a lutar por meus ideais. Espero, sempre, recompensá-los à altura.

Ao meu querido Nilton, pela contribuição, carinho e companheirismo durante toda finalização deste trabalho... quão valiosa é sua presença em minha vida.

Às minhas sobrinhas Lud, Lary e a minha cunhada Namy, sempre tão carinhosas, companheiras e acolhedoras. Obrigada por ser minha família em São Paulo.

À equipe de Saúde e Segurança da Proguaru, Artur, Priscila, Alecsandra, Graciete, Regiane, Rita, Jane, Eduardo, Monaliza, Andréia,... Cida (minha estagiária) Paulo Bevolo, pela contribuição nestes anos de trabalho e por me ajudarem a

acreditar na área de saúde do trabalhador como possibilidade de uma intervenção interdisciplinar. Sem a sabedoria e apoio de vocês não existiriam estas páginas .

À querida amiga Sônia, que em sua competente prática como psicóloga me ensinou o instigante caminho do tema saúde mental e trabalho.

À orientadora Maria Lúcia Barroco, pela liberdade que me concedeu para escrever este trabalho e o respeito às minhas idéias, fazendo que a elaboração destas páginas não se tornasse um fardo, mas algo prazeroso. Obrigada por ensinar o verdadeiro sentido do trabalho.

Ao professor Arnaldo Nogueira, pelas ricas contribuições na banca de qualificação, as quais me ajudaram a ver o trabalho dos agentes além de minha percepção de pesquisadora, meu respeito e admiração por seus conhecimentos.

À Márcia Farias, pela disponibilidade e afetividade, pela participação na banca e por compartilhar comigo as alegrias e angústias do tema saúde e trabalho.

À Capes, pela bolsa concedida, tão oportuna.

A Luiz Carlos Lima, que acreditou no meu trabalho na empresa, me apoiando em vários momentos e me incentivando a enveredar pelos caminhos acadêmicos.

Ao Josevaldo, por sua sensibilidade enquanto coordenador dos agentes de portaria, sempre disponível ao setor psicossocial... e a todos os funcionários do setor de agentes de portaria, pelo apoio disponibilizado para o cumprimento desta tarefa, meu muito obrigada.

À Vânia, do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, pela paciência e atenção demonstrada todo este tempo.

E por fim, especialmente, a todos os funcionários da Proguaru, pela rica contribuição à minha vida pessoal e profissional... eterna gratidão.

## RESUMO

“Nem corujas, nem morcegos: Trabalho noturno e monótono no capitalismo globalizado; uma contribuição para o serviço social”

Alessandra Ferreira de Paiva

A globalização econômica com suas transformações no mundo do trabalho acarreta o aumento do desemprego e a precarização dos vínculos. Dentro desta realidade, amplia-se o setor de prestação de serviço e o número de profissões exercidas em condições precárias. Cresce também a demanda por trabalhos desenvolvidos no período noturno. O exercício de tal jornada é visto como normal, porém esquecem-se de que os homens não são animais noturnos, logo precisam adaptar-se a tal horário, o que pode ser prejudicial à saúde dos indivíduos. A alteração do ciclo vigília-sono acarreta desgaste físico e mental. Muitas profissões noturnas já foram pesquisadas, contudo a carência de investigação sobre um trabalho noturno e monótono, como dos agentes de portaria, os quais exercem a vigília do patrimônio público, indicou a necessidade de pesquisar tal realidade. Nosso estudo teve como base os relatos desta categoria de funcionários da Proguaru S.A, empresa na qual trabalhamos como assistente social. Utilizamos pesquisa qualitativa e como técnica de coleta de informações a história oral tópica, a fim de avaliar a percepção que os referidos trabalhadores têm de sua profissão. O conteúdo avaliado mostrou o desgaste presente na atividade dos agentes de portaria e quais determinantes sociais influíram na escolha do cargo e aqueles que os levam a continuar exercê-lo. Ficou clara também a centralidade que o ato de trabalhar ocupa em suas vidas, indicando a necessidade de se pensar em políticas sociais que intervenham nos impactos causados por tal processo de trabalho.

Palavras chaves: Globalização econômica, trabalho noturno e monótono, agente de portaria, desgaste, serviço social

## **ABSTRACT**

"Not owls or bats: Night work and monotonous in the global capitalism, a contribution to the social service"

Alessandra Ferreira de Paiva

The economic globalization with its transformation in the workplace leads to increased unemployment and the precariousness of the bonds. Within this reality, increases the service delivery sector and the number of occupations in poor conditions. Also increases the demand for services developed during the night. The exercise of this journey is seen as normal, but they forget that humans are not nocturnal animals, just need to adapt to this schedule, which can be harmful to their health. Changing the sleep-wake cycle causes physical and mental problems. Many professions have been surveyed at night, yet the lack of research on a work night and monotonous, like the concierge staff, who carry on the eve of public property, indicated the need to search this reality. Our study was based on the reports of this category of employees Proguaru AS where we work as a social worker. We used qualitative research technique and how to collect oral history topical information in order to evaluate the perception that those workers have to their profession. The content of this wear was evaluated in the activity of agents concierge and social determinants which influenced the choice of office and those who lead them to continue to exercise it. It was also clear that the central act of the work occupies in their lives, indicating the need to think about social policies that intervene in the impacts of such a work process.

Keywords: Economic globalization, night work and monotonous, concierge agent, wear, social service

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>METODOLOGIA DE PESQUISA</b> .....	21
<b>1. PRIMEIRO CAPÍTULO: O HETERODOXO SENTIDO DO TRABALHO</b>	
1.1 QUAL O SENTIDO DO TRABALHO? .....	25
1.2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E MUDANÇA DO SENTIDO DO TRABALHO ...	36
1.3 A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A NOVA DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	47
1.4 PRECARIIDADE CONSENTIDA? .....	58
1.5 TRABALHO E EMPREGO .....	65
<b>2. SEGUNDO CAPÍTULO: PROCESSO DE TRABALHO E TRABALHO EM TURNO E NOTURNO</b>	
2.1 A SUPRESSÃO DOS RISCOS COMO FACE DA ALIENAÇÃO NO TRABALHO .....	71
2.2 O PROCESSO DE TRABALHO: RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO HUMANO...	75
2.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E TRABALHO EM TURNO E NOTURNO .	79
2.4 TRABALHO EM TURNO E NOTURNO FORA DOS PADRÕES DA “NORMALIDADE”? ...	88
2.5 O AGENTE DE PORTARIA E O TRABALHO NOTURNO E MONÓTONO ....	91
<b>3 TERCEIRO CAPÍTULO: A PROGUARU S.A E O PROCESSO DE TRABALHO DOS AGENTES DE PORTARIA</b>	
3.1 A PROGUARU COMO EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA PÚBLICA .....	95
3.2 PROGUARU S.A. ENQUANTO EMPRESA DE ECONOMIA MISTA.....	99
3.3 SERVIÇO SOCIAL DENTRO DA PROGUARU – BREVE ANÁLISE .....	102
3.4 O PROCESSO DE TRABALHO DOS AGENTES DE PORTARIA ATRAVÉS DE SUAS PERCEPÇÕES.....	113
3.4.1 HISTÓRICO LABORAL.....	113

3.4.2	CONDIÇÕES DE VIDA .....	117
3.4.3	PROCESSO DE TRABALHO E PERCEPÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TABALHO ...	<b>119</b>
3.4.4	PROCESSO DE TRABALHO E DESGASTE .....	125
3.4.5	CENTRALIDADE DO TRABALHO .....	133
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>140</b>

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....146**

**ANEXO A .....154**

**ANEXO B .....156**

**ANEXO C .....157**

**ANEXO D .....158**

**ANEXO E .....159**

**ANEXO F.....160**

**ANEXO G.....161**

## INTRODUÇÃO

**“Morcegos, sapos, cobras, lobos, corujas, gambás - uma infinidade de animais desperta para a luta quando a noite cai. Graças a atributos especiais, tomam conta de um mundo onde o homem vale pouco. (...) Desse fascinante e misterioso mundo noturno, os seres humanos estão virtualmente excluídos. Quando se aventuram numa floresta escura só conseguem ouvir algo, como o pio das corujas, o coaxar dos sapos, o cricrilar dos grilos ou os esturros de uma onça. Enxergar, então, nem se fala. É que os diurnos humanos não possuem os equipamentos corporais necessários para se movimentar na ausência da luz; portanto, dependem quase exclusivamente dos olhos, que funcionam à base de impulsos luminosos. Já os animais se valem de outras formas de investigação do ambiente, como cheirar, tatear, ouvir e degustar. No homem, esses atributos são precariamente desenvolvidos, se comparados aos bichos da noite. Também o sistema auditivo humano é inapto para captar os sons da noite.(...)” (Super Interessante, 1989)**

A referida citação comprova a idéia de que o ser humano, ao contrário de muitos animais, não foi feito para trabalhar à noite, porém esta realidade parece ser desconhecida pela sociedade, visto que muitas pessoas exercem suas profissões no período noturno, desconhecendo as conseqüências. Investigar tal realidade tendo como foco o processo de trabalho dos agentes de portaria, eis, aqui, nossa tarefa.

Sabemos que o ato de trabalhar, além de acarretar mudanças na natureza, ao produzir novos objetos, se constitui em um meio pelo qual o homem reproduz sua vida material e espiritual, estabelecendo sua socialização e capacitando-o a suprir necessidades e desenvolver qualidades. Amplia também suas relações com outros homens ao promover o intercâmbio entre estes, se constituindo sinônimo de sociabilidade.

Compartilhamos, neste trabalho, o pensamento de Marx e Luckács, segundo o qual o trabalho assume uma centralidade na vida humana, ao comportar um sentido ontológico, “ponto de partida da humanização do homem” (Luckács, 1984, p.57), sendo mediação necessária para mudar o mundo e si próprio. Como conseqüência é importante saber o caráter positivo de trabalho, já que no mundo atual, tal caráter parece estar esquecido ao tirar do trabalhador direito a exercer uma profissão ou resumi-lo ao sentido de manutenção de sobrevivência. Assim, existe a necessidade do serviço social considerar a centralidade desta categoria para compreender as relações que hoje se sucedem e atravessam sua prática

profissional.

Entender as mudanças no mundo do trabalho, no cenário atual, é desvendar a questão social, representada pelas desigualdades que perpassam o cotidiano da classe trabalhadora, que leva a mudança no sentido do trabalho e, conseqüentemente, nas suas condições materiais humanas, base de suas relações sociais.

**“A questão social, atual, diz respeito, ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a interdição do Estado, logo tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da propriedade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”. (Iamamoto, 2004, p.35)**

Portanto, a apropriação e a exploração são os eixos norteadores das relações no mundo do trabalho no capitalismo, reforçada pela banalização do que não é banal. O importante passa a ser estar no mercado, independente de que tipo de trabalho possua, a exploração é naturalizada.

O trabalho delinea a forma de ser, viver, sendo objetividade e subjetividade, logo ele mais que nunca precisa ser discutido pelo serviço social, principalmente em uma época, na qual a falta de trabalho e a precariedade, juntos, condicionam grande heterogeneidade da classe trabalhadora e de suas formas de vida. Estas, por sua vez, se constituem em nosso objeto de intervenção profissional.

As pessoas que não possuem acesso à propriedade privada e aos meios de produção, ficam à margem da sociedade com carência de direitos civis, sociais e políticos. Mesmo aqueles que exercem um trabalho, às vezes, o faz sem a menor segurança, colocando em risco a vida e ignorando seus direitos para sobreviver.

Sabemos que o serviço social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho, portanto concordamos com Yasbek (2004, p.48), quando defende “que tal questão se reformula e se redefine” no cenário contemporâneo. De acordo com o pensamento desta, mesmo sendo estrutural a questão social, assume novas configurações e expressões, dentre as quais são

destacadas: as transformações das relações de trabalho e a perda da proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulneráveis da sociedade.

Contudo, antes de lutar por direitos como pressupõe nosso Código de Ética é necessário compreender tais configurações, desvendar este cenário, identificando os dilemas atravessado pela “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2000a). Torna-se vital levantar questões novas que possam mostrar embates e vislumbrar soluções possíveis no cotidiano. Iamamoto (2001b) reforça a necessidade do assistente social decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas, sendo um profissional não só executivo, mas propositivo.

Baseado na postura de um profissional propositivo que busca ver além das aparências, resolvi investigar as relações de trabalho, tendo como foco o trabalho noturno e monótono exercidos pelos chamados ‘agentes de portaria’ na empresa Proguaru S.A. (Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos), na qual trabalhei há sete anos como assistente social no departamento de Recursos Humanos, que incluía o serviço de Medicina e Segurança do Trabalho (SESMT).

Esta empresa mista (99% das ações pertencem a prefeitura de Guarulhos e 1% a pessoas físicas) está localizada em Guarulhos. Atualmente, possui cerca de 4800 funcionários. Seu objetivo é a prestação de serviços ao município, como limpeza urbana, incluindo ruas, pavimentação e obras, construção, vigilância, limpeza dos próprios públicos<sup>1</sup> e fiscalização do espaço público através do setor de Zona Azul.

O SESMT conta com uma equipe multiprofissional formada por quatro técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança, um médico do trabalho, uma enfermeira do trabalho, uma assistente social, uma psicóloga e três auxiliares de enfermagem, além de dois auxiliares administrativos. O objetivo da equipe é zelar por melhores condições de trabalho, prevenindo acidentes e auxiliando a gerência com acompanhamento e pareceres em relação aos funcionários, no que se refere a seus problemas relativos à saúde e segurança,

---

<sup>1</sup> Próprios públicos são as instituições como escolas e postos de saúde que pertencem à prefeitura de Guarulhos e que a Proguaru S.A. presta serviços de limpeza ou vigilância.

como também manter a empresa em coerência com exigências legais tais como: PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico Ocupacional).

Além de elaborar projetos para prevenção a riscos no trabalho, a equipe também acompanha casos de acidentes e doenças, fornecendo suporte e orientação aos funcionários, por meio de atendimentos individuais. O Setor Psicossocial, dentro do qual se encontra o Serviço Social, é o local que mais recebe este tipo de demanda. Os funcionários comparecem por espontânea vontade ou mesmo encaminhados pelas chefias em razão de problemas no que se referem às condições de vida, trabalho e saúde.

Foi a partir destes atendimentos que começamos a observar, que a principal demanda se fixava em pessoas com problemas na área de saúde mental, principalmente dependência química e de álcool. Grande parte originava-se do Setor de Agentes de Portaria do período noturno. Este profissional tem por atividade primordial zelar pela vigilância de escolas e postos de saúde, através do controle de entrada e saída e orientações a munícipes, como também da vigília do patrimônio público, tanto no período diurno quanto noturno, trabalhando em escalas de 12x36<sup>2</sup>.

Uma porcentagem significativa das pessoas que assumem o referido cargo faz parte de um contingente excluído pelas mudanças operadas na nova gestão do trabalho, como também pelas exigências do mercado, conforme observei. Geralmente, jovens, mulheres e idosos que estavam desempregados ou com uma atividade informal. Muitos destes optam por trabalhar à noite, a fim de realizar 'algum serviço esporádico, nas folgas, para manter a si e a família.

Em meio à precariedade e a carência material, estas pessoas parecem pouco se preocupar com a natureza do trabalho a se realizar ou se este irá se sobrepôr aos seus limites físicos e mentais.

---

<sup>2</sup> Trabalham em dias alternados com jornada de 12 horas. Para cada 12 horas trabalhadas, tem 36 horas de folga

**“Na sociedade brasileira este quadro assume novas conotações particulares e mais graves, visto que ao desemprego, resultante de novas tecnologias, soma-se o persistente desemprego estrutural, as relações de trabalhos presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que passam a adquirir uma certa máscara de modernidade neste país”. (Iamamoto, 2001a, p.35).**

Muito vem sendo discutido sobre as implicações do trabalho noturno na vida das pessoas. A principal justificativa recai na dificuldade do corpo em se adaptar a este tipo de trabalho principalmente em razão do chamado ciclo circadiano<sup>3</sup>. Segundo especialistas, o corpo humano é diurno, feito para trabalhar durante o dia e descansar durante a noite, é o relógio biológico, que coopera para o repouso. A causa está ligada ao fato de existir um hormônio produzido no horário das 2 às 3 horas que é responsável pela sensação de sono, a melatonina. Quando o corpo fica exposto à claridade se rompe esta ‘rotina biológica’, logo seu cotidiano também é afetado.

Tal situação pode desequilibrar não apenas os aspectos físicos, mas psicológicos do trabalhador. Enquanto a sociedade está programada para o funcionamento diurno, estas pessoas são obrigadas a se prepararem para fazerem um caminho inverso.

Apesar das discussões aumentarem, esta realidade é vista de forma natural. Poucas são as empresas que possuem programas de prevenção e informação sobre os malefícios desencadeados por atividades neste horário específico e raras, as políticas existentes. Até mesmo a falta de discussão sobre tal tema, evidencia a fragilidade da organização sindical que, muitas vezes, não o coloca como prioridade em suas demandas.

Embora a constituição brasileira já assegure direitos, antes inexistentes, acreditamos ser necessário pensar em estratégias para dar visibilidade ao trabalho noturno e suas implicações no cotidiano do trabalhador. Em uma sociedade com

---

<sup>3</sup> Período de 24 horas que acontece durante o ciclo biológico do ser vivo administrando o ritmo fisiológico e psicológico, influenciando a vigília, a digestão, ritmo cardíaco e pressão arterial. Acontece neste período pela renovação das células ou queda e elevação da temperatura, o que interfere nas sensações humanas, podendo aumentar o cansaço e a fadiga. A ciência que estuda tais ritmos é cronobiologia. Para saber mais, ver Fischer (1989).

grande índice de violência e com a necessidade latente de preservação da Segurança Pública cresce a cada dia mais esta atividade. Por isso, a importância de repensar as inflexões deste tipo de trabalho na vida das pessoas.

Esta problemática precisa ser vinculada a um olhar de totalidade. É importante refletir sobre o olhar que o trabalhador possui para seu cotidiano, tendo como base sua percepção em relação à organização e às condições do seu trabalho. Muitas pesquisas têm sido realizadas sobre o trabalho em turno, enfocando os caminhoneiros, profissionais da saúde, policiais e operários de grandes fábricas, todavia é interessante analisar uma atividade que tem sido muito requisitada pelo mercado e assumida pelo trabalhador: a vigília do patrimônio.

Existe a carência investigativa de saber como se desenvolve o exercício de um trabalho sem aparente produção e sem claro esforço, que é agravada pelo exercício no período noturno. É interessante buscar fatores que potencializam a escolha por este tipo de profissão e o impacto dela na cotidianidade de quem o exerce como também seu significado. A tarefa principal do vigilante requer que ele supere os limites de seu corpo, pelo fato de simultaneamente ter que driblar o sono e ao mesmo tempo manter o estado de vigília. Além disso, os próprios trabalhadores a consideram como uma atividade monótona, onde a 'mente fica vazia', assim declaram que favorece a monotonia, por ser leve e não demandar esforço físico.

Acreditamos que levantar este tema é decifrar como o trabalho organiza seus fluxos na vida dos indivíduos que o exerce. Segundo nossa visão, são estimulados a assumí-lo em razão da escassez de trabalhos menos desgastantes e precários. Mediante a nossa prática profissional assumimos a hipótese de que este trabalho, que aparece como duplamente rentável aos olhos do trabalhador, ao conter o adicional noturno e possibilitar, ao dia, o exercício de outra atividade, leva ao desgaste<sup>4</sup>, por ser noturno, isolado e monótono.

Além desta hipótese formulada originalmente, acreditamos ser importante desvendar os reais motivos que os induzem a escolher tal profissão. Pressupomos

---

<sup>4</sup> Neste trabalho, o conceito de desgaste será baseado em Laurell e Noriega (1989) que o classifica como perda do potencial de exercício do trabalho

que esta escolha não acontece por afinidade com a profissão, mas sim por determinações originadas da política social e econômica que diminuiu as possibilidades e opções para inserção no mercado de trabalho.

A forma que se organiza o trabalho dos agentes de portaria, além de dificultar o encontro dos trabalhadores entre si, por exercerem a vigília sozinhos, os isola de suas famílias e da sociedade de uma forma em geral, já que a sociedade se move em outra rotina. Para nós este afastamento pode ser penoso ao comprometer suas relações sociais.

O serviço social precisa ir além do que está posto na realidade, principalmente na atual conjuntura, em que tal cultura nos leva a ver somente as aparências, tentando usurpar nossas capacidades de questionamento à cerca dos fatos. É importante reacender nossa capacidade crítica diante da barbárie que se coloca. Sua banalização pode parecer normal aos olhos de muitos, mas jamais deveria ser aos olhos dos profissionais de serviço social, formados dentro de uma concepção crítica com um projeto ético político que recusa a arbitrariedade e a injustiça social.

Neste quadro, a demanda ao Serviço Social deve ser analisada dentro das relações sociais, vinculando as questões do cotidiano profissional a uma ótica que assume a totalidade como seu leme. As queixas e as necessidades de nossos usuários não devem ser pensadas e supridas de forma pragmática, como um pronto atendimento, mas observá-las como influxos da questão social, mais que encaminhamentos e respostas imediatas, precisam ser estudadas e investigadas evitando a mediocridade e a abstração de nossa prática.

A questão social não pode ser reduzida a um mero problema individual, deve ser buscada suas origens, com modo a explicar e acompanhar os processos sociais, daí a necessidade do conhecimento das condições materiais e subjetivas. Com base na teoria crítica, a aproximação do universo do usuário é condição para que a ação profissional tenha impacto na realidade. O atendimento pode ser individual, mas sem nunca perder o 'olhar do coletivo'. As constantes queixas e encaminhamento dos agentes de portaria noturno nos levaram a ver tal realidade como passível de

investigação.

**“O trabalho realizado em Sistemas de turnos, fixos ou rodizantes, somente à noite, ou em horários irregulares, faz parte dos fatores psicossociais que interagem no processo saúde doença (...) embora as diferentes características da organização do trabalho provoquem distintas repercussões à saúde, as relações sócio-familiares e ao desenvolvimento do trabalho”. (Fischer, 1989, p.123).**

Acreditamos que o fato de não conhecer a realidade que sofre o impacto de nossas ações, como assistentes sociais, favorece uma postura passiva e sem consciência do profissional. O caminho investigativo exige uma inquietação e requer uma postura crítica que se constitui um verdadeiro desafio em uma época na qual a realidade falsamente se coloca como um veredicto final, ao exigir uma suposta conformidade.

Esta conformidade fica clara quando analisamos problemas sociais e problemas individuais, esquecendo da parcela de culpa do modo de produção nesta situação. Sentíamos, também, que analisar a questão social apoiando-se em análises estritamente estruturais fazia com que perdêssemos a singularidade que está na vida dos sujeitos.

Guiados por tal premissa nosso principal objetivo se calcava em tentar desvendar o universo objetivo e subjetivo destes trabalhadores como mediação necessária para entender o sentido e as mudanças que o trabalho de agente de portaria opera em sua vida. Para tanto, levamos em conta um tempo e espaço específico, ou seja, a mediação entre a profissão e as mudanças engendradas pela globalização econômica.

Este eixo analítico se fez necessário por entender que o serviço social, enquanto profissão, compartilha do processo de reprodução dos trabalhadores, ao participar de sua vida cotidiana dentro do ambiente da empresa. Toda esta relação entre serviço social /trabalhador/empresa se insere dentro do modo de produção capitalista.

Como percurso teórico, assumimos o trabalho, como categoria central de

nossas investigações. Observamos que cada época histórica trouxe consigo novas formas de trabalho<sup>5</sup> e, conseqüentemente, novas relações sociais. Assumimos a idéia de que as formas como os seres humanos produzem seus meios de existência expressam um modo de vida específico, em épocas e lugares determinados.

Baseados em leituras de Marx, Luckács e Antunes, no primeiro capítulo, resgatamos o sentido heterodoxo do trabalho, tentando compreender as transformações que o trabalho passou ao longo dos séculos, desde a época primitiva até chegar ao capitalismo, que trouxe consigo a mercantilização<sup>6</sup> das relações sociais.

Entretanto, para o foco de nossa análise, nos aprofundamos nas relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista<sup>7</sup> operado nos dias atuais, ou seja, pela globalização econômica. Desta forma, compreendemos que as modificações econômicas trazem novos aspectos da questão social, tendo como uma de suas principais conseqüências a transformação das relações de trabalho que leva à precarização dos postos de trabalho e à fragilidade dos vínculos empregatícios.

No segundo capítulo “Processo de trabalho e trabalho noturno e em turnos”, consideramos o trabalho noturno como uma estrutura de organização de trabalho que traz riscos à saúde física e mental. Assim, percorremos um caminho desvendado como o processo de trabalho se desenvolve e os impactos que ocasiona nas vidas das pessoas. Primeiramente, mostramos como os princípios de trabalho, saúde e segurança parecem ser ignorados pelo próprio trabalhador em detrimento do receio da perda e da inexistência do trabalho.

---

<sup>5</sup> Na época primitiva as pessoas produziam apenas para subsistência, com o tempo veio a agricultura, a manufatura e o excedente da produção, acontecendo as trocas. Depois da época do feudalismo, vieram os burgos, evidenciando relações mais mercantilizadas, até atingir um sistema capitalista de produção. Contudo este processo não é linear, ele deriva da necessidade humana

<sup>6</sup> Na qual o trabalhador não tem acesso ao que produziu, negando suas aptidões e causando um estranhamento, em relação ao produto de seu trabalho e a si mesmo

<sup>7</sup> Netto (apud Barroco 2008) afirma que um determinado modo de produção envolve as forças produtivas que congregam os meios de trabalho, ferramentas, instrumentos, instalações, etc; assim como a terra, os objetos de trabalho, (matérias brutas, ou já modificadas por ele que o homem utiliza para trabalhar) e força de trabalho que se constitui na energia humana empregada no processo de trabalho, (com o uso dos meios de trabalho) para transformar os objetos de trabalho úteis em termos de necessidades sociais. O desenvolvimento das forças produtivas implicará em formas peculiares de relação entre os indivíduos na história da humanidade

Esta conjuntura os leva a trabalhar em quaisquer condições, inclusive no trabalho noturno. Desta forma, nos baseamos nos conceitos de “monetarização dos riscos” Silva (1994) e “alienação” Marx (1983). Consideramos o trabalho noturno como uma forma de organização do trabalho que pode culminar na deterioração da saúde. Logo nos apoiamos em Laurell e Noriega (1989), que afirma que capital possui um modo singular de trabalhar e se desgastar, gerando alguns tipos de doença.

Portanto nos baseamos em referenciais que compreendem a dinâmica do processo de trabalho no capitalismo como relação de exploração, que leva ao desgaste, entendido como “perda da capacidade potencial ou efetiva corporal e psíquica do trabalhador” Laurell e Noriega (1989). Posteriormente apresentamos o trabalho dos agentes de portaria como uma forma de prestação de serviço e uma atividade em expansão na época atual.

No terceiro capítulo falamos sobre a Proguaru S.A. e a prática do serviço social, indicando a necessidade de um trabalho interdisciplinar que assuma um projeto ético político comprometido com as melhorias das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Finalmente, mostramos também a pesquisa realizada com os agentes de portaria, a qual evidenciou a realidade do exercício da profissão vista sob a ótica dos próprios profissionais, indicando a contradição de prazer e sofrimento que permeia o processo de trabalho do qual fazem parte.

Com este trabalho, compreendemos que defender direitos pode ser uma das competências do assistente social, que atribui ao profissional um perfil mais executivo, entretanto, ao conhecer a realidade destes sujeitos, ampliamos nossa visão crítica o que instiga o desejo de luta. Temos a convicção de que este é o caminho de um profissional propositivo: conhecer para entender, entender para defender.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

O estudo em questão tem como objetivo investigar o modo de ser e de viver do agente de portaria relacionando-os com as mudanças trazidas pelo mundo do trabalho, tentando também expressar a centralidade que esta profissão possui em sua vida. A profissão se insere na modalidade de prestação de serviço e apresenta tendência crescente na atual fase do capitalismo, principalmente no período noturno.

Sabemos que tal crescimento está intimamente ligado ao contexto histórico, pois cada período compreende modalidades distintas de organização de trabalho. Partimos do pressuposto de que as condições de vida de um determinado grupo social está diretamente ligada ao lugar que ocupa no processo de produção, com acessos diferentes a bens e serviços, daí escolhermos a categoria trabalho como temática eixo desta pesquisa. Conhecer o modo de pensar e de viver, como também as determinações sociais que levaram às pessoas a escolha da profissão e as mudanças que seu exercício trouxe em suas vidas é compreender tal universo pela ótica de quem o vivencia.

Após a escolha do objeto de investigação, fez-se necessário estudar esta realidade além de uma visão quantitativa. Na nossa percepção, o social é considerado qualitativo, uma vez que as condições de vida e de trabalho caracterizam as formas pelas quais as pessoas pensam, sentem e agem. Logo, é essencial compreender as determinações sociais que regem a vida dos sujeitos.

Consideramos tais sujeitos como um “ser social” ( Luckács, 1984) os quais sofrem influência da História modificando sua forma de ser e de viver, interagindo com a realidade de maneira dialética. Portanto, vimos a necessidade de compreender o trabalho, com a gama de significados atribuídos por quem o exerce. A pesquisa de natureza quantitativa até indica dados importantes, porém não revela a fundo o significado de suas falas.

Acreditamos que a narrativa dos agentes de portaria possibilitou conhecer aspectos de seus projetos, de suas necessidades e as estratégias que utilizam para o exercício da atividade, como também os motivos que os levaram a optar por ela. Assim buscamos compreender seu processo de trabalho, suas condições de existência e como se articulam com as determinações sociopolíticas e econômicas condicionadas pelo atual estágio do capitalismo.

**“A metodologia qualitativa apreende o social como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem comum ou fala é a matéria prima desta abordagem, isto é a fonte de análise ao ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais.” (Minayo, 1992, p. 23)**

No que se refere à escolha do instrumento de coleta de dados sabemos que coexistem técnicas distintas para coleta de relato oral, dentre elas, as entrevistas individuais ou coletivas, a história oral, a autobiografia e a biografia.

Segundo Minayo (1992, p.76), “a entrevista é o momento em que o pesquisador recolhe informações, que podem ser de natureza objetiva e subjetiva, através da fala dos atores sociais”. Já a história oral<sup>8</sup> pode ser utilizada por diversas causas, como, por exemplo, quando inexitem informações a cerca de um determinado objeto ou quando precisamos entender como um grupo específico encara suas condições de existência, desta forma:

**“A história oral tem como objetivo captar a experiência efetiva de um ou mais narradores sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo, mas também recolhe destas tradições, mitos crenças existentes no grupo, indo além do caráter meramente individual e tentando apreender as relações existentes no interior de uma determinada coletividade, valores comportamentos, ideologias e relações coletivas.” (Queiróz, 1987, p.25)**

Na autobiografia, o entrevistado relata sua própria existência, enquanto a biografia é a modalidade pela qual o escritor analisa e redige a história de vida dos sujeitos. Já história de vida é uma das modalidades de pesquisa mais utilizadas, uma vez que estimula narrativas livres, fazendo com que o sujeito conduza a trajetória de sua fala, levando o entrevistado a refletir sobre o seu cotidiano.

---

<sup>8</sup> Queiróz (1987) considera história de vida como parte da história oral, postura da qual compartilhamos

Minayo (1992) explica que existe a história de vida completa e a tópica. Nesta última, apesar de estimular a narrativa livre, o pesquisador é quem determina o tema e, conseqüentemente, tenta impor limites, quando necessário, para não fugir ao objetivo. Alguns autores também a classificam como depoimento.

Outra técnica também utilizada em parceria com a história oral é a observação participante, em que se estabelece relação direta com o objeto, dentro de seu próprio contexto, extraindo características e peculiaridades da realidade investigada.

Portanto, a necessidade da investigação emergiu do desejo, enquanto profissional e pesquisadora, de entender como os agentes de portaria noturnos compreendiam seu trabalho, suas condições de vida em um período em que há escassez de empregos, vínculos precários e deterioração da qualidade de vida e hipervalorização do trabalho de carteira assinada. Por outro lado, a falta de bibliografias sobre o objeto de estudo e o curto prazo que dispúnhamos para realizar a pesquisa nos fez optar pela história de vida tópica, como instrumento adequado.

Para o desenvolvimento do trabalho em campo, iniciamos nossa pesquisa a partir dos indicadores sociais, de entrevistas de desligamentos feitas no Setor Psicossocial e de dados da Medicina e Segurança do Trabalho da Proguaru S.A. Também lançamos mão dos vários acompanhamentos de casos por nós realizados, considerando esta etapa como uma observação participante, ao interagir diretamente com a realidade dos entrevistados.

Assim, com base nestes indicadores epidemiológicos e sociais e na percepção crítica que construímos, selecionamos pessoas com faixas etárias diferenciadas, com muito ou pouco tempo trabalhado na empresa, algumas se afastaram pela previdência, outros não, tentando obter uma amostragem diferenciada e qualitativa.

Para delimitação do número de entrevistas, foi utilizado “o critério de exaustão ou saturação”, segundo o qual “o pesquisador efetua entrevistas em número suficiente para garantir certas reincidências de informações, garantindo um máximo

de diversificação e abrangência para a reconstituição do objeto no conjunto material verificando assim a formação do todo” (Minayo, 1992, p.33). Seleccionamos quatro funcionários com os seguintes perfis:

- 1- Agente de portaria admitido há menos de 1 ano com idade acima de 50 anos;
- 2 - Agente de portaria admitido há mais de 5 anos com idade acima de 30 anos;
- 3 - Agente de portaria admitido há mais de 5 anos com idade acima de 30 anos que; tenha apresentado algum problemas de saúde mental ou sido vítima de acidente;
- 4 - Agente de portaria feminina admitida recentemente;

Posteriormente, colhemos o relato destas pessoas. Entendemos que cada fala é determinada por um contexto histórico, temporal e cultural. Portanto, a linguagem de um indivíduo é a representação de um grupo, tendo um papel simbólico que simultaneamente é revelador de outros símbolos como valores e condições sociais.

Desta forma, elaboramos um roteiro com base em tópicos (ver anexo A), alicerçado pelo referencial teórico crítico no qual nos baseamos para estudar o trabalho e sua representatividade para este grupo. O nosso leme se fixou em sua realidade objetiva de trabalho e de vida, cenário no qual eles objetivam o subjetivo<sup>9</sup>.

Partimos da hipótese que a escolha deste tipo de trabalho é condicionada pelas relações sociais de produção na era globalizada e que se constitui em um trabalho precário, causador de desgaste ao atingir suas condições de vida e de saúde. Para tanto, analisamos o processo de trabalho ao qual estão submetidos considerando este um espaço contraditório que, ao mesmo tempo em que serve ao capital, pode ser espaço da emancipação e criação de novas realidades pela classe trabalhadora.

---

<sup>9</sup> Nunca nos esquecemos de que homens são os produtores de sua consciência. Todavia, consideramos que as circunstâncias sociais em que ela é produzida ultrapassam sua subjetividade. Assim, suas escolhas, seus modos de vida não acontecem sem influência social, que ultrapassam o desejo do indivíduo singular, evidenciando sua generacidade.

# 1. PRIMEIRO CAPÍTULO: O HETERODOXO SENTIDO DO TRABALHO

## 1.1 QUAL O SENTIDO DO TRABALHO?

**“É pura ficção pensar que o trabalho possa ser desprovido de sentido dentro do trabalho e que nossa vida possa ser provida de sentido fora do trabalho.” (Antunes, 2005, p.38).**

Quando pensamos em trabalho um misto de sentimentos contraditórios podem vir à mente. Em uma sociedade quando as pessoas são apresentadas após indagar sobre o nome, a pergunta seguinte se refere a qual trabalho o outro desenvolve. Ele parece estar incorporado à identidade do ser humano, como se fosse seu sobrenome.

Em muitos idiomas, o verbo “trabalhar” possui mais de um significado, em português, a palavra trabalho não se diferencia do termo labor, que em outras culturas o denomina como desgaste e cansaço. Trabalhar ou laborar pode tanto significar uma atividade que conceda visibilidade social, prazer e liberdade como também o esforço cotidiano, invisibilidade e desprazer. No mundo atual, muito se fala sobre a centralidade do trabalho na vida das pessoas, conforme evidencia a reportagem da Veja (2009), que demonstra que a felicidade humana parece estar calçada nesta categoria:

**“Se o trabalho assumiu essa importância central em nossas vidas, é natural que não nos contentemos somente com que ele nos traz. Nós sempre soubemos que o trabalho é ação, transformar matéria em objeto, tarefas em serviços. Hoje nos preocupamos também com o que ele faz de nós, como ele nos transforma.” (Cohen e Cid, 2009, p.66)**

Assim, para nós, o trabalhar pode ter significados contraditórios. Apesar das ambivalências do termo, o trabalho coexiste com a humanidade. Existem várias concepções sobre o ‘trabalhar’, que remetem ao seu lado positivo ou negativo.

Segundo Albornoz (2004, p.35), “os mitos sobre o esforço do homem em busca de seu sustento moldaram preconceitos das diversas culturas e épocas.”

Logo, muitas destas idéias podem ainda influenciar nossos preconceitos sobre o ato de trabalhar, dentre estas, aquelas originárias da cultura greco-romana e da cultura judaico-cristã.

Os gregos diferenciavam os tipos de trabalhos realizados tendo por base quesitos como a natureza da atividade e o objetivo para o qual se dirigiria. O trabalho realizado na terra era visto como uma conexão com a divindade, seu objetivo não seria somente transformar a natureza, mas ligar o homem ao místico. Já o trabalho do artesão, apesar de ser uma criação, era classificado como meio de subsistência. Assim, perdia o valor por ser sinônimo de necessidade e servidão, porque sua criação era direcionada a um terceiro que dele usufruiria. Portanto o artesão não era livre para criar conforme sua vontade<sup>10</sup>.

Para os gregos, o ato de trabalhar deveria se sucumbir apenas ao próprio sujeito, sendo a produção uma mera coadjuvante. Nesta percepção o homem só age livremente quando sua ação não cria nada além de si mesma, quando não se tem um produto material visível, que os indivíduos não dependam dele para se manter, nem mesmo o próprio criador.

Na concepção Aristotélica, o trabalho, quando não realizado para ganho pessoal nem para troca ou quando não destinado à sobrevivência, gerava vínculos sociais. No entanto, se fosse para sobrevivência isto não aconteceria. Para os greco-romanos, as atividades políticas e artísticas voltadas para auto-realização eram geradoras de liberdade, por proporcionar um desprendimento da obrigação de produzir.

Todavia, o trabalho submetido as necessidade era contrário à liberdade. Esta visão imprimia um preconceito ao trabalho voltado à produção, já que só haveria liberdade no trabalho intelectual. Assim qualquer outra atividade seria considerada sinônimo de servidão e humilhação. Esta concepção já influenciava nas relações

---

<sup>10</sup> Estas concepções eram baseadas no pensamento Aristotélico 'teoria geral da atividade criadora'. Para ele, toda produção criadora tem como base o artesão, que irá agir sobre uma matéria para lhe dar uma forma que será a obra acabada. Quando o artesão produz para alguém, deixa de ser livre e passa a exercer um trabalho escravo, não produzindo, segundo sua vontade. Para melhor explicação, ver Albarnoz (2004).

sociais gerando uma hierarquização conforme as tarefas que os indivíduos se dedicavam.

Outra concepção que muito nos influencia é a judaico-cristã, na qual trabalhar e labutar são sinônimos de redenção da falha humana que é o pecado. Além de servir como forma de remissão dos pecados, o ato do trabalho serve como instrumento de caridade, a fim de evitar a ociosidade. Várias passagens bíblicas enfatizam o dever do homem em trabalhar. Para a visão cristã, a exploração do trabalho é consequência dos desígnios do criador, logo cada qual exerce o tipo de atividade que merece.

Antes destes conceitos de trabalho atribuídos socialmente, já havia trabalho nas comunidades primitivas<sup>11</sup>, o qual era voltado apenas para a subsistência das tribos. Não existiam excedentes nem trocas. Trabalhar era sinônimo de contato direto com a natureza, extraindo desta o necessário à sobrevivência. Com o tempo, surgiu a necessidade de cultivar a terra e, com isso, veio o desenvolvimento da agricultura. Já existia uma divisão entre donos da terra e os escravos.

A propriedade era classificada como comunal e integrava várias tribos em uma aldeia. Essa integração era fruto de conquista ou acordo, que incluíam relações de subordinação. O desenvolvimento deste sistema levou ao feudalismo e é provável que data dessa época a noção de propriedade e de produto excedente, já que quem cultivava teria direito a usufruir dos produtos e levava o que sobrava para troca, criando o comércio.

Assim, despontou a diferenciação entre a cidade e o campo e já se desenvolvia as corporações que consistiam na aglutinação de artesãos formada pelos companheiros e aprendizes que saíam dos campos em busca de trabalho. Destas formas de trabalho, começa por se originar a riqueza, o comércio e até mesmo a diferenciação das pessoas. Alguns grupos gozavam de uma independência maior, sendo donos de feudos e das corporações e outros de um prestígio menor por dependerem apenas da troca. Portanto, fica clara a existência

---

<sup>11</sup> Conceitos de propriedade comunal, tribal e feudal, ver Marx e Engels (1980), Ideologia Alemã.

de uma divisão de trabalho que designa a mais que subsistência, determina um lugar da pessoa nos meandros sociais e hierarquiza as relações.

Com a diminuição das atividades de manufatura e domésticas, o trabalho desponta como uma atividade mais social, gerando maior intercâmbio entre os seres humanos e se transmutando em moeda de troca. Não nos cabe, neste momento, ampliar tal discussão, já que o próximo estágio será o capitalismo, que analisaremos no decorrer deste trabalho. Porém tal contextualização é relevante para que possamos entender a forma de desenvolvimento do trabalho evidenciado não somente enquanto produção material, mas também como determinante de condições sociais da existência humana.

Como vimos, por séculos, o sentido do trabalho parecia evidenciar um peso relegado aos escravos e servos, não se valorava positivamente esta categoria. Hegel (apud Marx, 2005) é o primeiro pensador que avalia o trabalho num sentido mais amplo, não o restringindo a um dispêndio de energia. Para ele, o homem imprime seu espírito à matéria e modifica o mundo, transforma as coisas, sendo um meio pelo qual os seres humanos obtêm reconhecimento dos demais. Ele expressa uma nova concepção do trabalho humano. O trabalhar evidencia a relação do homem com um objeto e o trabalho seria o meio de transformação deste objeto pelo “querer humano”, neste processo se daria sua liberdade.

Apesar de seu avanço reconhecendo o aspecto positivo do trabalho, ele o ligava apenas a uma atividade do espírito, o que conferia uma análise abstrata. O ato de se elevar enquanto ser humano recaía no ato de trabalhar que era a própria liberdade. Contudo só havia o reconhecimento ideal, já que na prática tal liberdade não se efetivaria. Em sua abordagem sobre a relação entre o senhor e o escravo pontua que este último garantiria sua liberdade no próprio ato de trabalhar, ignorando a necessidade da luta contra a opressão, por conseguinte continuaria destinado à submissão.

O entendimento do trabalho como uma atividade humana concreta do mundo dos homens e objetivada, só foi realizada por Marx. Ele conseguiu perceber que o ato de trabalhar, simultaneamente, congregava reprodução, liberdade, sociabilidade,

mas também exploração, submissão e alienação como veremos a seguir.

Apesar de influenciado pela dialética<sup>12</sup> de Hegel (apud Marx, 2005), Marx junto com Engels (1982), na Ideologia Alemã, criticou a concepção hegeliana de que a libertação reside somente no ato de trabalhar, no abstrato e no pensamento. Esta libertação se apresenta no mundo real, no intercâmbio do homem com seu trabalho, se apropriando de condições concretas, mudando a sua realidade e fazendo assim a história:

**“(...) não é possível conseguir uma libertação real a não ser no mundo real e com meios reais, de que não se pode abolir [aufheben] a escravidão sem a máquina a vapor e a mule-jenny, nem a servidão sem uma agricultura aperfeiçoada, de que de modo nenhum se pode libertar os homens enquanto estes não estiverem em condições de adquirir comida e bebida, habitação e vestuário na qualidade e na quantidade perfeitas. A libertação é um ato histórico, não um ato de pensamento e é efetuada por relações históricas, pelo nível da indústria, do comércio, da agricultura e do intercâmbio (...)” (Marx; Engels, 1982, p.49).**

Assim, ao defender sua idéia declarando que não é a consciência que determina o homem, mas o homem que determina a consciência, a história tem por base a produção e relação material dos homens que os levam a mudar a realidade, o pensamento e também seu produto, logo esclarece:

**“Esse método de análise não é destituído de bases. Parte de premissas reais e não abandona nem por um momento. Suas bases são os homens, não isolados e imobilizados de qualquer modo pela imaginação, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas e empiricamente visíveis”.** (Marx; Engels, 1982, p.22).

Falar em trabalho para nós se tornaria vazio e irrelevante se não nos baseássemos nas obras de Marx, que o explicita como ponto chave para explicar o

---

<sup>12</sup> “A dialética é ciência que mostra como as contradições podem ser concretamente idênticas, como passam uma na outra, mostrando também porque a razão não deve tomar essas contradições como coisas mortas, petrificadas, mas como coisas vivas, móveis, lutando uma contra a outra através de sua luta”. (Lefebvre, Henri. *Lógica formal/ Lógica dialética*. Tradução de Carlos N. Coutinho, 1979, p.192). Hegel até reconhecia as contradições, mas não explicava que os escravos deveria lutar por condições melhores, se apropriar da realidade e levar a passagem de uma outra ordem. O pensamento de Marx mostra a influência da filosofia dialética de Hegel. Semelhante a Hegel, Marx entende a história dentro de uma concepção dialética das forças produtivas e das relações de produção. Contudo, para Hegel, a história é progresso na consciência da liberdade, através das lutas históricas, surge um princípio superior de consciência da liberdade. Para Marx, a liberdade só ocorre na possibilidade objetiva, historicamente possível, ela não fica restrita à consciência, ela é ação humana para transformação da realidade

desenvolvimento humano e a sociedade, se opondo as visões que o restringe à sobrevivência ou ao sinônimo de escravidão. Deste modo o inscreve como ponto de partida de criação, que gera liberdade e incita à superação de uma realidade existente. Portanto, expõe o trabalho como um ato de criação que se dá livremente, inscrevendo-se em um processo de humanização e de progresso da natureza, intenção à qual toda atividade humana deveria convergir.

Podemos dizer que a partir daí, Marx (1980) já evidencia a centralidade do trabalho para o indivíduo. Como Marx então desenvolve o sentido do trabalho, não o ligado somente à fadiga, a tensão ou a uma dívida espiritual? Será que somos capazes de ir além da visão de trabalho colocada durante toda vida, a qual o restringe apenas ao verbo sobreviver?

Segundo o pensamento Marxiano, o trabalho possui uma centralidade na vida humana que ao mesmo tempo em que leva o homem a controlar a natureza, o incita a criar novos objetos, fazendo com que se socialize e se reconheça como ser único. Desta forma, se apropria de sua liberdade ao criar uma nova realidade para si e para os outros, desenvolvendo suas capacidades. Sobre esta centralidade, Luckács (1984, p.78) declara que “o trabalho comporta um sentido ontológico<sup>13</sup>, ponto de partida da humanização do homem”. Sendo mediação necessária para mudar o mundo e a si próprio.

**“O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem em sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar, por meio destes movimentos sobre a natureza externa a ele ao modificá-la ele modifica a própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo das suas forças a seu próprio domínio”. (Antunes, 2006, p.36).**

Assim, Marx (1993) amplia o conceito de Hegel (apud Marx 2005), negando o trabalho enquanto reprodução do espírito, logo não o limita a algo subjetivo, que

---

<sup>13</sup> Marx (1980, 1982, 1993) explica em toda a sua obra os fundamentos ontológicos do ser social. Luckács (1984) explica a ontologia social como apreensão das categorias, que evidenciam sua produção e reprodução social, sendo a historicidade uma categoria ontológica desta reprodução. Trabalho, ponto primordial, que diferencia os seres humanos dos demais. Portanto, consideraremos o homem como ser social, que tem sua consciência determinada por seu trabalho, ponto de partida de sua vida.

permanece na consciência, ele é objetivado, trazendo novas realidades através da ação humana. Aquilo que os seres produzem é na verdade o que são, sua essência.

Ao explicar o trabalho como essência humana, que muda o mundo, observamos que Marx (1993) realiza a superação da dialética hegeliana transferindo o trabalho como uma abstração, para o mundo humano, visto que são os homens, em seu cotidiano, pela suas invenções, mediante o trabalho, que são os construtores da história.

Outro ponto interessante é que Marx (1982, p.78) ressalta no ato de trabalhar um componente que difere os homens dos demais animais, que o define como: “um ser prático social”, que é sua práxis. A práxis se dá a partir de sua capacidade teleológica, por esta antes mesmo de produzir algo, já a tem em sua consciência. Esta mediação será realizada apenas pelo homem, caracterizando-o como um “ser social.” (Luckács, 1984, p.27). Assim, projeta antecipadamente, na sua imaginação, o resultado a ser alcançado pelo desenvolvimento do trabalho, o que se compreende como uma teleologia. Desta forma, cria novas realidades, determinada práxis.

Luckács (1984) explica que essa diferenciação que desenvolve através da <sup>14</sup>teleologia e é a categoria ontológica central do trabalho. Este ponto é crucial para diferenciar o trabalho humano do animal. Na sua comparação entre o trabalho do arquiteto e da abelha, Marx (1993) tenta mostrar a existência de uma consciência que determina um fim e que transforma a realidade. Esta peculiaridade distingue o homem dos animais no ato de trabalhar. Portanto, a consciência humana não serve apenas para manutenção fisiológica, através dela originam as percepções, as idéias, as ponderações, o pensamento do ser vivo, que o leva a agir e a mudar:

**“(...) o que distingue de antemão o pior arquiteto da melhor abelha é que ela construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início, deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da**

---

<sup>14</sup> Luckács (1984) mostra que existem dois tipos de teleologias: as primárias e as secundárias. As primárias derivam do trabalho de seu valor de uso, sendo um objeto material, se dão no processo de troca orgânica entre os homens e o ser natural. As secundárias são voltadas ao processo de desenvolvimento da sociabilidade, estimulando os indivíduos a agirem de uma determinada maneira, como ela se desenvolve, sobretudo no capitalismo, discutiremos no próximo item. Para saber mais: Luckács (1984) e Lessa (2007).

**matéria natural, realiza ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo que ele sabe que determina como lei como espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade". (Antunes, 2006, p.37).**

Luckács (1984) mostra também a diferença entre o trabalho humano e animal, evidenciando aí o salto ontológico, mostrando a mudança de um ser a outro, qualitativamente diferente que determina o homem como ser social.

**"Ao contrário, a essência do trabalho humano está no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estádios são produtos da auto atividade do homem (...). Somente o trabalho tem como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interpretação entre o homem (sociedade) e (natureza, tanto inorgânica, utensílio, matéria prima, objeto de trabalho, etc.) como orgânica relação, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de qualquer coisa assinala a passagem do homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social". (Luckács, 1984, p.28).**

As atividades dos animais são instintivas, eles não raciocinam para criar, se um animal tem fome ele não cozinha a carne, ele a come crua. Sua finalidade única é suprir uma necessidade. As atividades humanas diferenciam-se por serem conscientes, esta mesma consciência identifica uma necessidade, cria um objeto e conseqüentemente uma nova realidade, "uma atividade orientada a um fim" (Antunes, 2006, p.48) que pode não servir apenas a ele, mas a toda a natureza. Como exemplo da carne crua, quando a cozeu, essa descoberta foi levada as gerações, evidenciando sua generacidade e construindo seu mundo objetivo como evidenciado por Marx e Engels:

**"A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos animais (...). A construção prática de um mundo objetivo, a manipulação da natureza inorgânica é a confirmação do homem como ser genérico consciente, isto é, ser que considera a espécie como seu próprio ser ou se tem a si como ser genérico. O animal apenas se reproduz a si, enquanto o homem reproduz toda a natureza". (Marx e Engels, 1982, p.77)**

Portanto, o trabalho é desenvolvido por sua capacidade teleológica, já citada anteriormente, projetando idealmente os fins e os meios, contando também com a cooperação, comunicação e linguagem. A teleologia compreende o ser genérico, pois incorpora sempre algo já existente originado de formações sociais anteriores.

Desta forma, o homem, na interação consciência realidade, concede respostas às suas carências, se objetivando. Estas atividades simultaneamente transformam estas carências e suas possibilidades de satisfazê-las em novas perguntas. Este processo designado como, trabalho, também não se realiza sem elementos<sup>15</sup> necessários a sua consecução, estes são objetos, meios e devem estar voltados a um fim, sempre tendo como ponto central o homem. Finalmente, as respostas práticas sociais deste intercâmbio, irão enriquecer desenvolvimento humano e tecer a história.

Toda esta compreensão, trazida por Marx (1980, 1982, 1993) e reafirmada por Luckács (1984), rompe com o sentido pejorativo antes atribuído ao trabalho, que o liga somente a uma atividade escravizadora, legada àqueles, que nas sociedades antigas, não eram bem visto. Rompe também com os conceitos que desvinculavam a subsistência do trabalho, como se este fosse abstrato/espiritualizado. Assim, citamos fragmentos Markus (1974) Marx e Engels (1977) (apud lamamoto 2001)<sup>16</sup>, que reforçam a centralidade do processo de trabalho, o qual abrange mudança não somente nos objetos produzidos, mas também no ser humano. Trabalhar é subsistência, é reprodução, é criação, é troca entre o ser social e a natureza.

**“O trabalho implica, pois, mudanças também no sujeito – homem – e não só no objeto – natureza (Markus, 1974 b). Sob o ângulo material, é produção de objetos aptos a serem utilizados pelo homem, produção de meios de vida através dos quais os homens produzem indiretamente a sua vida material (Marx; Engels, 1977a, p.29). Sob o ângulo subjetivo é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando-as e criando novas necessidades. Enfim, é produção objetiva e subjetiva, de coisas materiais e de subjetividade humana”. (lamamoto, 2001a, p.41).**

Assim, para que o trabalho se efetive, o homem tem que ter certo conhecimento sobre as relações sociais que o circundam que não consistem somente em tomar consciência desta realidade, mas interatuar com a mesma para se formar uma inovação objetiva. O ser que trabalha, constrói para si modos de agir

---

<sup>15</sup> Segundo Marx (1980), o meio de trabalho é colocado entre o homem e o objeto de trabalho e serve como condutor da atividade social sobre este objeto, baseado no seu objetivo, que se extingue em um produto. Assim, produto não é somente resultados, mas condições do processo de trabalho. No produto, aparecem meio e objetos de trabalho, como meios de produção.

<sup>16</sup> Marilda (2001b) baseia-se em vários autores para mostrar o trabalho enquanto atividade subjetiva e objetiva, devido a riqueza desta citação, preferimos descrevê-la na íntegra.

e pensar através de sua atividade e formas de se relacionar com as circunstâncias, para que dela se aproprie e se crie objetos para satisfação social.

Sendo assim, o ato de desenvolver sua atividade é inseparável da realidade, pois nesta interação dele com o real se objetiva o trabalho prático social que promoverá sua sociabilidade e tecerá sua história. Logo, vemos que não existe trabalho sem socialização, sem interação com a realidade e modificação desta de forma consciente.

**“A noção de práxis, assentada no trabalho humano, exclui qualquer dicotomização entre estrutura e ação, sujeito e objeto, liberdade e necessidade. A perspectiva assumida implode as análises economicistas que superestimam o papel das condições exteriores sobre os sujeitos sociais, que redundam em apreciações fatalistas sobre o processo histórico, minimizando o fato de que o social é constituído por projetos que os homens buscam coletivamente implementar na vida social. A noção de práxis assinalada, implode também as interpretações de cunho voluntarista, que, ao realçarem a vontade e a consciência dos indivíduos isolados, desconhecem os determinantes históricos sociais, os quais ultrapassam os propósitos individuais, condicionando as escolhas efetuadas e o resultado das ações”. (Iamamoto, 2001a, p.45).**

Na verdade, esta proposta evidencia que as atitudes humanas são mediadas pelo contexto sócio-histórico, sofrendo este também a ação humana coletiva. O trabalho é condição de produção da vida humana e do ser social. É o desencadeador da vida em sociedade e assume importante papel para a mudança de realidade do ser humano.

Portanto, os homens são os produtores de sua consciência, mas sua práxis não pode ser considerada uma conseqüência de sua projeção ideal, porque as circunstâncias sociais em que ele é produzido ultrapassam a subjetividade do ser social. Desta forma, suas escolhas não acontecem sem influência social<sup>17</sup>, que ultrapassam o desejo do indivíduo singular, evidenciando sua generacidade.

Através da história, o homem se desenvolve, muda, tendo por base seu trabalho que delinea sua forma de ser e sua subjetividade. Neste processo que

---

<sup>17</sup> Queremos colocar como influência social aqui, tudo o que já foi criado pelo homem na natureza, incluindo suas relações e que o influenciam ao criar uma nova realidade. Mudar o real não depende somente da vontade individual, existe a mediação com a realidade que muitas vezes ultrapassam tal desejo.

converge objetividade e subjetividade, exerce sua liberdade ao controlar a natureza e criar alternativas, mudando sempre a realidade e logicamente sua história. Ele cria produtos e estabelece para estes valores. Ao criá-los, aumenta suas possibilidades de escolhas. É desse processo de criação e de geração uma nova realidade que vem à liberdade com um sentido também de superação de barreiras.

**“O indivíduo concreto é um ser histórico social, a historicidade humana é determinante do gênero humano e da sua generacidade (...). Por isso a essência humana na análise Marxiana não se resolve em traços imutáveis e eternos, independente do processo histórico em curso, mas como um vir a ser no movimento das relações entre indivíduos sociais, por eles criados no curso da história”. (Iamamoto, 2001a, p.38).**

Assim, observamos que a produção material leva ao desenvolvimento social. Ambos produzem relações sociais, tudo isto tem por base o trabalho que define a essência humana. Esta essência não é algo abstrato, de cada indivíduo isolado, mas produto das relações sociais, geradas pelo trabalho. O trabalho é importante no processo de constituição do ser humano e na produção da vida material, que estabelece condições dentro da sociedade<sup>18</sup>. Esta é a centralidade do trabalho, como atividade social, que não só produz objetos materiais, mas também, idéias, concepções de mundo, foco central da sociabilidade humana.

Portanto, o trabalho é a categoria fundamental ao fazer das necessidades humanas um instrumento em direção a sociedade mais evoluída, com maior domínio da natureza, daí o seu caráter ‘fundante’, ou seja, o trabalho é a base para construção do ser e da sociedade, abrangendo um processo de socialização, fundamental para reciprocidade entre os indivíduos. Assim, se estabelece não somente enquanto um produto, mas como nexos que liga o ser humano à sua realidade, que funda o seu mundo e estabelece sua vivência, seus valores, sua forma de ser, este é o sentido positivo do trabalho para Marx e Luckács.

Deste modo, entendemos o trabalho enquanto um processo de objetivação, exteriorizando formas de consciência humana para suprir necessidades,

---

<sup>18</sup> Conforme colocada na música de Gonzaguinha (1982), “o homem se humilha, se castram seus sonhos, seu sonho é sua vida e sua vida é o trabalho, e sem o seu trabalho o homem não tem honra e sem a sua honra se sofre, se mata”

contribuindo para desenvolvimento humano genérico, ato necessário à reprodução social, sem a qual a vida não se perpetua.

Contudo, devemos confiar que cada época histórica determina caracteres peculiares na sociabilidade humana, de acordo com o desenvolvimento do trabalho. Neste sentido, quando se fala no modo de produção capitalista, Marx (1980) é o primeiro pensador a visualizar o trabalho, como sentido prático negativo. Segundo suas teorias, o modo de produção capitalista acaba por usurpar o sentido positivo do trabalho, enquanto gerador de liberdade, universalidade. Assim, leva à cisão do homem com os produtos por ele produzido, conforme veremos no próximo item.

## 1.2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E MUDANÇA DO SENTIDO DO TRABALHO

O modo de produção capitalista<sup>19</sup> propiciou o desenvolvimento das 'forças produtivas'<sup>20</sup> e, com ele, veio a possibilidade da criação do trabalho de maneira universal, aumentando o comando humano sobre a natureza e condicionando uma nova lógica às relações sociais. A partir de então, a força de trabalho será mercantilizada, ou seja, comprada pelos capitalistas que são os donos dos meios de produção e vendida pelo trabalhador, detentor da força de trabalho, se traduzindo em trabalho assalariado.

Tal mercantilização criará novos princípios ao ato de trabalhar e inaugurando uma fase histórica que tem como princípio primordial, a existência daqueles que possuem a propriedade privada dos meios de produção, do valor e do dinheiro - o capitalista - e aquele que possui somente sua força de trabalho - o proletário. Esta

---

<sup>19</sup> Na época medieval, as relações de troca eram realizadas naturalmente nos feudos. Já a partir do século XV, outras formas de troca começaram a imperar, acentuando a separação entre o proprietário e o produtor, o qual começa a se transformar em um comerciante ao vender seus produtos. Saem os feudos e entram os burgos, com um perfil mais baseado nas relações mercantilizadas, indicando um novo sistema de produção. Existem muitas controvérsias sobre a periodização do capitalismo, entretanto, para nós, mais importante do que periodizar é entender as mudanças que tal meio de produção acarreta à reprodução social e às relações sociais. Iremos nos deter à análise do capitalismo na era globalizada a ser discutido no próximo item.

<sup>20</sup> Segundo Netto e Braz (2006), um determinado modo de produção envolve as forças produtivas que congregam os meios de trabalho, ferramentas, instrumentos, instalações, etc., assim como a terra, os objetos de trabalho (matérias brutas ou já modificadas por ele, que o homem utiliza para trabalhar) e força de trabalho que se constitui na energia humana empregada no processo de trabalho (com o uso dos meios de trabalho) para transformar os objetos de trabalho úteis em termos de necessidades sociais.

relação singularizará tal período.

Tais características se incorporarão ao processo de trabalho como divisão social do trabalho, termo este utilizado por Marx (1980). Em outras fases anteriores, já se existia a divisão do trabalho, com formas diferentes de propriedade, para Marx e Engels (1982, p.44) “cada nova fase da divisão do trabalho determina, igualmente, as relações dos seres entre si, no que concerne à matéria aos instrumentos e aos produtos do trabalho.” Assim, iremos expor as características deste modo de produção.

No capitalismo o trabalho passa a ser parte de um trabalho coletivo, um trabalho social, ou seja, só poderá ser realizado com intercâmbio com outro homem, com a finalidade de geração de riqueza. Nesta divisão, os trabalhadores executam operações parciais, objetivando de maneira coletiva, se criar um produto. O trabalho, dentro desta lógica, tenderia a se tornar cada vez mais social, visto que se aprofunda a dimensão de universalidade do homem, como ente genérico, isto é social histórico, que ao adquirir consciência de si mesmo como sujeito muda a realidade e através de suas necessidades faz história. No trabalho social capitalista, os produtos produzidos não são somente para uso individual e direto, são compartilhados e produzidos coletivamente.

Será, neste contexto, de um dito ‘trabalho coletivo’ que se mudará o sentido do trabalho, no momento em que o produto de trabalho humano deixar de ser um produto e passar a ser mercadoria. Quando falamos, a transposição de produto para mercadoria não é simplesmente uma mudança de nomenclatura. Para Marx (1980), consiste nas mutações de relações de produção e conseqüentemente das relações sociais, daí a importância de compreender seu sentido. Todavia, ressaltamos que as relações que se estabelecem, desde então, não são originadas naturalmente, comuns de se sucederem nas eras históricas, são partes da evolução (não linear) desta, do desenvolvimento econômico e de formas anteriores de produção social, como já citamos no primeiro capítulo.

Na divisão social do trabalho capitalista, o trabalhador vende sua força de trabalho para satisfazer as necessidades sociais, como também manter este sistema

e se manter. Ao vender sua força de trabalho, por um determinado tempo, produzirá mercadorias levando a uma diferenciação entre aqueles que fornecem os instrumentos e os meios de produção (capitalista) daquele que fornece a força de trabalho (proletário). O primeiro tem um direito de propriedade sobre o produto, retorna um salário ao segundo e apropria-se do resto, do lucro, da venda e do produto:

**“A força de trabalho só pode figurar no mercado a título de mercadoria, quando colocada à venda por seu próprio possuidor. Para que seu possuidor a venda como mercadoria, é preciso que possa dispor dela e que ele seja conseqüentemente livre, proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação frente a frente um com o outro (...). A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado de trabalho, a força de trabalho a título de mercadoria é que o possuidor da força de trabalho ao invés de poder vender mercadorias nas quais seu trabalho já esteja incorporado veja-se ao contrário obrigado a colocar à venda sua própria força de trabalho que existe em seu corpo e em sua pessoa viva”. (Marx, 1980, p.30).**

A mercadoria, portanto, consiste no produto do trabalho humano acrescido do valor de uso e do valor de troca, que tem incorporado a si, o trabalho social. O valor de qualquer mercadoria, consoante com Marx (1980, p.43) em o Capital, “é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção e conseqüentemente a mais valia, um valor extra, extraído do tempo exigido do trabalhador no processo de trabalho pelo capitalista” (no caso jornada de trabalho). Portanto, no consumo da força de trabalho, ele já engloba os custos das forças produtivas, o lucro e um sobre lucro:

**“O produto, de propriedade do capitalista, é um valor de uso, fios, botas, etc. Mas, embora as botas possam ser consideradas em todo caso, como base do progresso social e que nosso capitalista seja resolutamente um homem de progresso, não fabricam botas pelo simples prazer de fabricá-las. Só se produz um valor de uso na medida em que ele é base material do valor de troca. Nosso capitalista visa uma dupla finalidade. Ele quer inicialmente produzir um valor de uso, que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Ele quer, em segundo lugar, produzir uma mercadoria cujo valor seja superior a soma dos valores de mercadorias necessárias à sua produção, os meios de produção e força de trabalho, pelos quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Ele quer produzir não somente um valor de uso, mas valor, e não somente valor, mas também mais valia”. (MARX, 1982, v.1, p.42).**

A mais valia, como explicado acima, está no que aqui chamamos de sobre lucro, pode se dar na extensão da jornada, esta engloba o trabalho pago (necessário) e o excedente não remunerado, apropriado pelo capitalista. Ela pode ser absoluta, pela extensão da jornada, e relativa através da qual, por meio de processos técnicos de trabalho (utilização de máquinas), se encurta o tempo preservando ou elevando a quantidade produzida e a acumulação. Em ambos os casos, o capital se apropria daquilo que é produzido pelo trabalhador<sup>21</sup>.

Ressaltamos, que quando se produz para uso próprio, produz um produto. Este produto também congrega o que o homem aprendeu socialmente, desenvolvendo um intercâmbio com outros indivíduos, porém deste modo, ele não produz uma mercadoria. Ele está sozinho na produção e não desenvolve sua criação para uma necessidade coletiva, logo não tem valor de troca, somente de uso para si próprio, não sendo fruto de trabalho coletivo (social), não gerando lucratividade e não servindo ao capital:

**“Mas para produzir uma mercadoria, não só é preciso produzir um artigo que satisfaça uma necessidade social qualquer, mas também o trabalho nele incorporado que deverá representar uma parte integrante da soma global do trabalho investido na sociedade. Ela tem de estar subordinada à divisão do trabalho dentro da sociedade (...). Chegamos assim, a esta conclusão: uma mercadoria tem um valor porque é uma cristalização do trabalho social”. (Antunes, 2006, p.74).**

Entendendo agora, a relação capitalista/trabalhador/mercadoria, tripé das relações de mercantilização, acompanhada da propriedade privada e da divisão social, falaremos como estes ingredientes influíram na ambivalência do trabalho no capitalismo. Ora, poderíamos pensar que o desenvolvimento das forças produtivas, possibilitando um maior domínio do indivíduo sobre a natureza juntamente com o trabalho social estimularia a sociabilidade. As relações de intercâmbio com outros homens, poderiam acarretar uma maior consciência sobre a dimensão de sua atividade, como já dito acima.

Acreditamos que a evolução é conseqüência de certo grau de conscientização. Todavia, apesar de um suposto ‘avanço’ das relações da produção,

---

<sup>21</sup> O valor dos salários do trabalhador calculados para manter a força de trabalho humano e sua subsistência.

de forma paradoxal, o trabalhador é separado daquilo que ele mesmo produziu, não conseguindo se reconhecer na sua própria criação, nem mesmo vislumbrar que seu trabalho é parte de um todo, no qual todos contribuem para formar uma riqueza que não os pertencerá. É o que se denominará *enfremdung* em alemão 'estranhamento'. Esta idéia mostra que no capitalismo as relações de trabalho, que deveriam ampliar as aptidões humanas, produzem sua negação, impedindo sua realização concreta.

O que seria este estranhamento? Para Marx (1993), nada mais é do que a alienação da atividade prática humana que é o trabalho. Segundo ele, essa alienação se criva em dois tipos de relações. A primeira na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho que parece estranho e hostil, como se o dominasse, tal sensação se dá também com mundo externo. A segunda se refere à relação do trabalhador com atividade desenvolvida dentro do próprio trabalho, que também parece estranha a ele, o tornando impotente e passivo, gerando sofrimento. Assim, o processo de objetivação de uma atividade que mudaria sua forma de ver, de sentir, aguçando seus sentidos, não irá contribuir para seu desenvolvimento humano genérico, mas vai impedir que aconteça.

Como dissemos no item anterior o desenvolvimento humano se dá pela objetivação, quando o homem se apropria daquilo que produziu e que foi produzido por outros, tendo por base seu trabalho. Todavia, no sistema capitalista, os homens ficam despossuídos do que criaram, dos objetos de seu trabalho, nem mesmo é dono dos meios que o ajudaram a criar. Por exemplo, uma costureira, vende seu serviço a uma loja, logo esta loja concede um tipo específico de máquina, que não é aquela na qual melhor desenvolveria seu trabalho, depois faz um vestido, que não é um modelo que a satisfaça, que vai ser bordado e arrematado por outras pessoas, no entanto este vestido vai para as lojas em um preço altíssimo, o qual jamais seu salário conseguiria comprar, mesmo se atendesse às suas aspirações.

Assim vemos que a falta de reconhecimento, não se refere somente a mercadoria, mas está presente no próprio processo de trabalho, o qual é realizado de forma fragmentada de modo a não observar a totalidade do processo de criação. Como conseqüência, abstrai o homem tanto de sua criação, como também impede que observe o intercâmbio entre eles, sendo a sociabilidade também desfigurada ao

não se verem como indivíduos de uma mesma espécie. Assim, não desenvolvem seus sentidos, não se apropriam da riqueza que desenvolveram, ou seja, não suprem suas necessidades através daquilo que despenderam energia para gerar. Acontece uma desumanização de fetiche ou coisificação das relações sociais, tendo por base a troca das mercadorias que é o “sistema social do estranhamento”<sup>22</sup> :

**“O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens”. (Marx, 1993, p.147).**

O trabalho passa então a se traduzir em dinheiro, sendo meio de acesso às mercadorias que acabam por dirigir e obscurecerem suas relações sociais, daí dizer que se constitui em um trabalho abstrato, ao ser abstraído das particularidades que identificavam o seu criador e o distinguia de outros produtos. O trabalho concreto e se transmuta em valor quantitativo tanto para quem o criou, como para quem o comprou. Ele não é o trabalho do artesão, do costureiro, ele é um produto para consumo social, pouco importa quem o produziu, o que importa é seu valor.

A mercadoria passa a determinar as relações, logo o ato de trabalhar acaba sendo realizado apenas para se ter acesso a um determinado padrão de consumo ou mesmo para a subsistência mínima. A extração de mais valia também acaba por torná-lo penoso e assim engloba o desgaste físico e mental. E quanto mais o indivíduo produz, menos consegue ter acesso, pois necessita do seu salário para usufruir das mercadorias, e este é sempre inferior ao valor do que o capitalista paga.

**“Todas essas conseqüências decorrem do fato de que o trabalhador está relacionado com o ‘produto de seu trabalho’ como com um objeto ‘estranho’, pois está claro que, baseado nesta premissa, quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho, tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menos ele se pertence a si próprio”. (Marx, 1993, p.149).**

Assim, o trabalho como desenvolvimento dos sentidos e sinônimo de

---

<sup>22</sup> Termo utilizado por Alves (2009) mostrando que a objetivação, que deveria ser um processo através do qual o homem satisfaz suas carências no capitalismo, é seu inverso.

liberdade sociabilidade e universalidade se perde, pois o ato de trabalhar passa a ter um significado altamente material. Gorz<sup>23</sup> (2004, p.56) mostra esta idéia ao colocar que “o fim primeiro desta atividade é o de ganhar a vida, de ganhar salário” para ele o salário remunera visto que o trabalho se inscreve como atividade social na tela das trocas sociais da mercadoria que estruturam a sociedade. Portanto, o trabalhador seria reconhecido como trabalhador social dessa sociedade, mostrando o trabalho atrelado à concepção do capital, apenas enquanto meio de troca de mercadoria.

Antunes (2006, p.43) ressalta que esta visão restrita de “subsistência” atrelada ao trabalho, transforma o que era uma finalidade central e vital para ser social, somente em instrumento de manutenção humana, o qual passa a ser seu sentido na trama das relações sociais.

Portanto, a liberdade e universalidade se perdem no momento em que os homens têm sua capacidade direcionada aos interesses do capital, quando seus projetos para mudar a realidade, sua capacidade teleológica é inexpressiva e espoliada. Este fenômeno que classificaremos como objetivação negativa, alienação, é explicado por Marx (1993) nos Manuscritos:

**“Por conseguinte, quanto mais o trabalhador se apropria pelo trabalho do mundo externo, da natureza sensível, tanto mais se priva dos meios de existência, sob dois aspectos: em primeiro lugar, o mundo externo, da natureza sensível, torna-se cada vez um objeto que pertence ao seu trabalho ou um meio de existência física no sentido imediato, meio para subsistência física do trabalhador. Nos dois sentidos, portanto, o trabalhador torna-se servo; em primeiro lugar por receber um objeto de trabalho, isto é receber trabalho, em seguida, pelo fato de receber meios de subsistência. Deste modo o objeto capacita-o para existir, primeiramente como trabalhador, em seguida, como sujeito físico. A culminação é que ele só pode se manter vivo como sujeito físico enquanto trabalhador e só é trabalhador enquanto sujeito físico” (Marx, 1993, p.163).**

Por esta lógica, além de produzir uma mercadoria, o homem também se transforma em mercadoria. Temos como parâmetro a grande evolução tecnológica, na qual o homem ajuda a criar máquinas que ao mesmo tempo são usadas contra ele, expulsando-o do mercado. Além disso, grande parte do que é criado, pelas vias

---

<sup>23</sup> Gorz (2004) e Antunes (2004) possuem posicionamentos diferentes no que se refere ao trabalho nos dias atuais, aqui colocamos que para ambos o sentido restrito de subsistência pode levar ao estranhamento. A diferença de posicionamento entre eles será discutida no item 5.5.

de seu trabalho, não pode ser consumido, porque muitos não têm recursos<sup>24</sup>.

Assim, na sociedade capitalista, as relações entre as pessoas são impessoais, as circulações de bens de mercadorias levam a uma dependência recíproca, com base na troca, congregando e reproduzindo forças produtivas, relações sociais de produção e concepções espiritualista do mundo. “No dinheiro, o poder social transforma-se em poder privado. O poder que cada indivíduo dispõe sobre as atividades dos outros e sobre as riquezas sociais deriva de suas condições de proprietário privado, de valores de troca e de dinheiro” (Iamamoto, 2001a, p.56).

O filme *Brutalidade Sem Limites*<sup>25</sup>, evidencia a mercantilização do trabalho quando um dos personagens cita que procurar um trabalho associado ao dinheiro pode levar a uma perdição de si próprio, mostrando que a luz do dinheiro pode obscurecer a luz de si próprio. Como conseqüência, o salário ao ser trocado por trabalho, realiza sua negação tornando-o alienado, como cita Marx (1993 p.62) nos Manuscritos “ao invés de se reconhecer como sujeito, o homem se desconhece; ao invés de se realizar, ele se perde.” - tudo isto pela alienação.

Vemos que os trabalhadores produzem os bens, porém não conseguem ter acesso a eles. Na maioria das vezes, são desapropriados daquilo que criaram, visto que venderam sua força de trabalho, mas seu produto se volta contra ele parecendo ter vida própria, como não se ter o que ele mesmo produziu? É o caráter misterioso da mercadoria que aparenta esconder o labor humano, tanto para sua confecção, quanto para seu preço, conforme declarado por Marx (1993, p.185):

**“Caráter místico da mercadoria não provém, pois, do seu valor de uso. Não provém tão pouco dos fatores determinantes do valor. Com efeito, em primeiro lugar, por mais variados que sejam os trabalhos úteis ou**

---

<sup>24</sup> Exemplificando temos a canção de Zé Geraldo (1980) cidadão, “ta vendo aquele edifício moço, ajudei a levantar, era um tempo de aflição, eram quatro condução, duas para ir, duas para voltar. Hoje depois de tonto olho para cima e fico tonto, mas me chega um cidadão e me diz, tu ta ai admirado ou está querendo roubar?”, que expressa bem a dualidade entre o trabalhar e a falta de acesso ao produto do trabalho, deixando clara a alienação em que o homem está submetido

<sup>25</sup> No filme *Brutalidades sem Limites*, os curdos vão ganhar dinheiro na Europa. Alguns deles acabam se envolvendo com prostituição como forma de enriquecer, a crítica, no filme, se dá em cima deste comportamento. “No fim deste túnel brilha a luz do dinheiro, quando você encontrar a luz você começará a morrer lentamente, todos morrem mesmo que o corpo continue vivo.” (Comentário de Ibo no filme *Brutalidade sem limites*)

**as atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são, antes de tudo, funções do organismo humano e que toda a função semelhante, quaisquer que sejam o seu conteúdo e a sua forma, é essencialmente um dispêndio de cérebro, de nervos, de músculos, de órgãos, de sentidos, etc., do homem. Em segundo lugar, no que respeita àquilo que determina a grandeza do valor - isto é, a duração daquele dispêndio ou a quantidade de trabalho -, não se pode negar que essa quantidade de trabalho se distingue claramente da sua qualidade. Em todas as épocas sociais, o tempo necessário para produzir os meios de subsistência interessou necessariamente os homens, embora de modo desigual, de acordo com o estágio de desenvolvimento da civilização. Enfim, desde que os homens trabalham uns para os outros, independentemente da forma como o fazem, o seu trabalho adquire também uma forma social”.**

O modo de produção capitalista mercantiliza as relações sociais. O seu caráter misterioso está presente nas objetivações sociais através de valores que definem as relações sociais. Logo, elas escondem a práxis humana, reiterando o controle social sobre os indivíduos, como se já existissem sem a contribuição deste. Assim, são dotados de impessoalidade, como algo metafísico, inerente à natureza, influenciando o modo de ser humano, denominado seu fetichismo.

Segundo Netto (1981), o fetichismo é a identidade que a alienação assume no capitalismo, o que quer dizer que em outras épocas mais arcaicas, nas quais já havia apropriação do excedente econômico, já estavam presentes. Entretanto, no capital, ela passa a dominar as relações sociais, objetivamente, fazendo com que estas tomem a forma de mercadoria, coisificando<sup>26</sup> as relações entre as pessoas.

Assim, não são somente os produtos que passam a falsear as verdadeiras relações, mas se criam ‘valores fetiches’. Estes valores é que Luckács (1984) determinará como teleologias secundárias, as quais existem desde quando o trabalho se tornou social. No capitalismo, especificamente, objetivam mediar os valores de uso, tentando atingir assim o desenvolvimento das pessoas e suas posições singulares.

**“Desse modo, o objeto dessa finalidade secundária já não é um elemento da natureza, mas a consciência de um grupo humano; a posição do fim já não visa transformar diretamente um objeto natural, mas a fazer surgir uma posição teleológica que tenha, porém, como objetivo alguns objetos naturais; da mesma maneira os meios já não**

---

<sup>26</sup> Netto (1981, 2006) classifica a coisificação como reificação (sinônimo de coisificação em latim), própria do sistema capitalista

**são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar estas intervenções por parte de outras pessoas”. (Luckács, 1984, p.27).**

Na verdade, tais idéias expressam respostas aos questionamentos próprios do desenvolvimento da sociabilidade e visam regular a práxis social dos indivíduos, tornando-as funcionais ao desenvolvimento social. Este processo pode ser classificado como ideologia<sup>27</sup>. Neste trabalho, assumimos seu sentido luckasiano, no qual a ideologia possui uma função social. Em muitos casos, ela pode tanto servir para desenvolver a generacidade humana como ser um obstáculo a ela, sendo normas para as relações coisificadas ou podendo mostrar saída para estas.

Na sociedade das contradições, a ideologia representa uma necessidade social para sua reprodução. Podemos dizer que se travam embates ideológicos para se estabelecer idéias coletivas a fim de influenciar os atos singulares do ser social e sua subjetividade.

Portanto, vimos que o capitalismo divide a sociedade entre aqueles que detêm os meios de produção e que consomem a força de trabalho e aqueles que detêm apenas a força de trabalho e que acabam vendendo para se transmutar em mercadoria. Como consequência quando não existe acesso aos meios de produção, não se consegue subsistir. Por meio desta relação mediada por valores e produtos, se produzem condições materiais da existência do homem gerando o “nexo social entre os indivíduos”, segundo Yamamoto (2001b, p.56).

Muitas das críticas à Marx recaem no fato de que ele tem uma visão determinista e objetivista do processo social, que privilegia a estrutura sobre a ação do sujeito e prioriza a questão econômica e minimiza a importância dos aspectos subjetivos. Entretanto, para nós, há grande atualidade em seu pensamento, mesmo que suas idéias não vão ao encontro das teorias contemporâneas que deslocam o

---

<sup>27</sup> Cazuza (1984), na música Ideologia, evidencia que as ideologias se movem tendo por base o ser humano, como também a necessidade de tê-las para se viver, de ‘ideologia’ de um partido no qual acreditava “meu partido é um coração partido, e as ilusões estão todas perdidas, os meus sonhos foram todos vendidos, tão baratos que eu nem acredito (...) ideologia eu quero uma para viver”. Deixamos claro aqui que as ideologias são suportes das relações sociais, podendo impedir ou estimular a generacidade humana.

indivíduo de uma visão de totalidade, ignorando a influência da estrutura econômica.

Creemos que Um homem não pode deixar de ser olhado dentro de uma concepção coletiva. Ele é consequência do desenvolvimento histórico, da própria sociedade em que vive e de suas contradições. O seu trabalho pessoal não é diretamente pessoal e se torna social a partir do momento em que adquire valor.

Portanto, seu trabalho se constitui na objetividade humana implicando a sua singularidade e generacidade. A partir deste, ele assume uma vivência, um tipo de mundo e delinea sua subjetividade, na qual reside seu trabalho e sua vida. É só nos questionarmos sobre a vida de um executivo, que ganha um salário determinado por mês, e de um gari, fica a pergunta: o que concede formas de vida tão diferentes a eles? Serão suas personalidades ou o tipo de trabalho que assumiram em suas vidas? Para isso, recorreremos a Marx (1980, 1982, 1993) que coloca o trabalho como determinante do gênero humano e a Luckács (1984) que o apresenta como determinante da consciência humana, do seu modo de ser e práxis primária que define o ser social:

**“O modo pelo qual as pessoas manifestam sua vida reflete muito exatamente o que elas são. Tal modo de ser coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem. O que as pessoas são depende, portanto, das condições materiais de produção”. (Marx; Engels, 1982, p.15).**

Tendo consciência da ambigüidade do trabalho que congrega desprazer, prazer, escravidão e reprodução e assumindo que a dimensão econômica do processo de trabalho acarreta consequências políticas, sociais e ideológicas que interferem no cotidiano do trabalhador, estudaremos a denominada globalização da economia. Partimos do pressuposto que esta nova organização do capital interfere no sentido do trabalho, levando os homens a produzir e reproduzir formas de ser e viver, influenciando na objetividade e subjetividade humana.

**“O trabalho no capitalismo é servidão, é estranhamento, é alienação, é perda de sentido, é necessidade exteriormente imposta, é trabalho compulsório e forçado. Mas, quando se olha a história da humanidade, o trabalho também é criação, humanização, autoconstituição do gênero humano, é um momento de emancipação. Há uma dialética do trabalho, ele emancipa, mas também cria servidão, é autônomo, mas freqüentemente heterônomo”. (Antunes, 2004, p.47).**

### 1.3 A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A NOVA DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

**“O que devemos considerar como significativos são as diferenças e não as semelhanças, os elementos de descontinuidade e não os elementos de continuidade, se não mantivermos nossos olhos alertados para o que é novo diferente, todos perderemos com maior facilidade, o que é essencial, a saber, o sentimento de viver um novo período.” (Ianni, 1999, p.78).**

Fala-se em sociedade globalizada, como algo coletivo, homogêneo, parecendo inibir as contradições e mascarar as rupturas que se sucedem, as quais vêm modificando a economia, trazendo uma dita universalização do sistema de acumulação do capital, transformando as relações de trabalho e conseqüentemente as relações sociais.

Antunes (2000a), no seu livro *Adeus ao Trabalho*, ressalta que as transformações no mundo do trabalho, originadas de tal processo, trouxeram sérias repercussões na subjetividade do trabalhador, afetando sua forma de ser. Alves (2009, p.42) chama atenção para a necessidade de “vincular a estrutura da economia do capitalismo mundial em sua fase de globalização, com o metabolismo social do trabalho.”

No item 1.2, vimos que o ser humano não se constitui em uma forma de ser isolada, já que absorve situações genéricas concretas. A vida de cada um está articulada ao percurso do gênero humano que tem nas relações de trabalho objetivadas atualmente, a centralidade da vida:

**“Nos dias de hoje a integração em âmbito mundial da humanidade ocorre com tal intensidade e com tal freqüência, que a existência concreta de cada indivíduo (em larga escala independente de ter ele ou não consciência) está indissociavelmente associada à trajetória de toda humanidade.” (Lessa, 2007, p.82).**

Sabemos que mudanças sempre acontecem, mas buscar qual o sentimento do trabalhador em viver este novo período, no qual a insegurança passou a fazer parte de seu cotidiano, com as mudanças objetivas no mundo do trabalho, nos parece um enigma a decifrar. Deve residir aí o diferente que buscamos. Logo, é importante compreender o cenário que gesta tal conjuntura, pressupondo que o ser humano é um ser singular e genérico, que reproduz e produz relações sócio-

genéricas tendo por mediação sua consciência.

Para se falar em globalização, precisamos explicar como se deu tal processo, enfatizando a reestruturação produtiva, estratégia dentro da acumulação flexível e o Estado neoliberal - pilares de base da nova fase do capital.

A estagnação dos mercados de consumo capitalista na década de 70 levou a crise da super acumulação, se fazia necessário pensar em novas estratégias para garantir o processo de acumulação. A crise no mercado mundial e conseqüente recessão econômica se evidenciava em altas taxas de crescimento do desemprego e retração dos lucros, o que foi agravado pela elevação do preço do petróleo em 1973. Era preciso operar mudanças tanto na política estatal, quanto no modo de organização da produção. A partir de então, começou a se pensar em certa flexibilidade tanto na organização do trabalho, quanto na produção e no consumo.

Harvey (1992, p.89) reafirma que a partir de então, vem o que se denomina acumulação flexível, tal modelo se “apóia na flexibilidade do processo de trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, gerando um novo complexo de reestruturação produtiva, para reorganizar as forças produtivas. Não existe um lugar específico para se produzir, nem para se vender, nem mesmo um tipo de trabalhador específico para desenvolver certa atividade. Este processo poderá acontecer em qualquer parte do globo, superando as fronteiras dos chamados Estados nação<sup>28</sup>.

A acumulação flexível teve suas origens na chamada terceira Itália, de uma experiência que se baseava em incremento tecnológico e descentralização produtiva, tendo como foco empresas pequenas, médias e artesanais, contrapondo-se ao modelo imposto pelo Fordismo<sup>29</sup>. Este método avolumava as práticas de

---

<sup>28</sup> Estado nação foi à base sobre a qual articulou a idéia republicana de comunidade, com uma identidade coletiva, para uma melhor integração social, na qual os indivíduos tinham um status de cidadão, com sentimentos de pertencer a uma mesma república. Os Estados nacionais se faziam como base territorial que objetiva governar as atividades econômicas da nação. A partir da nova fase do capital, as atividades econômicas passam a ter livre desenvolvimento em toda parte do mundo extrapolando as fronteiras. Para melhor compreensão ver Habermas (1995).

<sup>29</sup> Para melhor esclarecer, a acumulação flexível veio em oposição ao modelo Fordista de organização do trabalho que engloba a gestão da mão de obra. Este imperou até a década de 70, sendo considerado ‘modelo rígido’. Ford utilizou idéias de Taylor da administração científica, que

trabalho no setor informal, já que a fábrica não era o único espaço de produção, ao mesmo tempo, fragmentava o processo produtivo. Por exemplo, para se tecer uma camisa, os bordados eram feitos em um local, que poderia ser domiciliar, já o corte e a embalagem em uma empresa média, ou até mesmo, dependendo do produto, como carros, as peças e a montagem eram realizadas em países diferentes. Este modelo rechaçava o viés que sustentava o fordismo - a produção em massa - sendo voltado para um mercado mais específico. Esta experiência foi se alastrando em países como EUA, Alemanha e França.

**“A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto em setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado ‘setor de serviço’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.” (Harvey, 1992, p.140).**

Paralelamente à acumulação flexível, se desenvolve o chamado toyotismo ou modelo japonês, originado na fábrica da Toyota, enquanto um processo “ágil e lucrativo de produção de mercadorias” (Antunes, 2000a, p.53). Esta experiência primava por uma produção variada, orientada também pela demanda, operando sempre com estoque mínimo, o “just in time”.

Para tanto, lançavam mão de algumas estratégias: o trabalhador operaria simultaneamente várias máquinas, diminuindo o número de contratações, fazendo com que se aumentassem a produção, sem maiores custos. Além disso, baseavam-se em técnicas de gestão de supermercado dos Estados Unidos, pelas quais só se reporiem os produtos pós-venda, o que seria denominado Kaban. Este método depois foi expandido para as empresas subcontratadas e fornecedoras.

Outra característica marcante foi a implantação do chamado “sindicalismo de empresa”, Coriat (apud Antunes, 2000a, p.36). A idéia toyotista ressalta como lema ‘proteger a empresa para defender a vida’. Tal crença, com o tempo, foi essencial

---

prezavam pela separação entre a concepção e a execução do trabalho, sendo as tarefas fragmentadas e controladas pelo tempo de execução. A disciplina, o eixo fundamental e a produção eram em massa e voltadas para um mercado de massa. O saber do trabalhador era desconsiderado e havia hierarquização com distanciamento entre patrão e empregado, exigia-se um trabalhador especializado. Todavia, muitos autores colocam que não existe a superação do fordismo. Muitas de suas premissas continuam a existir. Não nos cabe aqui prolongar tal discussão, mas para melhor esclarecimento ver Alves (2009) e Harvey (1992)

para o sucesso capitalista da empresa ao combinar repressão e cooptação. Assim, aumentavam a produtividade, diminuían custos e desmantelavam o poder de organização da classe trabalhadora.

Com bases nestas estratégias de terceirização dos serviços e diminuição de mão de obra, a mundialização dos mercados avança além das fronteiras geográficas. Assim instalavam empresas com conglomerados em todo mundo, buscando qualidade e competitividade, como também mão de obra mais barata, a fim de diminuir os custos da produção.

Todo processo veio acompanhado do avanço tecnológico e da robótica, exigindo uma nova organização do processo de trabalho, o qual passa a ser um esforço coletivo mundializado para se cumprir os desejos da acumulação. Com maior racionalidade do processo produtivo, acompanhado da automação, emerge um novo trabalhador.

**“Cabe reconhecer que a flexibilização do processo de trabalho e produção envolve a emergência de um novo trabalhador coletivo. Agora mais do que em qualquer época anterior, o trabalhador coletivo é uma categoria universal. O seu trabalho, enquanto trabalho social, geral e abstrato, realiza-se no âmbito mundial. É no mercado mundial que as trocas permitem a realização da mercadoria, excedente, lucro, mais valia. Isto significa que todo trabalho individual, concreto, privado, passa a subsimir-se ao trabalho social, geral e abstrato, que se expressa nas trocas mundiais, nos jogos das forças produtivas em escala global.” (Ianni, 1999, p.133).**

Mais que nunca o trabalho passa a ser social e abstrato, visto que circula de maneira global, sem reconhecimento da totalidade do processo de produção. Além do mais, o trabalhador precisa ser polivalente, conhecer várias máquinas, realizar várias tarefas, devendo se adequar às exigências da produtividade.

Tal conjuntura aumenta ainda mais a alienação do processo de trabalho, pois não consegue ver o que se produziu, nem mesmo criar, pois muitas vezes só executa um determinado modelo de um produto, já imposto, o qual é exportado para um país indeterminado.

Todavia, mesmo com mais tecnologias, a globalização não conseguiu reduzir

as desigualdades que regem as condições de vida das populações, contraditoriamente aumenta a cada dia a concentração de renda e falta de acesso ao trabalho, reforçando ainda mais a alienação humana, ao impedir que um número ainda maior de pessoas não consiga vender sua força de trabalho.

O mais lastimável resultado de um mundo que se assume em plena era tecnológica é o crescimento do desemprego estrutural e aumento do trabalho terceirizado e precário sem acesso aos direitos sociais. Neste mundo, o trabalhador pode ser facilmente descartado, sem custos para o capitalista, visto que não possuem por obrigação a concessão de direito para o exercício do trabalho.

A evolução tecnológica parece ser mais importante do que o ser humano. A ambição de lucro avança de maneira desenfreada, já que as máquinas geram maior produtividade. Ignora-se a carência do trabalhador que precisa do seu trabalho para viver e se socializar. Ele é um mero coadjuvante para o capital, neste processo. A máquina, fruto de sua criação, se opõe ao ser humano. Vive-se a época da mais valia relativa e mudam-se as técnicas de exploração, mas esta não deixa de existir.

Alves (2000) explica que a tendência é introduzir, cada vez mais, novas tecnologias microeletrônicas e novos padrões organizacionais, vinculados à lógica do toyotismo, tanto na indústria, como no setor de serviços que tendem a não possuir mais, a capacidade de absorver a parcela de trabalhadores assalariados. Marx (1980), no *Capital*, nos leva a crer que não se mudam as formas de exploração, elas só se agravam à medida que aumenta a tecnologia.

No século XIX, as máquinas já eram um meio de trabalho concorrente do operário, cujas condições de existência eram aniquiladas por estas em uma luta desigual, levando a queda do preço da força de trabalho e seu valor. Antunes (2000a) reafirma a contemporaneidade da afirmação Marxiana, ao mostrar o descarte do operário industrial:

**“Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que de um lado reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e mais velhos. Há, portanto, um processo de**

**maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.” (Antunes, 2000a, p.49).**

À medida que diminui a quantidade de ofertas para trabalho, aumenta-se a exigência de qualificação da mão de obra. O avanço científico e tecnológico faz com que o tempo e a quantidade de trabalho não sejam determinantes na criação de riquezas. Com uma quantidade determinada de máquinas, aumenta-se a produtividade e diminui-se o tempo para produzir, mas não diminui a expropriação do que foi criado pelo trabalhador.

Assim, será a ciência e a tecnologia, que aplicadas ao processo de produção serão propulsoras da produção e da riqueza. Logo, se exigirá um novo perfil do trabalhador, que deverá possuir a compreensão e o domínio dos processos tecnológicos, para intervir na reprodução do capital. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de sua intelectualidade para acompanhar e assegurar a capacidade produtiva, constituindo-se em um forte pilar na era da globalização econômica.

Por esta lógica, vemos que não se trata do fim do trabalho, mas sim, mudança nas formas de organização do trabalho, que continuará a exigir o elemento humano. Antunes (2000a, p.76) classifica isso como “processo de intelectualização”, no qual o trabalhador não transforma objetos diretamente, mas supervisiona o processo produtivo em máquinas computadorizadas. A espoliação continua só que com novos mecanismos, fazendo com que o trabalhador exija de si mesmo especialização para compreender os novos sistemas e se manter dentro da qualidade de ‘trabalhador’, com acesso a direitos e um salário que garanta até mesmo, um falso ‘status social’ ao usufruir de uma certa proteção social<sup>30</sup>.

As máquinas até concorrem com o ser humano, mas não criam o novo, sem a ajuda dele. É impossível pensar em máquina sem a inteligência do homem. Ianni (1999, p.45) esclarece que o “mito da fábrica sem homens” está longe de existir. Para ele, a intervenção humana nunca foi tão importante, pois com a automação, as

---

<sup>30</sup> Colocamos como proteção social direitos previdenciários e trabalhistas que o trabalhador possui quando tem carteira assinada, conquistado por suas lutas operárias. Este direito é inexistente para quem está no mercado informal de trabalho e não contribui para Previdência

funções humanas são mais abstratas, mais intelectuais, já que agora o homem não deve somente agir de forma passiva controlando a máquina, mas deve evitar seus defeitos.

A globalização do capital expressa muito mais do que modificações econômicas, traz novos aspectos da questão social, que passa também a ser global, afetando as condições de sobrevivência humana, sua cultura, suas relações e sua personalidade. De acordo com Ianni (1999, p.87), à medida que acontece uma desterritorialização das forças produtivas e empresas de países desenvolvidos instalam filiais em países subdesenvolvidos, “desterritorializa também gente, coisas e idéias”, formas de se organizar e se viver se transformam ou mesmo desaparecem.

Desta forma se dissolve o mundo agrário, visto que a vida urbana parece oferecer mais possibilidades de melhor qualidade de vida (tecnologia, emprego e acesso a serviços públicos). A corrida à cidade se explica em parte pela natureza do trabalho industrial. O homem do campo se dirige à cidade para usufruir de um trabalho menos arriscado, às vezes, mais lucrativos e ter acesso a um possível bem estar.

O resultado nos grandes centros, com o inchaço das cidades, é o desemprego estrutural e a super exploração da mão de obra que exacerba a pobreza, a discriminação sexual, religiosa, racial, aflorando sentimentos nacionalistas e fundamentalistas. Tudo isto tem como pano de fundo a busca por trabalho e a necessidade deste. As pessoas mudam não só de cidades, mas muitas vezes de países, aumentando também os fluxos migratórios. Não se importa a identidade os laços comunitários são substituídos pela necessidade de sobrevivência.

Mesmo que a realidade para estas pessoas, dentro de seus países seja cruel, agrava-se ainda mais vivendo fora destes, muitas vezes, em situações ilegais. Tornam-se alvo de perseguições e preconceitos, ficam desprovidos de direitos básicos, por não serem da referida nacionalidade. Na verdade “O fundamentalismo cultural é uma ideologia de exclusão coletiva, baseada na idéia do outro, como

estrangeiro, um estranho como o termo xenofobia sugere, isto é, um não cidadão.” (Ianni, 1999, p.140).

Compreendendo como a globalização muda a organização do trabalho, veremos agora como o Estado, dentro desta conjuntura, contribui para acelerar o empobrecimento e descarte da mão de obra operária. Ressaltamos que as formas pelas quais se organizam o modo de produção sempre vêm acompanhadas de uma forma de regulação estatal. Assim, antes de se falar no neoliberalismo, falaremos um pouco do Estado de bem estar social<sup>31</sup>, modo de regulação assumido pelo Estado no modelo de organização de trabalho baseado no fordismo. Tal discussão reforça o preceito de que o Estado possui função essencial no que diz respeito à reprodução social do trabalhador.

Até a década de 70, o Estado tinha a função de intervir na economia com regulação econômica e social, com manutenção de políticas públicas para o bem estar da população, garantindo o pleno emprego. Este período também se caracterizou pela atuação incisiva dos sindicatos e partidos em relação às condições de trabalho. Esta época ficou conhecida como época de ouro do capitalismo, uma vez que conseguiu agregar crescimento econômico a direitos sociais, com melhor distribuição de renda. Paradoxalmente, dentro do processo de acumulação capitalista, tal estratégia conseguiu amenizar as mazelas do capital no pós 2° Guerra Mundial.

Contudo, dentro desta conjuntura de globalização econômica, até mesmo a idéia de Estado, que deve por função promover o bem estar concedendo condições para o exercício da cidadania, sofre mutações. Logo, a concepção que passa a prevalecer é a do Estado mínimo, o neoliberalismo.

Segundo Anderson (1995), esta idéia surgiu após a 2° Guerra Mundial, como crítica ao igualitarismo pregado pelos defensores do outro modelo. Para os

---

<sup>31</sup> O Estado de bem estar nasceu no pós 2° Guerra Mundial em um período de crise do capitalismo, baseado na idéia de Keynes, economista que defendia que bons salários, pleno emprego e políticas públicas garantiriam o consumo mantendo o sistema. Além de Keynes, o modelo apropriou-se da idéia do plano de Beveridge de seguridade social, que primava por serviços sociais como forma de diminuir riscos sociais e pessoais relativos ao trabalho.

neoliberais, é necessária a existência da desigualdade, como forma de assegurar a livre concorrência e a redistribuição de renda. Assim, a intervenção é negativa ao livre mercado, já que o Estado se enfraqueceria, sobretudo em razão de fazer concessões aos trabalhadores, o que levaria ao aumento dos gastos sociais.

Estas orientações passam a ser assumidas anos depois, com a crise que se alastrou na década de 70. A estabilidade monetária passa ser veemente perseguida, tendo o corte nos gastos sociais como alvo principal para se chegar a este caminho. Thatcher<sup>32</sup>, na Inglaterra, foi pioneira na implantação de tais premissas, criando desemprego massivo, implantando legislações antisindiciais, privatizando e diminuindo impostos sobre os altos rendimentos.

Dentro desta lógica desigualitária, a idéia da sociedade salarial de Castel (2000), na qual os sujeitos possuem sua inserção social relacionada à sua renda, a qual determina seu status, sua proteção e identidade parece ruir. Assim, não se conecta trabalho a direitos, concepção originada do Welfare States. É claro que, nesta dita sociedade, as injustiças permaneciam. Todavia, muitas pessoas ainda usufruíam de certas garantias sociais, como direitos previdenciários e trabalhistas, o que hoje parece ser sucateado pelos neoliberais.

Portanto, não há só uma flexibilização do sistema produtivo, mas também das funções estatais. Este deverá restringir sua intervenção em tais políticas, logo precisaria reduzir seus gastos passando muitos de seus serviços para iniciativa privada, mercantilizando assim as políticas sociais. O resultado evidencia que as políticas se tornam, cada vez, mais focalistas e seletivas, com apelo estatal a solidariedade social para amenizar a exclusão.

Em meio a uma conjuntura, que congrega organização do trabalho pela exploração e um Estado que, muitas vezes, negligencia as necessidades humanas, acontece a degradação da qualidade de vida daqueles que não podem ter acesso

---

<sup>32</sup> O neoliberalismo se consolida, sobretudo, com a queda do comunismo na Europa Ocidental e na União Soviética, todavia no ocidente tal modelo já se consolidava desde a derrota do oriente na guerra fria. Na América Latina a implantação de tal modelo se deu com o consenso de Washington que aconteceu no International Institute for Economy, funcionários do governo dos EUA, dos organismos internacionais e economistas latino-americanos estabeleceram algumas medidas para que a América Latina retornasse o crescimento, as quais se baseavam no governo Thatcher

aos meios necessários à sua sobrevivência. O que pensar sobre o trabalho, práxis primária da reprodução social? Será que a sociedade caminha para uma barbárie e, daqui a alguns anos, poucos terão acesso a um trabalho de carteira assinada, com garantia de direitos? Será que o trabalho fica fadado apenas à escravidão?

Com a diminuição do trabalho nas indústrias, acontece uma expansão do trabalho precário e também a falta de trabalho. Acontece o incremento do setor de serviços, além do aumento das atividades temporárias, precárias, as quais geralmente incorporam trabalho feminino e excluem jovens e idosos, ou seja, acontece uma heterogeneização da classe trabalhadora.

Portanto, neste contexto, agravam-se as condições de tal classe, já que se diminui a oferta de trabalho, aumenta-se o número de desempregados, com a conseqüente redução dos salários. Esta situação estimula o indivíduo a assumir qualquer tipo de atividade, a qualquer preço, em quaisquer condições e por quaisquer salários. O que ganham não é suficiente para cobrir sua subsistência nem mesmo preservar sua saúde física e mental que também se deteriora com este processo. É visível nos ambientes de trabalhos ou mesmo em algumas atividades, a falta de condição de segurança para reprodução da força de trabalho.

Como conseqüência deste quadro, acontece também a fragilização da mobilização da classe operária, com o enfraquecimento sindical através da cooptação causada pela falsa parceria que o capital forja com os trabalhadores, com o jargão 'vestir a camisa da empresa'<sup>33</sup>. Tal estratégia visa obscurecer o conflito capital trabalho, sendo somada a diminuição da oferta de trabalho o que contribui para enfraquecer o poder de barganha dos sindicatos. O trabalho parece ser coletivo, mas as estratégias para se manter no mercado são individuais<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Através da participação de lucros e resultados, dos círculos de controle de qualidade, o operariado acaba por absorver a lógica do lucro e da rentabilidade. Assim todo o trabalho e até mesmo as mobilizações dos trabalhadores passam a se focar em estratégias para uma maior produtividade, uma vez que a empresa divulga a idéia de que os benefícios para os empregados crescem à medida em que seu lucro aumenta. Portanto, muitas vezes, a luta por melhoria de condições de trabalho é esquecida pela classe trabalhadora.

<sup>34</sup> Segundo dado do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apesar de um aumento considerável no número de pessoas trabalhando com carteira assinada, o mercado formal no ano de 2010 ainda continua com índices significativos. Em maio de 2010 na Região Sudeste, onde há maiores índices de empregabilidade, como também de desligamento, o número de admissão foi de 947.041 e de desligamento de 752.540. Para mais informações (ver <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>).

A falta do trabalho, como já dito, só agrava as condições de acesso a um padrão de vida digno, sem falar na falta de capacidade ou mesmo de vontade do Estado em gerenciar a crise socioeconômica, visto que a cada dia restringe mais sua intervenção nas mazelas sociais e, quando o faz, realiza de maneira pontual.

Dentro desta lógica, acontece uma apropriação do saber e do fazer do trabalhador, os quais passam a compartilhar um dilema entediante. Por um lado, precisam sobreviver, porém não conseguem trabalho e escolhem qualquer tipo de atividade, mesmo sem nenhuma afeição por ela. São poucos os trabalhadores que possuem prazer em exercer sua atividade, mostrando que no capitalismo globalizado, mais uma vez, o velho Marx, há séculos, se mostrou como um exímio 'profeta'. Nos manuscritos afirmava que, na ordem capitalista, o trabalho nega o homem fazendo com que se perca de si, evidenciando-o enquanto uma mercadoria desprovida de seu caráter humano:

**“O trabalhador é a manifestação subjectiva do fato de que o capital é o homem inteiramente perdido para si mesmo, assim o capital é a manifestação objectiva do fato de que o trabalho é o homem totalmente perdido de si próprio. Contudo, o trabalhador tem a infelicidade de ser um capital vivo e, portanto, com necessidades, que em cada momento em que não trabalha perde seus juro e, por conseguinte, a existência. Com o capital o valor do trabalhador varia de acordo com a procura e a oferta, e a sua existência física, sua vida, foi e é considerada como uma oferta de mercadorias, semelhante a qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador. Assim ele produz a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, constitui o produto de todo processo.” (Marx, 1993, p.185).**

Existe uma manipulação oculta, gerada pelo capital, que influencia o comportamento do trabalhador, como uma marionete. Assim divulga-se a lógica do “é preferível o pouco ao nada”, enfatiza-se o desemprego enquanto ociosidade, levando a uma autculpabilização dos excluídos do mercado e, portanto, os condicionam a aceitar qualquer atividade, a fim de sanar seu duplo sofrimento (falta de trabalho e vergonha social por não ter trabalho).

Disseminam-se concepções para reforçar a ideologia que coloca o capital como final da história. O trabalhar “por qualquer custo em quaisquer condições” vem se caracterizando como um valor necessário ao momento histórico, para impedir os

homens de ver a exploração a qual se submetem. Quem não tem trabalho na sociedade do fetiche é visto como a mercadoria que tem valor baixo no mercado e é rejeitada socialmente, não gerando lucros.

Como já falamos anteriormente, o trabalho é ponto primordial para humanização do indivíduo. Todavia, a partir do momento em que trabalhar somente se traduz em meio de subsistência, sendo realizado de forma precária, degradante, para nós, se converte em mercadoria e não em realização. Logo, acreditamos que não há satisfação no ato de trabalhar, mas deterioração, não se reconhece em sua atividade, se ignora. Como coloca Marx (1993, p.73) nos manuscritos:

**“Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer a necessidade fora dele.”**

Trabalhar, para um grande número de pessoas, parece ser um fardo, uma imposição, que advém da necessidade de sobrevivência, anulando a vontade interna, acontecendo assim um estranhamento, o qual coloca objeções ao modo de ser, impedindo seu desenvolvimento.

Antes se designava atividade precária, aquelas que aconteciam fora do mercado formal. Será que o termo precário não poderia, atualmente, abranger as atividades que extraem a singularidade do indivíduo, que são exercidas como sofrimento em meio a uma organização do trabalho, que penaliza sua vivência, independente de terem ou não acesso a direitos? Esta pergunta poderá ser respondida no decorrer deste trabalho, mas para isso precisamos aprofundar no que é 'precário'.

#### 1.4 PRECARIEDADE CONSENTIDA?

Para classificar o processo causado pela globalização econômica por meio da reorganização do mundo do trabalho, o qual projeta mudanças radicais na vivência da classe trabalhadora, utilizaremos o termo subproletarização, conforme Antunes (2000a) e Alves (2009), e precariedade, nas concepções de Singer (1998), Alves

(2000) e Castel (2000). Estes termos não são apenas nomenclaturas usuais, mostram uma nova face da exclusão gestada no momento em que a extinção de postos de trabalhos eleva a taxa de desemprego.

Portanto, o trabalhador se transmuta em um subproletário, ao assumir funções assalariadas em condições desfavoráveis ou até mesmo sem salários, evidenciando a precariedade do trabalho. Esta precariedade tem como pano de fundo, o descomprometimento do Estado neoliberal, ao assumir um papel de valorização do capital para promover o consenso e garantir acumulação, junto com a flexibilidade excludente promovida pelo modo de organização de trabalho no toyotismo, que substitui trabalho humano por máquinas.

Os ditos subproletários, atores da era do trabalho precário, comportam desde trabalhadores, que possuem trabalho em tempo integral, mais estável, gozando de certos direitos trabalhistas, como também outra parte de indivíduos que possuem trabalhos avulsos. Já a grande parcela é formada por trabalhadores salarizados em tempo parcial com menos segurança no trabalho. Eles representam um grande contingente e são mais vulneráveis à exploração, sendo constituído por empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários e subcontratados.

A nova precariedade do trabalho é funcional à acumulação flexível. Integra as estratégias das metamorfoses que se sucedem do antigo para o moderno mundo do trabalho. Singer (1998) afirma que melhor do que a palavra desemprego, para qualificar esta situação atual, é a precarização, já que os novos postos de trabalho não oferecem ao ocupante, compensações que as leis e os contratos coletivos antes garantiam.

Até mesmo os trabalhadores do mercado formal, são atingidos ao ver a restrição de seus direitos ou assumir trabalhos ignorando condições de segurança para manutenção da sobrevivência. As legislações que primavam por melhores condições laborais são substituídas por relações informais ou incompletas de trabalho, através da flexibilização do contrato de trabalho, como por exemplo, uma grande empresa, que ao invés de empregar com carteira assinada, prefere

terceirizar o serviço para se obter menores custos. Trabalho humano parece ser associado à fadiga e sofrimento.

Existe um enorme exército industrial de reserva, que representa grande comodidade ao modo de produção, visto que exerce função de estabilizar o sistema. Assim os salários se mantêm baixos, as jornadas são longas e os benefícios inexistentes. Esta situação é alimentada por um certo consenso da classe operária em relação às condições precárias, consenso que, muitas vezes, garantirá seu sustento.

Ao mesmo tempo em que há o consenso sobre as más condições de trabalho, com queixas veladas, se fragmenta a sociabilidade entre os trabalhadores, que desestrutura as bases do poder sindical e sua organização. A inexistência de trabalho faz com que os trabalhadores não se vejam enquanto pertencentes de uma classe, mas concorrentes por um trabalho, seja este em quaisquer condições:

**“Diante disso, o poder sindical da classe operária organizada é debilitado não apenas em sua dimensão subjetiva, como o incremento das práticas de captura da subjetividade operária pelo capital, mas em sua dimensão objetiva, com a implosão do mundo do trabalho, principalmente em seus pólos ‘modernos’ em que havia constituído, nas últimas décadas, uma relativa integração dos estatutos salariais. Surgiu a partir daí, uma nova classe operária mais diversificada e mais segmentada.” (Alves, 2000, p.252).**

Acreditamos que o processo de precarização também se explica pela fragilidade do movimento operário. A própria mobilidade adquirida pelo capital, de sair de um local e implantar filias em outros, corrobora com a tentativa de combate a uma classe operária mais organizada. Diante de movimentos operários mais frágeis, foi mais fácil para os capitalistas, terem liberdade de estabelecer regras, segundo suas vontades. Nas filiais, em países mais periféricos, se aceitava trabalhar com maiores restrições de direitos, sendo que os salários eram bem inferiores aos pagos nos locais de origem<sup>35</sup>, o que garantiria o lucro e perpetuaria a exploração.

Outra arma utilizada como operação ideológica é a extinção dos postos de

---

<sup>35</sup> Em 1997, a empresa da Mercedes-Benz se instalou na cidade de Juiz de Fora, com várias concessões feitas pela prefeitura daquela cidade, todavia, os salários eram muito baixos e a exigência de qualificação enorme. Pela falta de especialistas, muitos vinham da Alemanha e tinham um salário bem maior que o companheiro da mesma especialidade, contratados na referida cidade.

trabalho, que se torna instrumento favorável para a aceitação de qualquer condição de trabalho. Assim, se favorece a super exploração, que hoje acontece, disseminando a idéia da falta de trabalho. Por esta concepção se estimula o consentimento com o precário e mais do que nunca o valor fetiche da mercadoria parece subjetivado pelos trabalhadores.

Anteriormente na era do capital monopolista - década de 70 - os que se encontravam fora do mercado, ainda poderia ser considerados trabalhadores excedentes, já que ainda conseguiam se inserir em algum tipo de atividade. O trabalho vivo ainda era mais requerido pelo mercado, como também contavam com uma melhor proteção de políticas estatais e dispunham de uma maior organização de classe, o que não acontece atualmente. O mercado não consegue absorver mão de obra. Esta situação é exacerbada pelo fato do próprio Estado diminuir sua função empregadora pela privatização de serviços, antes sob seu controle.

**“Mas creio que a precarização do trabalho seja talvez mais importante ainda, pois é ela que alimenta o desemprego e que faz com que esta situação do trabalho, tornando-se cada vez mais frágil, force as pessoas a se encontrarem numa condição de vulnerabilidade (...) este processo de precarização do trabalho toca de forma desigual as diferentes categorias sociais. Afeta principalmente os trabalhadores, e dentre eles os pouco qualificados, mais do que os executivos, por exemplo, mas é preciso dizer que há também um desemprego para os quadros superiores, quer dizer que ninguém escapa a essa reestabilização das situações de trabalho.” (Castel, 2000, p.250).**

O processo de acumulação para ser progressivo e rentável se apóia no aumento do trabalho morto em detrimento do vivo, sem, contudo eliminá-lo, na valorização do trabalho abstrato em detrimento do concreto, delineando o perfil das relações de trabalho na atualidade.

Coexiste, portanto, a ‘população trabalhadora excluída ou “sobrantes”, visto que, muitas vezes, não possuem sequer uma atividade para ganhar a vida, assumindo trabalhos desqualificados, conforme evidencia o artigo sobre o “o trabalho precário e suas conseqüências”, escrito por Silva (2009)<sup>36</sup> reafirmando a ideologia do trabalho a qualquer custo:

---

<sup>36</sup> SILVA (2009). Disponível em <http://www.artigonal.com/direito-artigos/o-trabalho-precario-e-as-suas-consequencias-1018371.html>

**“Colocando tudo em pratos limpos, o trabalho assalariado de miséria deve ser elevado ao nível de um dever cívico (sobretudo reduzindo as possibilidades de substituir fora do mercado de trabalho desqualificado), sem o que não encontrará quem o aceite. Esse trabalho da miséria além de ser desqualificado, é erigido a um patamar de difícil conquista, não é por acaso que na busca por esse tipo de trabalho a concorrência seja cada vez mais acirrada, tudo isso faz com que aquele que tenha conseguido vencer a concorrência acabe ficando contente e satisfeito com um trabalho que não lhe dar, ao menos, as mínimas possibilidades de crescimento e de produzir livremente, sem falar na ‘remuneração’ que lhe pagam, a qual só existe em nome, pois trata-se de uma verdadeira esmola.”**

Esta situação no Brasil, de dificuldade de acesso ao emprego, é agravada pelo fato da população não ter sequer acesso ao ensino de qualidade. O conhecimento enobrece, liberta, valoriza, sem acesso à educação o indivíduo terá menor probabilidade de entender seu mundo, de escolher seu trabalho, formar uma visão crítica e mudar a situação na qual se encontra.

Além disso, há no processo de flexibilização uma crescente demanda pelo chamado trabalho intelectual, que exige escolaridade e conhecimento. Tiriba (2002) coloca que, no Brasil, os trabalhadores têm em média três anos de escolaridade, mesmo vivendo em uma sociedade que busca o conhecimento e avança na tecnologia. Por outro lado, a educação<sup>37</sup> aprendida não serve ao trabalhador, mas sim ao capitalismo, que tem a ciência da gestão e de domínio do sistema, fazendo com que o capital se perpetue na mão de poucos.

A questão acentua-se quando o Estado neoliberal contribui também para o desemprego de diversas formas, por meio da mercantilização de serviços e vendas de empresas, antes sobre sua custódia, com desregulamentação dos direitos sociais e trabalhista e na incapacidade de estabelecer políticas para amenizar esta conjuntura. Independente da posição política, de quem assume o governo, ser de direita ou esquerda, há no momento atual uma subserviência ao capital.

---

<sup>37</sup> MST (Movimento dos Sem Terra) mantém escolas próprias para os militantes dos movimentos como modo de ensinar seus valores às crianças. Seu lema é educação para libertação. Partem do pressuposto de que o ensino nas escolas convencionais é para manipulação, seu principal objetivo é um espaço de formação pluralista, não só para militantes do MST, mas de outros movimentos sociais. Desta forma tentam disseminar valores diferentes do capital

Tal circunstância leva a existência de pessoas que geralmente assumem atividades precárias como válvula de escape para suas péssimas condições socio-econômicas. Estes indivíduos se originam, em sua maioria de uma “subclasse, que é inferior a estrutura de classe” (Ianni 1999, p.27), são minorias raciais, por muito tempo desempregadas, sem especialização e treinamento profissional, dependentes do assistencialismo e de programas estatais, estando à margem da sociedade e assumindo a ideologia reinante.

**“A flexibilização das relações entre capital e trabalho nos leva ao sub emprego, ao trabalho temporário, trabalho terceirizado que, de fato, são formas precárias de trabalho. Mas, penso que é preciso pontuar que, no capitalismo, o trabalho assalariado (mesmo com a garantia de todos os direitos sociais) é trabalho mercadoria, é trabalho alienado... e portanto, trabalho precário, vida precária !!!!!!! Ou seja, o trabalho precário não é simplesmente o trabalho temporário, com sub-contrato. O trabalho assalariado é em si trabalho precário a partir do momento em que ele se torna uma mercadoria.” (Tiriba, 2002, p.10).**

Castel (2000, p.32), ressalta que a nova “questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade”. Yasbec (2004, p.34) evidencia que tal questão “se reformula e se redefine, tendo assim novas roupagens”. Segundo seu pensamento, a questão social, mesmo sendo estrutural, assume novas configurações e expressões, dentre as quais destaca: as transformações das relações de trabalho e a perda da proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulneráveis da sociedade.

**“Nesse novo contexto de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, a questão social se expressa na insegurança do trabalho assalariado e na penalização dos trabalhadores. Pois é do trabalho, de sua proteção e garantia que se construíram, em um processo de conquistas, os direitos sociais, a seguridade social.” (Yasbek 1998, p.52).**

Dentro desta situação que congrega a falta de trabalho, a luta pela sobrevivência, o enfraquecimento do poder sindical e o fortalecimento do capital, aumenta a precariedade, a insegurança no trabalho e a carência de políticas públicas. Em uma época em que mais do que nunca, trabalhar é mercadoria e que todos buscam como sobreviver, pouco se importa qual função assumir e o risco da precariedade se cala no consenso.

O consenso fatalista é alimentado pela ideologia do capital, como final da história, o que pode ser um obstáculo ao desenvolvimento humano, ao tentar influenciar a ação de cada ser, os desestimulando a luta por melhor trabalho. Logo acabam por assumir atividades que violam a dignidade humana e não se unem na luta coletiva para superar tal situação, mostrando a alienação a qual estão submetidos.

Assim, o ato de trabalhar vai ficando cada vez mais distante de uma atividade prática positiva. Logo, a discussão acaba por girar em torno da falta de trabalho, mas como já deixamos claro, a precariedade não é companheira apenas dos que não possuem vínculo formal.

Alves (2000) enfatiza a importância de não nos esquecermos da qualidade dos postos de trabalho e dos riscos que o próprio desemprego traz de ignorarmos este 'detalhe'. Para ele, a discussão da quantidade de empregos sobrepõe-se à da qualidade dos novos postos de trabalho, ocultando, portanto, o problema da subproletarização tardia, como um dos maiores problemas do mundo do trabalho no limiar do século XXI.

Torna-se normal discutir o porquê da falta de empregos e se esquecer que o trabalhador de carteira assinada pode passar por situações de exploração que suprime direitos. Sabemos que, ao mesmo tempo em que o trabalho pode gerar prazer, pode gerar desprazer. A forma como ele está estruturado ou organizado pode influir na vivência dos seres sociais. Mais do que sobrevivência, ele é espaço privilegiado de definição das condições de vida de quem o exerce.

Portanto, é importante entender o processo de trabalho para averiguar quanto, mesmo sobre a égide dos direitos, pode tornar-se precário agredindo a vida dos trabalhadores. Logo, no próximo capítulo, discutiremos o processo de trabalho e suas repercussões na vida do trabalhador, dentro do mundo globalizado. Todavia, antes deveremos responder uma pergunta precisa ser respondida: Qual a diferença entre trabalho e emprego?

## 1.5 TRABALHO E EMPREGO

Acreditamos que sem definição da diferença entre trabalho e emprego é impossível continuar nossa discussão. O trabalho, como já vimos, é o esforço humano voltado a um propósito de modificar a natureza. Por meio dessa mediação, o homem satisfaz suas necessidades, cria novas realidades, se sociabiliza e tece a História. Já o emprego designa a relação salarial, onde de um lado estão aqueles que compram a força de trabalho e outros que a vendem, tal conceito desponta na época da Revolução Industrial através da mercantilização das relações de trabalho.

Castel (2000) coloca que a transformação do trabalho em emprego foi uma das grandes transformações do século XIX, se traduzindo em uma forma de compromisso social. Antes desta concepção, o trabalho era atrelado à escravidão relegada àqueles que estavam às margens sociais. Somente os proprietários gozavam de segurança, uma vez que eram protegidos pelos recursos dos quais dispunham.

Sabemos que as mudanças operadas com a evolução das forças produtivas modificaram a dinâmica das relações sociais. Não nos cabe, neste momento, ampliar tal debate, mas é importante ressaltar que foi através das transformações históricas que o trabalho foi tomando sentidos diferentes até o momento em que se tornou moeda de troca.

A partir de então surge o salariado, o proletariado dos primórdios da industrialização, que não era proprietário dos meios de produção, contando apenas com a propriedade de sua força de trabalho. O salariado estava atrelado a uma categoria social que vivenciava as piores condições de vida. Neste momento, estas pessoas viviam apenas para sua subsistência. A evolução da História mostrou que seu protagonista maior era o próprio homem, que ao olhar as condições de exploração a qual estavam submetidos, iniciaram a luta para sair dessa condição.

Por fim, não era necessário somente o valor pago, sempre abaixo do esperado, eram necessárias melhores condições para o exercício da atividade, pois com a velhice ou algum acontecimento que os impedissem de utilizar a sua força de

trabalho, nada teriam. A partir de então, em oposição a um trabalho sem proteção, surge o que denominamos como sociedade assalariada, aquela na qual os indivíduos possuem sua proteção, identidade e status, definidos pelo lugar que ocupam no salariado (Castel, 2000). É o processo de transformação do trabalho em emprego que passa pelo viés do direito e cidadania.

**“Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho e não somente à propriedade e ao patrimônio (...) ora se estando fora da propriedade se está à mercê da assistência social. Essa era, justamente, a situação dos trabalhadores que viviam de seu trabalho e que quando não podiam trabalhar viviam um drama (...). É justamente desta situação do trabalho sem proteção que nasceu o novo status do trabalho na sociedade salarial. Pode-se dizer efetivamente, que este tipo de proteção de regulação, ou seja, direito do trabalho, seguridade social, foi inicialmente ligado ao salariado, e mesmo ao pequeno salariado, é que se definiu no conjunto da estrutura social.” (Castel, 2000, p.244).**

Todavia é importante ressaltar que as desigualdades na sociedade salarial se perpetuam. A diferença é que os indivíduos possuem acesso a direitos e garantias, gozando de maior segurança para o exercício do trabalho. Na verdade, na sociedade salarial, a cidadania define-se pelo emprego que o indivíduo ocupa evidenciando a centralidade do trabalho na vida das pessoas.

Gorz (2003) também reconhece a idéia dessa sociedade salarial, originada do trabalho socialmente remunerado, que define identidade social, através da profissão e a intitula como sociedade do trabalho. Todavia, ao mesmo tempo em que entende esta sociedade, como estrutura que define a vida do ser humano, defende a concepção que pela própria dinâmica do capital na era globalizada (redução de postos de trabalho e substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto) haverá o fim do trabalho assalariado, culminado na perda de sua centralidade, já que muitos não terão mais direito ao trabalho.

Assim, acredita que o trabalho pago, ou seja, o emprego, que congrega direitos, deve ser superado. Neutzling (2004) também adere a tal orientação, com severa crítica ao trabalho de natureza salarial, que, para ele, é produto da sociedade capitalista, de seu fetiche:

**“A glorificação teórica dos trabalhadores resultou na efetiva transformação de toda a sociedade numa sociedade de trabalhadores, numa sociedade operária. Ao fazer isso, ela passou a entender o trabalho como emprego, isto é, o trabalho só é trabalho, quando é pago. Assim, todos desempregados e precários em potencial são incitados a se bater por este trabalho que o capital aboliu. Cada passeata, cada cartaz que exige. Nós queremos trabalho, proclama a vitória do capital sobre uma humanidade subjugada de trabalhadores que não são mais, e que não podem ser, outra coisa. Eis, portanto, o centro do problema e o núcleo do conflito: trata-se de desconectar do trabalho o direito de ter direitos e, especialmente, o direito ao que é produzido e produzível trabalho, ou com cada vez menos trabalho. Trata-se de reconhecer que nem o direito a um rendimento, nem o direito à cidadania plena, nem a realização e a identidade de cada um podem mais ser centradas no emprego e depender de ter um emprego. Trata-se, conseqüentemente, de mudar a sociedade.” (Neutzling, 2004, p.5).**

O caminho indicado por Neutzling (2004) e Gorz (2003) é o exercício do trabalho com base em valores diferentes, que resgatem o seu sentido criativo, inventivo, libertador e extirpe seu caráter alienado de mercadoria. A subsistência do trabalhador não deve estar subjugada ao capital, que atribui ao trabalho um sentido estritamente econômico, gerando desprazer e a insatisfação ao remetê-lo a uma “ética do rendimento.” (Gorz, 2004, p.34).

Para Gorz (2004), a sociedade assalariada é uma sociedade que estimula o consumo, logo, tanto o operário como o capitalista servem ao capital, visto que este tende a gerar uma tendência cada vez maior de usufruir dos bens de consumo. Neste ciclo vicioso, tudo continua da forma que está. Assim, em uma sociedade em que o trabalho é mercadoria, sendo precário e alienante, a solução não está em lutar por estes empregos, que acabam por manter o sistema, mais abolí-los, libertando-se da “ditadura do emprego.” (Gorz, 2004, p.37)

Dessa forma, a solução que apontam é a diminuição do tempo do trabalho, de modo que o ser humano tenha tempo para desenvolver atividades mais prazerosas, as quais serão definidas de forma individual, como o objetivo único de satisfação, que pode até mesmo gerar cooperação, solidariedade, desvinculando de uma concepção de troca por valor monetário. É para isso que o trabalho deve existir, não para usufruto de bens de consumo que reproduza o sistema:

**“Um tempo de trabalho cada vez mais reduzido e flexível pode possibilitar a criação de uma esfera crescente de vida comunitária, de cooperação voluntária e auto organizada, de atividades auto determinadas sempre mais extensas. Somente por este caminho se evitará que a redução do volume de trabalho necessário ao sistema econômico se transforme em desemprego, desintegração.” (Neutizling, 2004, p.6).**

Tal pensamento nos parece um tanto romântico, visto que os referidos autores parecem se esquecer que na sociedade capitalista a jornada de trabalho é responsável pela mais valia que perpetua o sistema. Logo, pregar uma redução de jornada é mesmo que afirmar o fim deste modo de produção, mas como terá o fim se não se fala em superação do sistema capitalista?

Acreditamos que mudar a situação de exploração a qual estamos submetidos não é simplesmente se dedicar ao ócio, reduzindo o tempo do trabalho, exercitando atividades prazerosas que desenvolvam cooperação social, mudando o sentido do trabalho, obvio que isto seria muito bom. Tal situação pode até ser funcional à passagem de uma sociedade mais igualitária, contudo não se falar no fim do capitalismo, apenas no fim do trabalho, parece ser uma postura um tanto quanto romântica e utópica. Esta postura ignora que a mudança da situação é produto da contradição, objetivada por meio da luta de classe, e de um processo dialético. Este não requer uma postura conformista e individualizada, mas uma luta coletiva. Antunes (2004) compartilha deste pensamento:

**“Eu acho muito fácil dizer que se quer o fim do trabalho, e não dizer que se quer o fim do capital. Fica a idéia de que podemos ter uma sociedade capitalista sem trabalhadores, o que é pura ficção. O que acho fundamental hoje é dizer que se quer o fim da sociedade destrutiva do capital e o fim do trabalho alienado, do trabalho abstrato, assalariado, e isso é condição para resgatar uma sociedade para além do capital e para além do mercado.” (Antunes, 2004, p.37).**

Ao mesmo tempo, Antunes (2004) defende a existência da sociedade salarial e da centralidade do trabalho, não por defender o trabalho alienado e a exploração, mas por acreditar que estar fora do trabalho no mundo atual, significa estar em situação mais caótica do que o da classe que vive do trabalho.

Nós confiamos na veracidade e concretude da concepção de Antunes (2004) e assumimos neste trabalho de dissertação, tal concepção. Acreditamos que a

existência de uma sociedade do trabalho, baseada em direitos, são conquistas do homem que mostram sua generacidade, na luta por um trabalho pouco menos indigno. Neste caso, concordamos com Campos (2008, p.37), que defende o “trabalho decente”<sup>38</sup>, não como postura passiva, mas como um caminho real e possível no mundo que estabelece o corte de direitos conquistados pelos trabalhadores, como apêndice de sua lógica e retrocedem o trabalho a um regime que, às vezes, denota escravidão completa.

**“Se com o advento do capitalismo e do trabalho livre o trabalhador já é expropriado das condições reais, o objectiva de seu próprio trabalho, a ausência de condições mínimas e direitos elementares como expressos pela luta por trabalho decente, nos remetem à situação de escravidão e dominação total. Assim o trabalhador é usurpado agora em todas e quaisquer condições e direitos, sejam elas subjectivas e objectivas.” (Campos, 2008, p.145).**

O que queremos afirmar é que em uma sociedade tão desigual, que agrega exploração e precariedade do trabalho, ter emprego com acesso a direitos é necessário, pois atende às necessidades humanas. Analisando por outro ângulo, caso não existissem os direitos, dentro do mundo do trabalho, não se haveria preservação da vida no capital, pelo seu próprio caráter desumanizador. Prova disso são os grandes índices de morbidade da classe trabalhadora no início do capitalismo.

Sem vida não há como se falar em luta, se não se come, se não se socializa, se morre e não se faz História. Ter direitos é pressuposto básico para se viver em um mundo tão desigual, mas não o direito como fim único, mas como caminho necessário a sobrevivência humana para se fazer a História e mudar a História.

**“Somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda existência humana, e, portanto de toda história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver ‘para fazer história’. Mas para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer a necessidade, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental a toda história,**

---

<sup>38</sup> O trabalho decente é preconizado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) em oposição ao trabalho precário, se constituindo em uma série de medidas para assegurar o exercício da atividade em condições mais dignas, buscando a preservação de direitos que estão sendo desrespeitados na nova conjuntura

**que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida.” (Marx; Engels, 1982, p.58).**

Assim, é preciso lutar por condições melhores de trabalho, por mais empregos, lembrando que não é o fato de possuir direitos, de ter um emprego, que fará com que os homens fiquem em uma posição cômoda, que aceitem a ordem capitalista como fim.

Portanto, nos apoiamos pela frase histórica de Bobbio (1992 apud Faleiros, 2006, p.37) considerando que “o problema grave do nosso tempo não é mais fundamentar o direito e sim protegê-lo”, mas protegê-los, sem perder o horizonte de uma sociedade mais igualitária. Trabalhar precisa ser, no mínimo, com dignidade, este é o desafio no mundo de trabalho indigno, resgatar o que está retrocedendo, recriar o que foi perdido:

**“(...) e isso coloca uma questão central: o trabalho que estrutura o capital desestrutura a humanidade: precarização, globalização, desemprego, sub-remuneração, exploração do trabalho, etc. Em contrapartida, o trabalho que estrutura a humanidade, desestrutura o capital. O desafio do século XXI é resgatar o sentido do trabalho para que reconquiste o sentido de dignidade humana e estruture a humanidade. Para isso, nós temos que desestruturar o sistema de mercado, de capital. Os apologistas da ordem vão dizer que isso é utópico, ou que não é novo. Nós respondemos que isso é o novo e o velho é reciclar o neoliberalismo e achar, como Fukuyama que ele é inevitável.” (Antunes, 2004, p.36).**

## 2. SEGUNDO CAPÍTULO: PROCESSO DE TRABALHO E TRABALHO EM TURNO E NOTURNO

### 2.1 A SUPRESSÃO DOS RISCOS COMO FACE DA ALIENAÇÃO NO TRABALHO

É de grande importância para o Serviço Social estudar o trabalho, em seu sentido ontológico e histórico dentro do mundo globalizado, como uma maneira para se compreender a vivência do trabalhador. Consideramos que este é um ser social que possui objetivações<sup>39</sup> com peculiaridades específicas em cada momento histórico.

Assumimos uma vertente de análise crítica, que vai ao encontro do pressuposto teórico-metodológico e ético<sup>40</sup> no qual se baseia a profissão do assistente social. O trabalho é uma construção social e origina situações objetivas que interagem com a subjetividade dos indivíduos, transformando a realidade. Portanto, à medida que se evocam novas formas de organização da produção, originam-se outras demandas para sociabilidade do trabalhador que muda sua forma ser e de estabelecer as relações sociais.

**“As categorias da economia burguesa são formas intelectivas que possuem uma verdade objetiva, enquanto refletem relações sociais reais; mas estas relações pertencem apenas a esta época histórica determinada, em que a produção mercantil é o modo de produção social.” (Marx, 1980, p. 87)**

Assim, o desenvolvimento político-social e econômico marcam as relações de produção e, conseqüentemente, as relações sociais e as condições de vida referente à moradia, alimentação e saúde. A vivência do trabalhador é determinada

---

<sup>39</sup>Segundo Netto (1981), as objetivações são as ações humanas e suas atividades práticas

<sup>40</sup> O projeto profissional que foi construído no contexto histórico de transição dos anos 1970 aos 1980, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional presente no Serviço Social daquela época. Constata-se o seu amadurecimento na década de 1990, período de profundas transformações societárias que afetam a produção, a economia, a política, o Estado, a cultura, o trabalho, marcadas pelo modelo de acumulação flexível (Harvey) e pelo neoliberalismo. A profissão optou por um caminho teórico metodológico baseado no referencial teórico crítico a luz do pensamento de Marx tendo como um dos fundamentos a opção por um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de etnia, classe e gênero

diretamente pela natureza de sua atividade dentro da sociedade mercantilizada. Entender este processo pode nos levar a compreender a alienação como desencadeadora de um sofrimento no exercício das profissões na atualidade. Alienação esta que pode ter sua origem ao não se ter afinidade com o trabalho, ao não se reconhecer no trabalho e ao torná-lo mercadoria.

**“(…) O trabalhador, privado do contacto com a atividade concreta, passando, a executar o “trabalho invisível” em que não toca o que faz, vivencia a impressão de perda do controle sobre seu trabalho, sentindo-se uma peça de engrenagem. A identidade é brutalmente atingida nestas situações em que o trabalhador perde o significado do seu trabalho, o interesse e o prazer no que faz. O indivíduo se reduz, assim a um operador que não mais investe afetos em seu desempenho. O trabalho e a vida passam assim a fluir em um ritmo mecânico.” (Silva 1994, p.14)**

A maneira como o processo de trabalho se desenvolve, na contemporaneidade e os impactos que ocasiona nas vidas das pessoas parecem ser ignorados pelo próprio trabalhador, como se houvesse uma cisão entre trabalho e vida pessoal, incluindo sua saúde. Isto acontece porque o homem não percebe o trabalho como atividade prática positiva, que dá prazer e desenvolve suas potencialidades. Uma das razões para isso ocorrer é que, nos dias atuais, seu exercício, muitas vezes, mais o degrada do que o edifica.

Contraditoriamente, os projetos de vida das pessoas estão diretamente ligados ao ato de trabalhar, que lhe proporciona a sobrevivência física, status social e o sentimento de ser sentir importante e útil. Assim, o trabalhar oscila entre o sentimento de liberdade e a alienação. Esta desponta quando o trabalho passa ter o sentido único da mercantilização. Logo, o indivíduo não só produz as mercadorias, mas produz a si mesmo como uma mercadoria, caracterizando seu trabalho como alienado.

Na era do trabalho globalizado, acontece o que Silva (1994) qualifica como “monetarização dos riscos”. Os perigos inerentes à função são mercantilizados e em vez de se lutar por condições de trabalho mais dignas e por seus direitos, o trabalhador vende sua segurança. A insalubridade, a periculosidade e a penosidade<sup>41</sup> fazem parte deste “processo legalizado” no qual o trabalhador

---

<sup>41</sup> Termo utilizado na constituição de 1988

percebe como um ganho, já que recebe um montante extra para sua manutenção, assim como as horas extras. Assim ele se degrada, pois reproduz riqueza, enfrentando situações que desafiam seus limites físico e mental.

Portanto coexistem determinações estruturais e conjunturais as quais definem as políticas econômicas-sociais, influenciando no vínculo de trabalho, interferindo de forma objetiva na vida coletiva e atingindo o indivíduo e sua subjetividade. Estas situações condicionam os riscos no exercício da atividade, mostrando que mais que “um ganha pão” o trabalho também pode significar “perder vida e a saúde”.

A questão da saúde no que diz respeito à integridade física e mental é ignorada, ou mesmo desconhecida. Os riscos de mortes<sup>42</sup> relacionados à insalubridade não são vistos com a devida importância e são considerados meros coadjuvantes na vida do trabalhador. O Estado, por sua vez, cria legislações adicionais de periculosidade e insalubridade “monetarizando os riscos”, que é uma atitude fetichizada, com um modo de ser do capitalismo na era da globalização. Na situação brasileira, isso ainda é mais visível, uma vez que tais adicionais são considerados como verdadeiros prêmios em razão da má remuneração.

Todo este processo é agravado pelo receio da perda do vínculo empregatício, o que agrava o individualismo, fragilizando a articulação entre os trabalhadores e a tão necessária a mobilização para melhoria de suas condições. Mesmo os que possuem vínculo formal de trabalho são assombrados pelo medo da perda do “ganha pão”. Muitos se sobrecarregam, acumulam funções e aceitam as condições de trabalho, para não correr o risco de verem seus projetos de vida comprometidos. Estes projetos não englobam só a si próprio, mas também todo núcleo familiar que carece de tal renda.

A situação descrita, anteriormente, faz com que o trabalho mercantilizado seja permeado por cansaço, fadiga e tensão, consistindo em uma atividade prática negativa, que aparece muitas vezes como a própria alienação da vida, mas que sem ele também parece que esta vida não ter sentido.

---

<sup>42</sup> “Riscos segundo a epidemiologia é a probabilidade de que as pessoas expostas a determinado fator ou elenco de fatores sofram danos à saúde” para saber mais ver Silva,(1994, p. 79)

Na verdade, a ideologia presente no mundo globalizado, do “trabalho a qualquer custo e a qualquer preço” faz com que as pessoas minimizem os riscos e o prazer no exercício de uma atividade. Este comportamento leva à alienação do objeto de seu trabalho, dos outros homens e de si mesmo. A lógica da produção da mercadoria está incorporada às atitudes dos trabalhadores, assim eles não se preocupam em serem saudáveis e felizes no trabalho. As preocupações estão concentradas em ter emprego, bens de consumo, comida e vida.

Assim estudar a relação do homem com seu trabalho, dentro do capitalismo, é entender que a carência de postos de trabalho, o receio da perda do emprego e a necessidade de reprodução desconsideram os limites humanos. O trabalho desprotegido, escravo e precário se torna comum, o que atinge não somente o corpo, mas também a mente dos indivíduos. Sabemos que as relações dentro do sistema capitalista são reificadas fazendo com que o trabalhador, muitas vezes, nem perceba a relação de exploração a qual está submetido aceitando e ignorando situações degradantes ou causadoras de desgaste.

**“Temos assim uma outra vertente de análise, quando consideramos a forma pela qual a situação de trabalho dominado/explorado atua poderosamente sobre o trabalhador enquanto pessoa dotada de subjetividade, que modula relações e usos pessoais do tempo, do espaço, dos próprios gestos e pensamentos. Este seria o “trabalhador por inteiro”, que estaria exposto, a ser expropriado de componentes importantes de sua subjetividade, no interior daquelas situações onde a sujeição é intensa – o que costuma ocorrer em conjunturas onde a correlação de força capital/trabalho desfavorece particularmente este última.” (Silva, 1994, p.79)**

Portanto, o trabalho alienado desfigura não somente o corpo, mas também a mente. No mundo globalizado, o sentido positivo do trabalho se perde, apesar de seu exercício ser a própria busca de uma vida melhor. Na maior parte das tarefas, não há um controle humano sobre o próprio trabalho. Os trabalhadores, pouco, interagem entre si e vêem o outro como um adversário na luta pelo emprego.

Deste modo, o exercício da atividade se torna “pesado”. Além de tais fatores, a mercantilização da atividade faz com que o trabalho seja reduzido a bens de consumo ou à própria sobrevivência. O reconhecimento social do trabalho parece estar diretamente ligado ao seu valor no mercado, muitas vezes, as pessoas

trabalham sem ter o reconhecimento social que tanto almejam. Acreditamos que os constantes afastamentos previdenciários e o aumento dos índices de acidente de trabalho estão diretamente ligados à perversidade das relações sociais de produção, que precarizam as relações de trabalho e, conseqüentemente, a vivência humana.

As próprias leis que regem o modelo neoliberal, de sucateamento de direitos e diminuição dos postos de trabalho, através da tecnologização, estimulam o trabalho a “qualquer custo e qualquer preço”. Este processo leva à alienação e ao sofrimento, extraindo o sentido positivo que o ato de trabalhar possui.

## 2.2 O PROCESSO DE TRABALHO: RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO HUMANO

Não nos cabe, neste estudo, aprofundar as repercussões que o trabalho causa na saúde física e mental dos indivíduos pesquisados. Todavia, é no binômio corpo e mente que se materializa o trabalho, que atinge a saúde e a vida dos indivíduos, sendo o corpo do trabalhador a personificação do bem ou do mal que a atividade poderá lhe proporcionar. Acreditamos que ao se falar em trabalho, se fala em saúde, doença, desconsiderar tais caracteres é analisar o objeto de estudo ignorando o essencial, que é o bem e/ou o mal que o ato de trabalhar provoca.

Grande parte dos problemas apresentados pelos trabalhadores não podem ser analisados individualmente. Existem aspectos gerados pelo trabalho que podem culminar na deterioração da saúde. Laurell e Noriega (1989) afirmam que se trata da “produção social do processo de saúde-doença”, parte-se do pressuposto de que a reprodução da vida tem ligação direta com o processo de produção, organizando todo “cotidiano da sociedade”. Este, por sua vez, se traduz na valorização do capital e em um modo singular de trabalhar e se desgastar, gerando alguns tipos de doença.

A fusão entre trabalho/saúde /doença mostra que o processo de trabalho não é somente social, mas também biopsíquico. A produção capitalista carece de elemento humano, que sofre suas conseqüências, pois o trabalho não é só uma atividade, mas também uma relação social e humana em constante transformação.

Marx (1980), no *Capital*, mostra que tudo se agrega de maneira harmoniosa contra o trabalhador, colaborando para que todo processo de trabalho pareça estranho à sua vivência. Logo, as características do processo de produção são propícias a tornar o ato do trabalho distante da natureza humana no capitalismo. O processo é incorporado pelo capital, escondendo o elemento humano que dele participa ativamente:

**“De fato, a unidade na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, o emprego, a maquinaria para fins produtivos, das forças naturais e da ciência junto com os produtos do trabalho, o emprego, tudo isso se opõe aos próprios trabalhadores individuais como algo estranho e coisificado, como simples forma de existência dos meios de trabalho deles independente e que os dominam, e do mesmo modo esses meios os enfrentam na forma visível, simples de material, instrumento etc; nas funções de capital e, portanto capitalista.” (Marx, 1980, p.56)**

Conseguimos então, entender de maneira global, o processo produtivo e sua articulação com o trabalho. Tal processo possui duas faces: a de valorização, através da extração de mais valia e a da produção dos bens, servindo para valorização do capital. Porém não podemos esquecer que o processo de trabalho é um espaço contraditório, visto que pode servir também como espaço de luta contra a exploração, sendo elemento crucial para avaliar a vivência do trabalhador e formas de superação de sua exploração:

**“Os elementos básicos de todo processo de trabalho são o objeto de trabalho, os instrumentos de trabalho e o próprio trabalho. A sua análise tem duas vertentes: uma técnica e outra social. Ou seja, é preciso analisar não somente as características físicas, químicas e mecânicas do objeto de trabalho, mas também porque e como chega sê-lo, isto é sua vertente social. Da mesma forma, os instrumentos de trabalho ou tecnologia devem ser compreendidos, de um lado, no que diz respeito a sua conformação técnica e, de outro, como materialização de uma determinada relação entre capital trabalho. O trabalho finalmente tem que ser entendido como processos corporais, mas também como uma expressão concreta da relação de exploração através de sua organização e divisão. Uma vez extraída as características básicas dos objetos e instrumentos de trabalho é preciso analisar a relação entre eles para reconstruir a dinâmica do processo de trabalho.” (Laurell e Noriega, 1989, p.107)**

Laurell e Noriega (1989) entendem que a dinâmica do processo de trabalho no capitalismo compreende a relação de exploração, que leva ao desgaste, entendido como perda da capacidade potencial ou efetiva corporal e psíquica do

trabalhador.

Por este eixo analítico o trabalho, em vez de ser uma atividade que gera prazer e satisfação, pode ser uma carga que leva mais ao desgaste do que ao desenvolvimento das capacidades. A carga de trabalho representa o conjunto de esforços desenvolvidos para atender às exigências das tarefas. Este conceito abrange os esforços físicos, os cognitivos e os psicoafetivos (emocionais). Laurell Noriega (1989) as divide em dois grandes grupos, aquelas que possuem materialidade externa ao corpo, física (ruído calor), químicas (pó, fumaças, fibras, vapores, líquidos) biológicas (microorganismos) e mecânica (continuidade instantânea do corpo), e aquelas que são internas, como as fisiológicas (posição incômoda e esforço) e as psíquicas (como exemplo pressão, perda de controle sobre o trabalho e tensão prolongada). Todavia estas cargas não podem ser avaliadas de maneira separada, elas podem se somar, potencializando e aumentando seus efeitos.

Ao conceito de carga, vem também o de desgaste, que media o processo de produção. Ambos são mutáveis e possuem um caráter histórico. A questão do desgaste e da carga está diretamente ligada à vivência do trabalhador, articulada à organização e à gestão do trabalho. O desgaste se define como o prejuízo da habilidade potencial e efetiva biopsíquica, ele pode ou não transmutar nas ditas patologias, não se esquecendo que é condicionado pelo processo produtivo na sociedade capitalista.

Pontuamos que o trabalho alienado desta organização social mais produz desgaste do que estimula a capacidade do trabalhador. Contudo o desgaste não é visível e mensurável e caracteriza a coletividade humana<sup>43</sup> e não só o indivíduo. Desta forma, eles adquirem notoriedade, estando ligados às condições singulares através das quais o coletivo se estrutura e se constitui.

**“A construção teórica da relação entre processo de valorização, processo de trabalho, cargas de trabalho e processo de desgaste**

---

<sup>43</sup> Queremos chamar atenção que um determinado grupo de trabalhadores pode ter um determinado tipo de desgaste. Todavia pelo fato dele não ser visível, pode não ser observado como desgaste mental.

**conferem certa capacidade de predição, com relação ao que se caracteriza o padrão de desgaste de um determinado grupo de trabalhadores, têm origem em como se articulam a base técnica e a organização e divisão do trabalho, é possível decantar as particularidades de cada processo de trabalho concreto e extrair as características gerais das cargas e desgastes das diferentes etapas e subetapas típicas do processo de produção. Desta forma à medida que se sabe que tipo de processo de trabalho esta presente num centro de trabalho, pode-se predizer quais principais cargas e os traços gerais do padrão de desgaste.” (Laurell e Noriega, 1989, p.107)**

Desta forma, fica claro que a alienação a que o trabalhador está submetido não é somente uma questão de ignorância e desconhecimento da realidade que o cerca. Ela pode acarretar um comprometimento vital, a partir do momento em que ele desconhece que o desgaste físico e mental pode estar diretamente ligado ao processo de trabalho.

**“(…) A combinação especial entre os processos de desgaste e de reprodução originam o nexos biopsíquico humano, historicamente específico. Nesta concepção, não há uma separação entre o social e o biopsíquico, que logo se unem por um vínculo de mediação externo, pois o processo de trabalho é ao mesmo tempo social e psíquico.” (Laurell e Noriega, 1989, p.66)**

O trabalho determina a qualidade de vida, daí a importância de considerarmos nesta investigação que algumas queixas em relação à saúde física e mental podem ser originadas de seu exercício. Este engloba, também, a estrutura organizacional, as políticas de recursos humanos, além do desenvolvimento da atividade e as condições em que se executa. Assim a vivência cotidiana do trabalhador causa repercussões que colaboram para o prazer e/ou sofrimento estando vinculadas ao processo de produção capitalista. Portanto no exercício do trabalho coexistem “pontes entre o individual e o coletivo” (Silva, 1994, p.17).

**“O intercâmbio entre o âmbito do individual e do coletivo constituem foco especial de atenção. Pois os processos interpessoais assumem importância tão marcante que, muito embora a análise dos aspectos coletivos esteja colocado como essencial a análise o desafio de analisar tais pontes obriga que o estudo leve em conta as dinâmicas que se desenrolam no território heterogêneo das individualidades humanas e da intersubjetividade (...) A dimensão coletiva e individual dos fenômenos de ordem psicológica conectados ao trabalho não podem ser compreendidas se as isolarmos entre si, uma vez que mantêm estreita reciprocidade.” (Silva, 1994, p.71)**

Assim consideramos que toda organização do processo de trabalho tem como fim único a exploração para geração de lucro, o que tende a passivizar o trabalhador, sendo toda organização do seu trabalho um instrumento que pode manipulá-lo e, conseqüentemente, extrair a objetivação positiva de sua atividade.

Pesquisas realizadas na Inglaterra por Brenner Mooney (apud Silva 1994) evidenciam que as mudanças sócio-econômicas atingem diretamente o poder de subsistência e as condições de vida da população, indicando a ação dos fatores sociais na etiologia de doenças crônicas, principalmente cardiovasculares. No México e Equador, algumas doenças parecem acompanhar o incremento da produtividade.

Além de fatores relacionados ao processo de trabalho, a instabilidade de emprego e a falta dele estimulam as pessoas a se submeterem a um processo de trabalho que compromete sua vida como referenda Silva (1994) que chama tais doenças de “psicopatologia da recessão”. Assim, a autora explica o sofrimento psíquico daqueles que tentam manter o vínculo empregatício na recessão e aqueles despossuídos destes.

Contudo queremos deixar claro que o modo capitalista de produção sempre afetou e afetará a saúde de quem o exerce. Esta situação tende a se intensificar, com os vínculos precários trazidos pela globalização econômica, os quais geram processos de adoecimento que caracterizarão um nexó biopsíquico humano da atualidade, com repercussões individuais e coletivas.

### 2.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E TRABALHO EM TURNO E NOTURNO

Como já vimos, o que diferencia o trabalho humano do animal é o fato de que ele já existe em sua mente antes mesmo de ser objetivado. Logo, ele já está planejado e, quando o ser humano o executa, exterioriza o que está em sua mente. Porém, o modo de produção capitalista, através da mercantilização, comprou do trabalhador sua concepção de trabalho separando-a de sua objetivação. Esta cisão entre o ser humano e sua atividade é para o capitalista apenas a organização do

trabalho. Já para os trabalhadores é o estranhamento daquilo que ele executa, o que repercute diretamente em sua identidade, conforme cita Silva, baseada em Braverman<sup>44</sup>.

**“(...) O que para o capitalista se apresenta como problema de gerência, para os trabalhadores vêm apresentado na história a alienação progressiva em relação ao processo de produção. Assim o trabalho passou a se tornar estranho aos desejos e aos interesses de uma imensa parte das pessoas que o executam.” (Silva, 1994, p.93)**

É fato que a crise econômica gera a questão social, que intervém de forma objetiva na vivência dos indivíduos, nas suas condições de trabalho, na sua vida e, conseqüentemente, na sua saúde. Como já vimos, as formas distintas de exercício do trabalho podem aumentar a morbidade e mortalidade da classe trabalhadora, adicionando o sofrimento físico e mental.

Assim o sucateamento das condições de vida do trabalhador, originada no conflito capital/trabalho acarreta a carência de emprego e a precarização dos postos de trabalho, levando ao aumento do ritmo de trabalho, prolongamento das jornadas como ocorre nos regimes de trabalho sucessivos e em turnos.

Torna-se comum o exercício do trabalho desprotegido, sem a mínima segurança para seu exercício, como também a escolha de trabalhos que interferem na integridade física e psíquica do ser humano. O trabalho em turno e noturno pode ser considerado como um destes tipos de trabalho, que e o classificamos como um “risco monetarizado”.

A organização do trabalho é uma forma de estabelecer o teor dos serviços a serem desenvolvidos, sendo que sua divisão garante a eficácia para produção com objetivo econômico e político. Para os capitalistas, a organização do trabalho é uma estratégia diretamente ligada à produção, colocando o trabalhador somente como um elemento para alimentar a produção. Assim, as peculiaridades físicas e mentais do indivíduo devem se adequar ao processo de trabalho por eles determinados, como no filme tempos modernos em que Chapilin é obrigado a

---

<sup>44</sup> Braverman estudou a evolução do capitalismo monopolista e dos processos de trabalho esmiuçando o desgaste psicofísico e social dos assalariados, segundo Silva (1994)

acompanhar o ritmo da máquina, mesmo ela sendo estranha a ele.

O trabalho noturno, por sua própria estrutura temporal, foge à lógica do ritmo do trabalhador. Acreditamos que, em meio à recessão, ele é uma forma do indivíduo garantir sua identidade enquanto trabalhador e conseqüentemente como um ser humano que depende do trabalho como centralidade para sua vida. Para nós, o trabalho noturno evidencia a grande “luta” que é o ato de trabalhar na contemporaneidade, luta para driblar condições insalubres de trabalho, luta para preservar a própria dignidade e da família. Esta idéia do trabalho com luta é muito bem explicada por Silva:

**“É possível distinguir que, em verdade, no interior de um processo geral de luta permanente, existem muitas outras lutas. A luta pela sobrevivência se desdobra em: luta pela sobrevivência em termos econômicos, que inclui a própria família, através da manutenção do emprego; luta pela sobrevivência física para escapar dos perigos do ambiente de trabalho, capazes, potencialmente de ocasionar danos irreparáveis; luta para manter o autocontrole e pela preservação da dignidade.” (Silva, 1994, p.215)**

Segundo Fischer (1989, p.11) existem vários tipos de trabalho em turno, o em turno e noturno é a forma que traz maiores problemas aos trabalhadores. Ele resulta sempre do fato de que a atividade deve ser executada em diferentes períodos do dia e da noite, por vários empregados, em igual jornada. Assim existem aqueles que trabalham sempre à tarde ou à noite e, mesmo tendo escala fixa, trabalham permanentemente em horário comum.

Desta forma, o turno difere da escala regular de trabalho, considerada entre os horários de seis horas da manhã às 18 horas, com base em cinco dias da semana e quarenta horas semanais. Todavia, sabemos que com a flexibilização econômica, o “horário normal de trabalho” tornou-se ainda mais volúvel. Tal vulnerabilidade deve-se a existência dos acordos coletivos, mesmo porque grande parte da população, devido às necessidades de reprodução social acabam superando horário.

Aqui falaremos em um trabalho de turno contínuo, que se caracteriza com revezamento, sem interrupção da produção ou da prestação de serviço, durante 24

horas, nos sete dias da semana. Neste tipo de trabalho, o tempo livre do final de semana está diretamente ligado às normas gerais e dos acordos trabalhistas. Fischer (1989) alerta para a necessidade de prestar atenção para qual tipo de trabalhos em turno serão investigados, uma vez que existe uma multiplicidade de tipo de turnos, sendo suas conseqüências ao elemento humano diversas de acordo com a natureza que assumem:

**“Deduz-se que na discussão sobre turno, deve-se sempre esclarecer, primeiro, de qual forma de turno se falará, pois os problemas que surgem são bem diversificados, de acordo com os tipos de turno (...) Por isso, não deve se misturar os problemas do trabalho em turno sem jornadas noturnas e sem trabalho nos fins de semana, com os problemas que advêm dos esquemas de turnos descontínuos, mas com período noturno de trabalho. Também não se pode separar estes últimos daqueles problemas singulares do trabalho em turnos contínuos com escalas de trabalhos à noite e nos fins de semana.”**  
(Fischer, 1989, p.20)

Segundo a referida autora, quase metade da população trabalha mais do que 44 horas semanais, jornada máxima prevista na Constituição de 1988, ou seja, parte desta população deve trabalhar além do diurno. Acredita-se que 10% da população brasileira ativa trabalham em turnos à noite. A tendência desta situação é aumentar uma vez que o mundo globalizado requer serviços além dos essenciais, existem aqueles que visam estimular o consumo, manter a produção, cuidar do patrimônio dentre outros, segundo Fischer (2008)<sup>45</sup>:

**“Os novos padrões das escalas de trabalho em turnos seguem uma tendência mundial decorrente da introdução de novas tecnologias de produção, das flutuações das demandas, que associam às mudanças econômicas e à globalização levariam as empresas a organizarem forma mais eficiente suas horas de trabalho(...) Portanto setores tradicionais e de serviços e administração cada vez mais utilizam escalas de trabalho variáveis, aumentando ou reduzindo tempos de trabalho de acordo com as necessidades (...).**

Na verdade, o trabalho em turnos não despontou no estágio atual do capitalismo, já existia desde o início da vida social da humanidade. Fischer (1989, p.21) coloca que “dentre os mais antigos profissionais no trabalho do sistema de turno encontravam-se os ramos dos serviços de guarda, tipo vigia, policial e serviços de auxílio à saúde, como médicos, enfermeiras e parteiras”.

---

<sup>45</sup> Fischer (2008). A sociedade 24 horas. Revista Mente e cérebro disponível em [http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/a\\_sociedadea\\_sociedade\\_24\\_horas\\_imprimir.html](http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/a_sociedadea_sociedade_24_horas_imprimir.html)

Atualmente, os turnos são utilizados como organização do trabalho, por vários motivos. Em primeiro lugar, está o tecnológico, pois, nos ramos da produção como nas indústrias metalúrgicas ou químicas, a qualidade do produto está diretamente ligada a não interrupção do processo produtivo. O atendimento à população também é crucial para a expansão deste tipo de organização do trabalho, uma vez que grande parte de nossa qualidade de vida depende diretamente do setor de serviços, tais como aeroporto, táxi, polícia, hospital e segurança. Esta última vem aumentando consideravelmente, mesmo com os incrementos tecnológicos. A cada dia mais, cresce o número de empresas que trabalham com vigilância, seja para necessidade de preservação da vida humana ou para zelar pelo patrimônio individual ou particular.

Outro motivo é econômico que na verdade tem seus fundamentos “na maximização dos lucros, em detrimento das condições humanas” (Fischer, 1989, p.22). Desta forma, podemos dizer que estes motivos econômicos, vitais e tecnológicos se aglutinam, à medida que as necessidades do capital se avolumam.

Na proporção que aumenta o consumo, o lucro e a produtividade, conseqüentemente, as necessidades e desejos humanos tendem a crescer, tanto que Fischer (1989) relata que só se diminuirá o turno se a exigência humana diminuir. Acreditamos que esta mudança de comportamento é muito difícil de ocorrer, principalmente, porque estamos em uma época na qual se impera o individualismo como norteador das relações sociais.

**“Pode-se atestar a pouca atenção da consciência pública dos problemas específicos dos turnos no setor de serviços, pelas dificuldades dos grupos profissionais desta área em torná-los compreensíveis e divulgá-los para o grande público. É preciso lembrar sempre que nossos desejos e nosso comportamento, em parte egoísta, determinam a extensão dos turnos em sociedade.” (Fischer, 1989, p.23)**

Todavia suas conseqüências são minimizadas frente à ganância capitalista de apropriação da riqueza humana. Nessa necessidade, se ignora que o trabalho noturno, que muitas vezes acontece em turno, é incompatível com o bem estar físico e mental da maioria das pessoas, potencializando os riscos de desenvolverem seus ofícios.

Nesta jornada, existem riscos de natureza química, física e também de segurança individual que comprometem o exercício do trabalho. Citamos motoristas que adormecem em trens, trabalhadores que cochilam e perdem os dedos, seguranças que são assaltados e desenvolvem problemas psiquiátricos, entre outros. Não estamos negando que no trabalho diurno tais situações não possam acontecer, porém pesquisas indicam que existe maior tendência a erros, com pior desempenho no período noturno. As investigações também evidenciam que quanto maior o tempo que se labora à noite, maiores são as queixas e doenças pautadas neste tipo de organização, além dos índices de violência ser maiores em tal período.

O trabalho noturno não é algo natural, muito pelo contrário, ele aumenta os riscos à qualidade de vida de quem o exerce. Abstrair esta informação, ignorá-la é colocar o ser humano em vulnerabilidade, ao esquecer que sua natureza é precária e desrespeita o ritmo humano. À noite, há a queda ou diminuição de alguns ritmos biológicos, sobretudo na temperatura corporal, que incita a sonolência e conseqüentemente compromete a cognição e o desempenho, é o que se chama ciclo cicardiano.

A fadiga e distúrbio de sono são as principais patologias para quem exerce um turno de 12 horas, pois diminui o nível de alerta. Porém, como já enfatizado, as condições precárias de trabalho, somadas à dessincronização do ritmo biológico, acrescem os riscos desta natureza de trabalho, segundo consta em Fischer (2008):

**“O ser humano dorme à noite não por convenção social, mas porque seu organismo expressa ritmos que são resultados de um longo processo de adaptação de nossa espécie ao ciclo ambiental claro escuro do planeta terra. A inversão dos horários de atividade e de repouso que o trabalho noturno impõe nunca é bem sucedida do ponto de vista fisiológico e está relacionada a uma ampla gama de problemas de saúde: transtorno digestivo, cardiovasculares, reprodutivos, além do mais óbvio que são os distúrbios do sono.”(…) De forma geral, eles sofrem de privação crônica de sono, as conseqüências são déficit cognitivo e motor, alterações de humor que podem levar à depressão, fadiga crônica, baixos níveis de alerta e aumento de riscos de acidente.”**

Laurell e Noriega, (1989, p.76) também apontam para esta problemática argumentando que “A alternância de turnos enquanto carga fisiológica é, da mesma maneira, ruptura dos ritmos fisiológicos básicos (os ciclos cicardianos) e

dessincronização”. O capitalismo alega que o corpo humano pode se adaptar a algumas realidades, todavia os mesmos autores citados mostram a fragilidade desta afirmação e como a mesma serve de argumento para escamotear as precárias condições que o trabalhador é submetido. Eles argumentam que a adaptação não é normal ao corpo.

**“Os processos de adaptação geralmente são conceituados como processos “fisiologicamente normais” capazes de proteger o organismo em termos de sua sobrevivência. No entanto esta visão tão enraizada por um pensamento teleológico perde de vista o fato de que muitos dos processo de adaptação não somente significam a sobre sobrevivência em condições corporais precárias, como também até podem se converter em seu contrário, ou seja destruidores da integridade coporal (...) Assim apesar do que seja a maneira de colocar o organismo em alerta, mobilizando-o para fugir ou lutar diante de um perigo” sua repetição freqüente ou sua conversão em estresse crônico transformasse num processo destrutivo de uma série de estruturas e processos corporais.” (Laurell e Noriega, 1989, p.101)**

Assim, além de riscos para saúde física e mental, coexistem os problemas de ordem psicossocial, comprometendo a convivência social. O cotidiano de quem trabalha à noite é diferente da maior parte da sociedade que trabalha no diurno. Acontece um desencontro de horários, o que pode acarretar o isolamento social e problemas conjugais e familiares em relação às constantes ausências na vida doméstica. A questão de gênero<sup>46</sup> também permeia esta discussão, uma vez que as mulheres possuem uma rotina mais densa, com atribuições em relação às tarefas domésticas, como cuidar da casa, dos filhos e também do marido. Logo, seu tempo de sono poderá ser mais prejudicado do que os trabalhadores do sexo masculino e, conseqüentemente, poderá apresentar mais problemas relacionados ao exercício desta atividade.

Todavia é preciso explicar que algumas pessoas possuem uma maior resiliência para trabalhar à noite, estes fatores são individuais tais como idade<sup>47</sup>, sexo, saúde, personalidade, ritmo biológico noturno e externos tais como condições de qualidade vida extra laboral, acordo entre a jornada e os dias de folga, prazer no

---

<sup>46</sup>Segundo Fischer (2008), as diferenças entre homens e mulheres está sobretudo na vida familiar, o ruído das crianças e também a presença do cônjuge aumentam sua carga, ao contrário dos homens, que quando têm as esposas em casa apresentam uma melhor tolerância ao trabalho noturno

<sup>47</sup>Idem ibdem explica que com a idade se aumenta a intolerância ao trabalho noturno, uma vez que seu ritmo biológico se torna mais lento, comprometendo seu desempenho. Além disso, pode acelerar o aparecimento de patologias com o chamado “envelhecimento funcional precoce”

exercício da atividade. Entretanto, queremos deixar claro que, para a maior parte dos seres humanos, este horário é insalubre tanto que é remunerado como adicional o que não recompensa suas severas implicações na vida dos trabalhadores.

A alegação desta dita capacidade de adaptação (a qual chamaremos aqui de resiliência) não pode ser utilizada para justificar o trabalho noturno, na organização do trabalho. No trabalho, em seu sentido genuíno, o homem tende a dominar a natureza, aumentando suas capacidades, como aponta Marx (1980). Isto já não acontece neste tipo de trabalho, visto que desrespeita o ritmo humano. Em vez de potencializar suas capacidades, muda sua natureza de uma forma negativa, prova é dessincronização dos ritmos biológicos e suas conseqüências.

Mas este é o fetichismo<sup>48</sup>, próprio do capitalismo, trabalho noturno é algo que escapa ao controle daqueles que precisam de uma profissão para sua reprodução social, seu caráter econômico social para produção social é potencializado em detrimento do ser humano e assume como um caráter natural, próprio de sua natureza material. Assim, como afirma Marx (1980), as condições materiais necessárias à realização do trabalho são estranhas ao operário e aparecem mesmo como fetiche dotado de vontade própria.

Como exemplo, o significado do trabalho noturno e monótono somente poderá ser compreendido em relação à organização e divisão do trabalho dentro do processo de produção capitalista, na relação direta com o trabalhador que o exerce, pois como já dissemos cada época apresenta um tipo de subsunção do trabalho ao capital. Entender somente o processo de produção sem compartilhar da visão de quem o exerce é ter uma análise incompleta da realidade.

O processo de trabalho deve ser analisado desde as condições sócio-políticas e econômicas que o geraram até as condições nas quais o trabalho é exercido e seus reflexos na vida do trabalhador. Segundo Freire (1995), as questões referentes à vida do trabalhador, à sua saúde, devem estar diretamente ligada ao

---

<sup>48</sup> Netto (1981) explica que a problemática do fetichismo é um aspecto mais abrangente da teoria da alienação, sendo uma modalidade da alienação, os produtos do trabalho são gerados como mercadorias, a relação social que deveria ser entre as pessoas se dá entre as coisas

processo de trabalho e estes às relações sociais, as quais são condicionadas pelo regime político de trabalho, que se manifestam nas condições, materiais, biopsíquicas e políticas presentes na vida do trabalhador.

**“O fundamento teórico específico, por usar o processo de trabalho em sua acepção marxista como categoria central na análise do processo de produção social do nexa biopsíquico humano, é que permite dar conta das formas sociais específicas sob as quais se dá a relação entre o homem e natureza. Vale dizer, coloca a chave do entendimento social do processo biopsíquico humano no processo através do qual o homem se apropria da natureza transformando-a e transformando a si mesmo, ou seja o processo de trabalho. Coloca pois que é no metabolismo entre homem natureza que surge o que temos chamado de “condições ambientais” das coletividades humanas, através e diante das quais se constituem os modos de andar a vida. Mas justamente porque este metabolismo ocorre sob formas sociais específicas, que significam determinados meios de produção e relações particulares entre os homens, dos homens com os meios de produção e com os produtos, que essas condições ambientais são a síntese dessas formas sociais e não as condições naturais a – históricas.” ( Laurell e Noriega, 1989, p.104)**

Esta vertente de análise de Laurell e Noriega (1989) em relação à vida do trabalhador e seu intercâmbio com sua saúde vai ao encontro da concepção ontológica histórica do trabalho como constitutivo do ser social. Ela articula a categoria trabalho e a categoria valor como indissociáveis para se avaliar o homem dentro do modo de produção capitalista. Acreditamos também que deve ser necessário considerá-las, dentro do trabalho noturno, uma vez que seu crescimento tem relação direta com o momento histórico atual, como já analisado, ponderando que a natureza deste tipo de organização de trabalho tem como um dos principais pontos negativos a repercussão na saúde dos indivíduos modificando seu ciclo circadiano e levando ao desgaste:

**“O conceito de desgaste é entendido como perda da capacidade potencial ou efetiva, corporal e psíquica. Ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas sim ao conjunto dos processos biopsíquicos. Origina-se da interação de cargas negativas tais como posição incômoda, alternância de turnos, ruído, tensão nervosa por pressões e alto ritmo, potencializando entre si – na concretude de cada processo singular, expressando o nexa entre o social e a saúde.” (Freire, 1995, p.56)**

## 2.4 TRABALHO EM TURNO E NOTURNO FORA DOS PADRÕES DA “NORMALIDADE”?

Segundo a Constituição Federal de 1988, a duração normal do trabalho deverá ser de 8 horas diárias, desde que não fixado expressamente outro limite. O período noturno de trabalho é compreendido, por tal lei entre 22 horas de um dia e 5 h do dia seguinte. A referida legislação é clara em dizer que “a duração do trabalho normal não deverá ser superior a oito horas diárias”. Ora se os fundamentos jurídicos vão ao encontro da realidade, é explícito que trabalhos em turnos interruptos não constituem algo dentro da normalidade, pois, na maioria das vezes, ultrapassa o horário normal.

Thoma (2005) explica que a norma é um instrumento que “marca a existência de algo tomado como o ideal e que serve para mostrar e demarcar aqueles que estão fora da curva da normalidade, no desvio que deve ser corrigido e ajustado”. Logo concluímos que a “normalidade” é uma invenção que tem como propósito delimitar os limites da existência, a partir dos quais se estabelece quem são os anormais. Assim as práticas de normalização devem se voltar para quem não faz parte deste círculo.

Portanto pressupomos que a constituição de 1988, na parte que dispõe sobre direitos sociais, apesar de não ser algo declarado, prevê o trabalho em turno e noturno como um tipo de organização de trabalho, a qual possui características que saem dos parâmetros da “normalidade”. Para tanto legaliza seu exercício e custeia os riscos que ele abrange, mercantilizando o desgaste que causa, o remunerando diferenciadamente.

**“IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;**

**XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.” (Constituição de 1988, Dos Direitos Sociais, Art 7)**

Fischer (1989) reafirma esta idéia mostrando que, no início, os referidos adicionais cobriam os comprometimentos deste tipo de organização, todavia com o

desenvolvimento de uma maior consciência, outros questionamentos começaram a surgir, evidenciando a precarização da qualidade de vida de quem o exerce:

**“Todo trabalho que se desvia da estrutura normal de horários diurnos requer uma compensação especial. No caso dos turnos, essa compensação dos desgastes foi realizada normalmente até agora através, principalmente, de adicionais noturnos e de turnos previstos na legislação trabalhista (...) Não obstante, desde 1972-1974, estes acordos de compensação em dinheiro passaram a ser considerados insuficientes, já que cada vez mais impôs-se a consciência de que, por exemplo, a falta de sono não pode ser paga com dinheiro, ou que a perda de contato social não pode ser compensada financeiramente.” (Fischer, 1989, p.33)**

Como já dizemos os trabalhos em turno, dificilmente acontecem dentro daqueles parâmetros estabelecido pela lei. Grande parte destes acabam por se basear em acordos coletivos, que superam este horário, principalmente aqueles envolvidos com prestação de serviço, os quais por necessidade não são interrompidos.

O artigo 7, da carta magna, coloca como normal seis horas de trabalho para turnos interruptos. Devemos lembrar também que a Constituição de 1988 fixou nos capítulos dos Direitos Sociais o princípio da liberdade e autonomia sindicais, atribuindo às entidades representativas, em parceria com os empregadores, poderes para traçar e escolher os rumos mais condizentes aos interesses econômicos da categoria profissional. É bom enfatizar que o mesmo artigo 7 da Carta Magna contempla a extensão do horário de trabalho dentro do direito de melhoria das condições de vida:

**“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.” (Constituição de 1988, Dos Direitos Sociais, Art 7)**

Salvo negociação coletiva, no caso brasileiro, não se tornou a exceção mais a regra, uma vez que grande parte das prestações de serviços acontece na escala de 12X36 (doze horas de trabalho por 36 de descanso). No Brasil, através de acordos coletivos se estabelece tal jornada, todavia muitas contestações legais acontecem em relação a tal horário. Muitos trabalhadores realizam dobra (acúmulo de duas

jornadas), mediante necessidade da empresa, porém desconhecem que até as horas extras, deverão contar, diretamente, no acordo coletivo.

Por outro lado, a dobra de turnos não está regulamentada pela CLT<sup>49</sup> (Consolidação das Leis de Trabalho), mas seu artigo 61 fala da possibilidade de duração do trabalho por necessidade imperiosa. O profissional que trabalha tal horário, como realiza seus plantões em escala, executa 14 plantões em um mês de 30 dias, somando 168 horas mensais<sup>50</sup> e 15 plantões em um mês de 31 dias, com 176 horas mensais. Trabalhando 8 ou 16 horas a mais, que os trabalhadores de turno regular. Logo teriam direito há 2 folgas por mês, quando este tem 31 dias, ou uma folga quando o mês tem 30 dias, o que muitas vezes não é respeitado.

Outro ponto que gera litígio é a questão dos intervalos. Os juristas afirmam a obrigação da concessão de intervalo prescrito no artigo 71 da CLT, de uma hora, justificando o prejuízo na saúde do trabalhador, quando não realiza tal intervalo ao trabalhar doze horas diretas, todavia muitos dos trabalhadores explicam que nestes horários não existem locais disponíveis para refeição, o que dificulta a saída do posto de trabalho.

**“Art. 71 – Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.”**

Outro ponto de controvérsia é a questão dos feriados. Existe jurisprudência que garante ganho de causa pelos feriados trabalhados, conforme jurisprudência do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 3ª região<sup>51</sup> em 2010:

**“Aplicando o disposto no artigo 9º, da Lei 605/49, e na Súmula 146, do TST, a 2ª Turma do TRT-MG decidiu que os feriados trabalhados no regime de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso devem ser remunerados em dobro, caso não tenham sido compensados com**

<sup>49</sup> Decreto Lei 5452, de 1º de maio de 1943

<sup>50</sup> Um trabalhador com horário de 40 horas semanais trabalha 160 horas mensais, bem menos que os plantonista de 12X36

<sup>51</sup> TRT (2010) Disponível em [www.mg.trt.gov.br](http://www.mg.trt.gov.br)

**folga. O empregador defendia a tese de que seria incabível o pagamento em dobro dos feriados trabalhados na jornada 12 x 36, pois, nesse tipo de regime, não há distinção entre sábados, domingos e feriados, sendo concedidas três folgas semanais ao empregado, que trabalha apenas 180 horas por mês. Entretanto, o desembargador Jales Valadão Cardoso ressaltou que não há nenhuma norma legal amparando o entendimento da defesa, quanto aos feriados já estarem incluídos na jornada especial. Como foi demonstrado que o reclamante trabalhou em alguns desses dias, sem receber a remuneração em dobro e sem que o reclamado tivesse comprovado a compensação com folga, o relator manteve a condenação ao pagamento de horas extras pelos feriados trabalhados, de acordo com o que for apurado nos cartões de ponto.”**

No que tange as atividades insalubre, a CLT declara que os acordos coletivos, que dispõem sobre seu exercício, só poderão ser acordados com licença prévia da área de medicina do trabalho. Muitas das empresas brasileiras, que trabalham em turnos contínuos, são classificadas como possíveis locais de risco à saúde. Fischer (1989) explica que elas são assim classificadas, pois apresentam condições de trabalho perigosas, com risco de acidentes e ambientes insalubres, todavia sabemos que muitas das empresas alteram seus horários, para a noite, sem a devida inspeção médica.

A referida autora alerta que o regime de revezamento é admissível apenas quando for considerado absolutamente indispensável a presença do profissional no local de trabalho à noite e nos fins de semana. Contudo, na época da globalização econômica, dos trabalhos precários e da necessidade do trabalho para sobreviver e se sentir útil socialmente, os índices de pessoas trabalhando à noite tendem a crescer, mesmo que distinto do ritmo humano.

## 2.5 O AGENTE DE PORTARIA E O TRABALHO NOTURNO E MONÓTONO

Segundo uma empresa privada<sup>52</sup> contratante deste serviço “O agente de portaria tem uma função nobre, é um profissional que não exerce a função de vigilante armado, porém, fica sempre atento na portaria. É também um recepcionista, anota, informa e orienta”. Complementando estas informações ainda ressaltam que “o profissional dessa área tem que ter uma visão 360º do ambiente onde atua. Quando locado em prédios residenciais, precisa ter noção da quantidade

---

<sup>52</sup> Visão Administração:O agente de portaria, disponível em <http://www.visoadministracao.com.br>

de veículo de cada morador, além de cuidar da segurança do prédio, com atenção na hora da identificação do morador e do visitante organização”, indicando a importância do seu trabalho para a sociedade.

A Proguaru S.A.<sup>53</sup> atribui ao Agente de Portaria as tarefas de controlar fluxo de pessoas, identificando-as, orientando-as e encaminhando-as para os lugares desejados. Além disso precisa percorrer sistematicamente e inspecionar as dependências do local onde se encontra para evitar incêndio, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades. A jornada de trabalho acontece em escala de 12 x 36 horas.

O Agente de Portaria exerce um trabalho que oscila entre a vigília e o atendimento ao público, entretanto eles não são nem seguranças, nem vigias. O próprio nome parece indicar relação existente entre algo estático, no caso a portaria e alguém que age de maneira efetiva, o profissional, ou seja, uma relação entre pessoa e coisas, que só se torna mais pessoal quando se controla o acesso das pessoas a aquilo que zela neste caso o patrimônio.

Geralmente trabalham em forma de prestação de serviço, para uso público ou privado, sendo um setor assalariado em expansão no capitalismo atual, principalmente quando o trabalho é exercido à noite, se comprometendo com a segurança do patrimônio. Quando exercido em tal horário pressupõe um menor contato com pessoas, caracterizando ainda mais como um trabalho monótono e rotineiro, conforme Gellerman<sup>54</sup> (2008):

**“Nossas vidas dependem cada dia mais de pessoas que executam trabalhos rotineiros e monótonos. Sem estes trabalhos a maioria das máquinas de alta produção entraria inevitavelmente em pane. O trabalho rotineiro capacita-nos a produzir, faturar; viajar e comunicarmos eficientemente. Mais do que qualquer outro, suscetível de ser mal executado. Economicamente, serviços rotineiros e monótonos são o nosso “Calcanhar de Aquiles””: Apesar de todo esforço despendido, conseguimos apenas eliminar uma pequena parte**

---

<sup>53</sup> Disponível em [www.Proguaru.com.br](http://www.Proguaru.com.br)

<sup>54</sup> Gellerman, W, Saul (2008). O problema do trabalho monótono, disponível em [www.employer.com.br](http://www.employer.com.br)

**das tarefas rotineiras e monótonas. E, mesmo assim, a proporção desses trabalhos tende a aumentar constantemente.”**

Ora se este trabalho parece aumentar fica clara sua importância para o sistema do capital, apesar de ter características de um trabalho improdutivo, uma vez que sua forma de trabalho se constitui em serviço, não sendo diretamente produtivo como elemento de valorização do capital e criação da mais valia.

Desta mesma categoria de prestação de serviços, fazem parte os bancos, comércios, serviços públicos. Meszáros 1995 (apud Antunes 2006) os qualifica como “agentes não produtivos, geradores de anti valor no processo de trabalho capitalista, vistos aparentemente como um falsos custos e despesas inúteis, os quais são entretanto, absolutamente vitais para a sobrevivência do capital”, como citado o exemplo abaixo:

**“Consideremos os leitores de medidores de luz, os classificadores de correspondência nos correios, os separadores de bagagem que poderão mandar nossas malas a Londres quando estamos embarcando para Los Angeles, os verificadores de assinaturas de cheques, os caixas dos bancos que manejam milhões cada dia e dos quais se exige que encontrem entre milhares de notas exatamente aquela que é falsa, os guardas noturnos que normalmente não guardam nada, e os exércitos de escriturários sufocados por inundações de papeis. Em cada caso dependemos deles, sobretudo para estar atentos à falha de algo que raramente falha. O custo acumulado dos seus inevitáveis descuidos pode chegar a níveis inacreditáveis.” ( Gellerman 2008)**

Este contingente faz parte de uma nova espécie de proletariado de serviços, com grande crescimento no estágio atual do capital, constituindo um trabalho monótono e noturno. Pressupomos que este tipo de organização do trabalho é agravada pelo desemprego estrutural e pelo desmoronamento das políticas de Welfare State, servindo de opção para muitos dos excluídos do mercado. Todavia se constituem em atividades que aumentam tanto na área pública quanto privada.

A característica de seu trabalho, aparenta ser um trabalho leve, fácil de ser executado, uma vez que os indivíduos consideram como sinônimo de trabalho desgaste físico. Entretanto o mal que a atividade monótona e noturna pode acarretar a quem a exerce, parece ser desconsiderado pela sociedade. Até mesmo pelo fato

de que tais profissões não possuem grande valorização social.

Assim escolhemos como objeto de estudo o trabalho dos Agentes de Portaria na Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A, empresa, na qual a autora da presente dissertação trabalhou e pode conviver com as implicações deste tipo de profissão no cotidiano da classe trabalhadora. Tal função é a que apresenta maior índice de desligamento da empresa, conforme levantamentos do setor psicossocial, nos anos de 2008 e 2009 (ver anexos D, E, F) como também percentual significativo de afastamentos por doenças relativas à saúde mental (ver anexo c). No próximo capítulo faremos uma breve apresentação da empresa, a qual se constitui em um ramo de setor de serviços, dentro da área pública, e do trabalho do serviço social.

### **3 TERCEIRO CAPÍTULO: A PROGUARU S.A E O PROCESSO DE TRABALHO DOS AGENTES DE PORTARIA**

#### **3.1 A PROGUARU COMO EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA PÚBLICA**

A Sociedade Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. (PROGUARU) foi criada em agosto de 1979, constituindo-se como uma sociedade de economia mista, por ações, nos termos das Leis Municipais nº. 2.305 de 22 de maio de 1.979 e nº. 2.315 de 10 de julho de 1.979.

Localiza-se na cidade de Guarulhos, no estado de São Paulo. Atualmente, conta com 4.800 funcionários e é a segunda maior empregadora da cidade, perde apenas para a Prefeitura de Guarulhos. Seu principal objetivo é executar serviços públicos para o bem-estar dos munícipes, tais como remoção de lixos, varrição das ruas e avenidas da cidade, serviços de pavimentação, guias e sarjeta, construção de galeria, canalizações, pontes e diversos tipos de obras. Seu estatuto social<sup>55</sup> especifica a diversidade de serviços que abrange:

**“I - Execução dos serviços de varrição, coleta e remoção de lixo, pintura de guias, desobstrução de travessias, limpeza de bueiros, coleta de entulho, remoção de pequenos animais mortos, limpeza de córregos, roçagem, capina, conservação de ruas pavimentadas e ruas de terra, conservação de boca de lobo, poços de visitas, muros de arrimo, sarjetas, guias, sarjetões e lavagem de ruas.**

**II - Fabricação de blocos e pré-moldados, usinagem e fabricação de asfalto pré-mistura a frio, reciclagem de resíduos sólidos, obras de drenagem, pavimentação, construção de guias, sarjetas e sarjetões, obras de contenção de encostas, obras de desassoreamento de córregos, dragagem de córregos, iluminação pública, travessias, construções de galerias, muros de arrimo, canalizações, pontes, e serviços correlatos;**

---

<sup>55</sup> Apesar da Proguaru S.A. ser de economia mista se intitulando como uma “sociedade de economia mista” a consideraremos neste trabalho como empresa, por gerenciar capital e trabalho na produção de bens e serviços valorizando o sistema capitalista de maneira indireta, como também pela natureza da prática que demanda ao serviço social baseada na intervenção das condições de vida e trabalho dos funcionários.

**III - Promoção de estudos e elaboração de projetos relacionados com as atividades sociais; projetos geométricos, projetos de pavimentação, projetos de macro drenagem, projeto de micro drenagem.**

**IV - Planejamento, promoção e adoção de medidas tendentes ao incentivo de atividades industriais e comerciais para a consecução do objetivo social, tais como: elaboração e execução de planos e desenvolvimento, de habitação, de urbanização, de fiscalização de controle, de fomento, de ajuda e outros de interesse social, por conta de entidades públicas e privadas.**

**V - Execução de serviços gráficos, de informática, projeto, construção, ampliação, reforma, limpeza e manutenção de próprios municipais, controle de acesso, regulamentação para estacionamento por tempo determinado, administração de velórios, mercados, estádios, execução de serviços de emplacamento de logradouros públicos, exploração de publicidade em próprios públicos e particulares.**

**VI - Promoção de programas habitacionais de interesse social”**

**(Estatuto Social da Proguaru, Cap I, art 4)**

As sociedades de economia mista se expandiram logo que o Estado assumiu a responsabilidade por diversas atividades, como infraestrutura, transportes, comunicação, evidenciando seu papel de condutor do processo econômico e social no início do século XX. Desta forma, o Estado passou a racionalizar suas tarefas, utilizando como estratégia a descentralização administrativa<sup>56</sup> para uma melhor distribuição de competências, já que não dispunha de organização adequada para realização destas atividades.

Neste cenário, surgem as economias mistas, como instrumento para imprimir eficiência à máquina. Portanto, estas se inserem na esfera da administração pública indireta, com personalidade jurídica<sup>57</sup> de direito privado, não sendo o Estado seu acionista majoritário.

---

<sup>56</sup> Existem empresas de economia mista estadual, municipal e federal. O decreto lei 200/67 que as criaram remete a sua atuação somente na União, contudo estão presentes em todos os entes federativos, sendo necessária lei que autorize sua criação, se constituem em meios de desconcentrar ações antes sob controle estatal

<sup>57</sup> Segundo Xavier (2005), a atuação estatal de tais empresas pode se desenvolver pela forma direta, integrando a chamada administração pública direta, integrada pela: União, Estados, Distrito Federal e Municípios ou pela forma indireta, que engloba: autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas

Para evitar confusões, faz-se necessário lembrar que a sociedade de economia mista demanda conjunção de capitais governamentais com capitais particulares. Nestes termos, tais empresas se diferenciam da empresa pública, o que é ressaltado até pela atual Constituição Brasileira.

A empresa pública deve conter capitais somente públicos, enquanto a economia mista deve abranger também o privado, como enfatiza Xavier<sup>58</sup> (2005) :

**“As características assinaláveis das sociedades de economia mista são: participação do capital público ao lado do capital privado, participação administrativa do poder público, a estrutura de direito privado sob a forma de sociedade anônima e variável interesse público em conciliação com o privado definido pelo próprio poder público em diploma legal específico”**

Atendendo a tal exigência, o estatuto social da Proguaru S.A. indica que a Prefeitura Municipal de Guarulhos manterá o controle acionário da sociedade. Possuirá no mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) das ações em que se divide o Capital Social, sendo administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Atualmente, a Proguaru S.A. conta com 99% das ações.

Em relação ao Conselho de Administração, o estatuto determina que “ será composto de 6 (seis) membros, acionistas ou não, pessoas físicas, de nacionalidade brasileira, residentes no Município de Guarulhos, eleitos pela Assembléia Geral, por prazo de gestão de 2 (dois) anos. A reeleição é permitida”. Segundo o artigo 20º de tal lei, “o Conselho de Administração elaborará o Regimento Interno da Sociedade, fixando quadro de carreiras e empregos, com as respectivas atribuições, remunerações e formas de acesso”. Ao referido órgão compete:

**I – fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;**

**II – eleger e destituir os diretores da sociedade, cujas atribuições vêm fixadas neste estatuto;**

**III – fiscalizar a gestão dos diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;**

---

<sup>58</sup> Xavier (2005). As sociedades de economia mista e empresa públicas . Disponível em [www.Franca.Unesp.br/artigos/Thiago\\_Nogueira.Pdf](http://www.Franca.Unesp.br/artigos/Thiago_Nogueira.Pdf)

**IV – convocar a assembléia geral quando julgar conveniente, motivadamente;**

**V – manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;**

**VI- manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto ou o interesse social assim o exigir;**

**VII – deliberar sobre a emissão de ações, nos termos do ar. 10 deste estatuto;**

**VIII – escolher e destituir os auditores independentes  
(Estatuto Social da Proguaru, Cap. 5, art. 4)**

Já a diretoria será constituída de 3 (três) diretores, acionistas, pessoas físicas de nacionalidade brasileira residentes e domiciliadas no município de Guarulhos, eleitas pelo Conselho de Administração, por prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Os diretores serão assim designados: diretor presidente, diretor administrativo-financeiro e diretor técnico, devendo ser eleitos nessa ordem pelo Conselho de Administração, entre pessoas de reputação ilibada e reconhecida idoneidade.

Os serviços desenvolvidos pela Proguaru S.A. são executados por meio de áreas administrativas específicas, sendo cada qual gerenciada pelo respectivo gerente. A Coordenadoria dos Centros Administrativos são descentralizadas nos bairros cidade contando com aproximadamente 360 funcionários, os quais executam desde conservação e cascalhamento das ruas de terra, limpeza urbana, até a retirada de animais mortos de pequeno porte. Além destas tarefas, realizam a varrição mensal, pintam 120 mil metros quadrados de guias, limpam e desobstruem bocas-de-lobo e galerias, fazem a roçagem de córregos e a capina de ruas, como também o desassoreamento mecânico de aproximadamente dois mil e 700 córregos.

O serviço de tapa-valas e/ou pavimentação desenvolve um trabalho efetivo para minimizar o problema dos buracos em toda a cidade. Há quatro anos, a empresa firmou contrato com o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) e vem executando serviços de tapa-valas das vias públicas e dos passeios. O setor de edificações realiza benfeitorias e obras tais como construção de escolas e postos de

saúde, creche sendo um dos setores que mais realiza horas extras, principalmente na época de eleições.

A GOS (Gerência de Operação e Serviço) está ligada à Zona Azul, a qual é atribuída a função de fiscalizar e autuar os veículos estacionados, tendo como objetivo a disciplina do trânsito e do espaço público. Conta também com o serviço de limpeza urbana e conservação da área central da cidade e por último o trabalho dos Agentes de Portaria, o qual será por nós pesquisado.

Segundo a empresa, esses funcionários são treinados e capacitados ao trato social, controlando a entrada de pessoas a prédios, escolas, postos de saúde e demais repartições públicas municipais. Em abril de 2004, houve a mudança de denominação do profissional que passou de controlador de acesso - cargo que não existia no mercado de trabalho - para agente de portaria.

A Proguaru S.A. conta em seu quadro funcional com 822 Agentes de Portaria, dos quais 564 prestam serviços na Secretaria de Educação, que mantém contrato com a empresa. Outros 100 Agentes de Portaria estão locados nas diversas secretarias do município, mas à medida que a Secretaria de Educação solicita, a Proguaru S.A. remaneja estes funcionários, atendendo assim ao contrato.

### 3.2 PROGUARU S.A. ENQUANTO EMPRESA DE ECONOMIA MISTA

Apesar de ser natureza jurídica de direito privado, a Proguaru S.A. é controlada pelo município. Logo, não sucumbe completamente ao direito privado nem ao público, por isso, o termo economia mista. No que diz respeito aos direitos trabalhista, segue as normas do direito privado<sup>59</sup>, tendo por regime CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) e Regime Previdenciário Nacional, sendo que os cargos técnicos e administrativos deverão ser providos mediante concurso de provas ou de provas e títulos, conforme consta na administração pública, porém

---

<sup>59</sup> O artigo 173, § 7, II da Constituição Federal, estabelece a sujeição da empresa pública e da sociedade de economia mista, ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quando aos direitos e obrigações civis e comerciais, trabalhistas e tributário.

permite contratação de pessoas indicadas para “cargos de confiança” tais como gerentes, coordenadores e assessores.

Outro ponto importante a ressaltar é a questão que uma sociedade de economia mista prestadora de serviço público, como a Proguaru S.A., não tem como fim último o lucro, sendo onerada de encargos tributários, logo se constitui como prestadora de serviço público e não está inserida no mercado concorrencial, sendo dependente do repasse de verba governamental por meio dos contratos.

Consideraremos, neste trabalho, que a Proguaru S.A. é uma empresa que faz parte do setor público, se inserindo em uma totalidade que compreende as relações impostas pelo modo de produção capitalista, sendo os serviços prestados um trabalho improdutivo<sup>60</sup>, termo este utilizado por Marx.

Mas afinal o que seria o trabalho improdutivo? Precisamos antes conhecer o que seria o trabalho produtivo. A produção capitalista não se resume especificamente ao produto, ao valor do uso e ao valor de troca, seu produto se faz com a criação de mais valia. Através da mais valia, o processo de trabalho absorve mais trabalho do que foi comprado, sendo este trabalho não pago a quem o exerceu. Logo seu principal objetivo seria o acréscimo de valor aos objetos, através da apropriação de um trabalho que não foi por ele custeado. Assim se tem um trabalho dito produtivo<sup>61</sup>.

Já no trabalho improdutivo é diferente. Segundo Marx (1980, p.45), “Quando o dinheiro se troca diretamente pelo trabalho, sem produzir e, sem ser portanto produtivo, compra-se o trabalho como serviço, o que de modo geral não passa de uma expressão para o valor de uso especial que o trabalho proporciona como

---

<sup>60</sup> De acordo com nosso entendimento, acreditamos que por se tratar de uma administração pública indireta, conforme sua personalidade jurídica e não objetivar o lucro, mas prestação de serviço para o bem público, tal empresa pode ser classificada como improdutiva. De acordo com Marx (capítulo inédito do Capital), a mera troca de dinheiro por trabalho não o transforma em trabalho produtivo, já que dinheiro e trabalho se trocam apenas na condição de mercadoria. A troca que não produz capital é dispêndio de renda. A utilidade particular é a prestação de serviço e o que se paga é para isto. Eles estão à disposição da população, são pagos por ela não gerando lucro de maneira direta.

<sup>61</sup> Como exemplo, citamos o trabalho de uma empresa automobilística, é considerado um trabalho produtivo, visto que o valor de um carro é deveras superior ao valor pago ao empregado, seu tempo de trabalho, ajudado pela máquina possui um sobre lucro (mais valia relativa), portanto, tem um trabalho apropriado pelo capitalista que não é pago ao trabalhador.

qualquer outra mercadoria. A mera troca direta de dinheiro por trabalho, portanto, não transforma o dinheiro em capital ou o trabalho em trabalho produtivo”. Esta situação condiz com o acontecido no setor público, em que o montante é utilizado com o pagamento de pessoal, especificamente neste trabalho enfatizamos as prestações de serviços desenvolvidas pela Proguaru S.A., que como uma empresa do serviço público indireto possui singularidade, conforme analisado por Nogueira (2005)<sup>62</sup> :

**“As especificidades do setor público devem ser apontadas. Em primeiro lugar, são relações de trabalho entre não proprietários de meios de produção entre si, funcionários e governos ou governantes dirigentes, ao invés de relações diretamente capitalistas. Isto significa, no parâmetro de Marx, que não há no relacionamento coletivo dentro do estado, nas atividades de administração, controle de prestação de serviços públicos, produção direta de valor para acumulação de capital. Trata-se então de trabalho assalariado improdutivo nos termos discutidos no capítulo inédito do capital de Marx”**

Portanto apesar do serviço público, não gerar diretamente mais valia, visto que mais consome que produz, já que precisa ser paga a força de trabalho isto não quer dizer que seja desnecessário ao capital, apenas se mudam os mecanismos de exploração. A Proguaru S.A. se faz necessária dentro da economia da cidade por ser uma forma de absorver os até então excluídos do mercado de trabalho, fazendo com que não se tornem uma grande massa despossuída de recursos. Portanto, para o sistema capitalista, tem uma necessidade real visto que produz serviços, gera e consome força de trabalho para alimentar a circulação de mercadoria, necessárias ao capital.

**“(…) o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, maior interpenetração, entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital.” (Antunes, 2006, p. 13)**

---

<sup>62</sup> Nogueira (2005). Relações de trabalho no setor público, disponível em: [http://www4.pucsp.br/eitt/downloads/III\\_Ciclo\\_Arnaldo\\_Nogueira.pdf](http://www4.pucsp.br/eitt/downloads/III_Ciclo_Arnaldo_Nogueira.pdf)

### 3.3 SERVIÇO SOCIAL DENTRO DA PROGUARU – BREVE ANÁLISE

A origem do Serviço Social nas empresas está intimamente relacionada ao desenvolvimento industrial, tendo como primeiro objetivo a vigília da força de trabalho, supondo que o assistente social contribuiria para o aumento da produtividade no trabalho e do lucro, ao atender as necessidades sócio-econômicas dos trabalhadores, logo tentaria amenizar os conflitos entre os empregados e a empresa. Iamamoto (2001b, p.47) afirma que: “O serviço social sempre foi chamado pelas empresas para eliminar focos de tensões sociais, criar um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho”.

Atualmente, segundo Cesar<sup>63</sup> (1999, p.167), a atuação do assistente social em empresas exige o desenvolvimento de algumas características básicas, como ter conhecimento para que não deixe sem respostas quem vier buscar informações. Para isso, o profissional de serviço social tem que dominar as políticas da empresa, bem como conhecer a rotina de todos os empregados para que possa responder as perguntas que surgirem de forma coerente. Exige-se também trabalhar com cooperação, buscando sempre melhorar a produtividade e a qualidade.

Além de todas as características descritas acima, as empresas exigem do assistente social a qualidade de seus atendimentos. Desta forma exigem atributos pessoais tais como capacidade de articulação e simpatia, de modo que o funcionário se sinta melhor acolhido. Observamos que na contemporaneidade o referido profissional ainda é requisitado para intermediar as relações entre o trabalho e a vida particular do operário, buscando um forjado “elo cordial” entre empresa e trabalhador, por acreditar sobretudo no seu potencial de intermediar as questões referente às relações de trabalho.

Mesmo que ainda coexistam demandas tradicionais, para uma melhor compreensão da intervenção do assistente social, em quaisquer esfera institucional é imprescindível considerar as transformações no mundo do trabalho. Estas alteram

---

<sup>63</sup> As características descritas acima por Cesar (1999) não é defendida por ela, ao contrário, aponta outros caminhos para que a prática profissional possa se comprometer com a população usuária

diretamente nossas condições de trabalho e requisitam repostas qualificadas, sendo necessário não somente identificar tais demandas mas problematizá-las:

**“Assim a principal tarefa posta para o serviço social, na atual conjuntura, é a de identificar o conjunto de necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho (...). Nestes casos é preciso refazer – teórico e metodologicamente - o caminho entre a demanda e suas necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea, com toda sua complexidade. Referimo-nos, particularmente, às necessidades sociais que plasman o processo de reprodução social” (Mota, 2001, p.56)**

Acreditamos que somente entendendo os objetivos e interesses de uma instituição e como se insere no modo capitalista de produção é que compreenderemos a requisição da mão de obra do serviço social, uma vez que a ação profissional se insere em um nível de relação social mais ampla contribuindo para sua produção e reprodução. Logo, por este motivo, no item anterior, contextualizamos a Proguaru S.A. e como colabora para, o processo de produção.

O profissional de serviço social passou a fazer parte do seu quadro de funcionário somente 21 anos após sua criação. O momento da abertura de concurso público para tal área coincide com a mudança de gestão da Prefeitura<sup>64</sup>. Sob a gestão petista, a diretoria da empresa observou a necessidade de contratação de profissionais de várias especialidades<sup>65</sup> para melhorar a atenção aos trabalhadores, já que até então serviços de atenção a saúde do trabalhador eram terceirizados e, no caso específico do Serviço Social, desenvolvidos por funcionários voluntários da empresa, que realizavam visitas e faziam encaminhamento para os serviços públicos, os quais eram vistos como “profissionais”.

Iniciava-se assim uma nova fase da empresa. Existiam muitos assessores, que foram demitidos na época. Efetivou-se a abertura de concursos buscando assim a contratação com maior transparência. Tal estratégia era para amenizar escândalos

---

<sup>64</sup> O Partido dos Trabalhadores assumiu a gestão da prefeitura de Guarulhos em 2000, com o prefeito Elói Pietá. Em 2004, ele foi reeleito ficando no cargo até 2008, quando novamente o PT ganhou as eleições assumindo Sebastião Almeida, atual prefeito

<sup>65</sup> A equipe de Saúde e Segurança era formada por médico do trabalho, assistente social, psicóloga, engenheiro de segurança do trabalho, técnicos de segurança, auxiliares de enfermagem e auxiliares administrativos. Em 2007, uma enfermeira do trabalho passou a integrar a equipe. Atualmente a equipe está com a mesma constituição

de desvios de verbas e mau uso do dinheiro público por seus ex-gestores, tentando mudar a imagem da empresa.

Portanto, em 2002, foi contratada a primeira assistente social da empresa mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. A primeira exigência que foi feita ao serviço social referiu-se à necessidade de implantar um trabalho para atendimento a funcionários com problemas de dependência química<sup>66</sup>.

Por ter uma formação mais teoricista<sup>67</sup>, segundo a qual somente as matrizes teórico-metodológicas permitiriam caminho para o exercício profissional, grande seria o desafio, visto que desconhecia tal realidade. Acreditávamos que somente a entrevista, os encaminhamentos e uma visão crítica da realidade conseguiriam administrar tal situação, porém observamos que para um atendimento mais eficaz e para uma melhor compreensão da interface de dependência química/relações de trabalho se fazia necessário buscar uma especialização, como também entendimento teórico.

Além desta solicitação, existia a determinação dos pronto-atendimentos por meio de abordagem individual, a fim de amenizar as problemáticas apresentadas pelos funcionários seja em relação à questão sócio-econômica, à família, à saúde, aos colegas de trabalho ou mesmo à chefia. Naquela época, foi-nos explicado que os funcionários da empresa eram pessoas com baixo poder aquisitivo que viviam nas periferias de Guarulhos. Observamos que a empresa esperava uma postura mais passiva do profissional trabalhando com base em atendimentos individuais, atuando no binômio necessidade/atendimento.

---

<sup>66</sup> Dependência química se constitui em doença causada por múltiplos fatores caracterizada pelo uso contínuo de substâncias entorpecentes lícitas ou ilícitas (álcool, cigarro, cocaína, anabolizantes, anfetaminas, etc) com comprometimento físico/biológico, social e psíquico do indivíduo

<sup>67</sup> Marilda (2001b) esclareceu que para superar os impasses da profissão (década de 80) que se baseavam na distância entre o trabalho intelectual e o exercício da prática cotidiana seria necessário construir estratégias técnico-operativas para preencher os campos de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional. A reforma curricular na década de 90, abrangia tal idéia, questionava principalmente o fato de que apesar do engajamento político e qualificação teórica na década de 80, o profissional de serviço social não aprendeu a problemática cotidiana dos sujeitos os quais atendiam. Logo apontou, por meio da pesquisa, a necessidade de compreender o processo social dentro de uma totalidade, o real com suas manifestações: particulares, singulares e universais.

A postura da Supervisão de RH (Recursos Humanos) área a qual estávamos subordinados, indicava uma percepção “assistencialista” em relação ao serviço social. A partir desta visão, os funcionários eram considerados pessoas carentes que necessitavam de “ajuda da empresa” para melhorar suas condições de vida. As cobranças a nós efetuadas por tal supervisora evidenciava que nossa “competência profissional” para resolver tais situações seria avaliada.

Era fato que a contratação de uma assistente social queria passar a imagem de que a instituição estaria preocupada com os problemas dos funcionários, sendo o profissional a personificação de tal interesse. Ao classificar os problemas sociais dos funcionários de forma fragmentada, exigindo seu tratamento pontual, demonstravam uma percepção que responsabilizava o indivíduo pela problemática apresentada, atribuindo à assistente social a dura tarefa da resolução da demanda. Mota (1998) consegue explicar bem a ótica focalista que a empresa possui em relação o “fenômeno de pobreza” ao qual os trabalhadores estavam submetidos:

**“Dentro de tal ótica evidencia-se o fenômeno enquanto patologia ou disfunção, omitindo-se no discurso, a manifestação de contradições da sociedade (...) Por isso mesmo os problemas no trabalho, expressão que denomina os desvios de comportamento que afetam diretamente o processo de trabalho, são definidos como resultantes da convivência grupal (...) Observa-se ainda, que, ao classificar problemas a empresa prioriza alguns, tendo como parâmetro a profundidade de interferência na produção e alteração da ordem do processo de trabalho (...) Na questão dos comportamentos, ressaltam-se a inadaptação funcional, o absenteísmo, o relacionamento pessoal (...) a saúde por exemplo é considerada a partir do fenômeno da doença, relacionada com a perda da energia física.” (Mota, 1998, p.50)**

Assim, entendemos que a necessidade de contratação do profissional de serviço social pela Proguaru S.A. buscou racionalizar o atendimento às carências apresentadas, e concomitantemente mostrar sua face humanitária<sup>68</sup>. O discurso utilizado para requisição do profissional também apontou a necessidades de um conhecimento mais especializado para se tratar questões que até então possuíam um caráter estritamente filantrópico e despolitizado:

---

<sup>68</sup> A administração petista em Guarulhos foi caracterizada por um maior número de ações voltadas às áreas de baixo poder aquisitivo da cidade. A Proguaru S.A., como empresa ligada a Prefeitura, tentou com suas políticas de RH também trabalhar sob tal ótica

**“A priori, portanto, pode-se afirmar que a empresa solicita a ação do profissional por entender que o Assistente Social é um elemento capacitado para atuar nos recursos humanos, desenvolvendo ações de caráter educativo junto aos empregados, mediante prestação de serviços sociais. Entretanto à questão técnica se deve juntar outra de cunho político, ou seja: subjacentes à especificidade de qualquer ação, sempre existem finalidades subordinadas a interesses materiais políticos e ideológicos de classe de quem a patrocina. (...) A especialidade profissional, segundo o discurso das empresas, estaria, então centrada na forma técnica de administrar benefícios sociais. O assistente social entra na empresa para substituir o trabalho improvisado, empírico e desarticulado, realizado por funcionários administrativos ou para modernizar o gerenciamento de carências sociais do trabalhador, compondo as equipes técnicas de recursos humanos.” (Mota, 1998, p. 57)**

Mediante as exigências institucionais primeiramente nos dedicamos a montar estratégias para trabalhar com dependência química na empresa, paralelamente atendíamos as demandas individuais trazidas pelos funcionários, como problemas com chefia, com outros colegas de trabalho, com a família e a necessidade de vagas para atendimento em serviço de saúde pública, uma vez que a empresa não dispunha de planos de saúde. Nesta época, apesar das demandas serem primeiramente categorizadas como individuais, começamos a montar estatísticas para que levantássemos e analisássemos dados, os quais a longo prazo poderiam contribuir para desenvolver estratégias com maior impacto. Para nós, seria uma forma de diminuir os atendimentos individuais, que em sua maioria eram condicionados pela visão paternalista<sup>69</sup> de que os funcionários tinham do Serviço Social.

Observamos que a empresa exigia de nós certa neutralidade, nos mostrando para o funcionário como um representante de sua preocupação pelo seu bem-estar de sua família. Era normal ouvimos dos empregados que a Proguaru S.A. havia contratado uma Assistente Social para ajudá-los, corroborando com a ideologia da benevolência. Iamamoto (2001) ratifica que o serviço social afirma-se como um tipo de especialização dentro da divisão sociotécnica do trabalho, através dos serviços

---

<sup>69</sup> A visão benemerente do serviço social ainda acompanha a profissão, atributos como “fazer o bem”, “boa pessoa” e “ajuda a gente” eram freqüentemente utilizados pelos funcionários. Muitos deles iam pedir vagas para especialista do SUS (Sistema único de Saúde) demandando ao profissional o poder de conseguir tal benefício.

sociais media-se interesse contraditórios sendo requisitado para conciliar o inconciliável.

Seria ingênuo falar que nosso trabalho objetivaria somente ao bem-estar do funcionário. Na proporção em que se sentia satisfeito com nossa intervenção, era explícito que nós representávamos para eles o suposto interesse da empresa e sua “generosidade”:

**“As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. As classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho, só pode fortalecer um outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução dos antagonismos nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (Iamamoto, 2001b, p.75)**

Portanto em nossa prática corroboramos a idéia de que o serviço social não dispõe dos meios de trabalho. Ao vender sua força de trabalho, mercantiliza seu processo de trabalho o qual passa a ser determinado por seus empregadores. Por se inserir no âmbito das relações sociais capitalistas, também apresenta características de um trabalho alienado<sup>70</sup>.

Contudo, mesmo não determinando seus meios de trabalho e, conseqüentemente, as condições sob as quais o exerce, consegue intervir em seu processo de trabalho através das opções teórico- metodológica e ético-política que imprime a sua prática podendo fortalecer os interesses dos empregadores ou dos

---

<sup>70</sup> Mesmo que no processo de trabalho do serviço social não haja produção de mercadorias, tem propriedades de um trabalho concreto, pois atende às necessidades dos trabalhadores os quais em seu processo de trabalho produzem produtos e mercadorias. Concomitantemente, apresenta-se como trabalho abstrato, quando se apropriam do valor de seu trabalho concreto. Neste caso podemos citar a utilização do trabalho profissional como instrumento de cooptação utilizado para contribuir com a mão de obra no processo de valorização do capital. Para melhor discussão sobre este tema ver Iamamoto (2001b) sobre o processo de trabalho do serviço social, idéia da qual partilhamos

trabalhadores. Guazzelli (2009) aponta uma estratégia para o profissional que assume a opção a favor da classe trabalhadora, ressaltando a dimensão política da profissão. O caminho apontado pela referida autora coincide com o qual tentamos assumir em nossos projetos na Proguaru S.A., mediante aos interesses ambivalentes:

**“(...) mediando fundamentalmente interesses contraditórios e podendo reforçar aqueles dominantes - alinhando-se intimamente aos propósitos institucionais – ou aqueles dos trabalhadores. Sugerimos que para este últimos, um dos meios possíveis é a referida recomposição da totalidade que portam os sujeitos , assim como apreensão da questão social como totalidade, rompendo com sua tradução como problemas sociais, e, por conseguinte, o reconhecimento da totalidade, rompendo com sua tradução como problemas sociais, e, por conseguinte, o reconhecimento da totalidade e universalidade de suas necessidades; uma via que pode iluminar, quer a ampliação da luta política dos sujeitos, quer a viabilização do atendimento das necessidades que as orienta no interior das instituições, propostas e respostas coletivas que considere o “homem inteiro” (Guazelli, 2009, p. 145)**

Embasados numa visão de totalidade e procurando e sempre ter discernimento das possibilidades e limites de nossa prática, como também ancorados no projeto ético e político de nossa profissão<sup>71</sup>, resolvemos direcionar nossas ações para a área de saúde do trabalhador, priorizando tal enfoque aos atendimentos sociais exigidos pela empresa. Assim nos unimos a equipe de medicina e segurança do trabalho para desenvolver nossa prática, visto que observamos a necessidade do trabalho interdisciplinar<sup>72</sup> para atuar em tal realidade.

Tal postura se fez necessária por entendermos que o processo de trabalho não nos demandava somente abordagens fragmentadas, com respostas pontuais a

---

<sup>71</sup> Entendemos que a ética profissional é permeada por conflitos e contradições sendo que seus determinantes extrapolam o âmbito da profissão, logo ela pode se articular com projetos societários coletivos, que são projetos de classe, assumindo uma determinada direção social para prática, atendendo as necessidades sociais. A direção é opção dos seus agentes.

<sup>72</sup> Segundo Sá (1998), equipe multiprofissional realiza um trabalho coletivo, mas que nem sempre pode ser caracterizado como interdisciplinar, o qual agrupa diversas áreas do conhecimento em torno de um mesmo objetivo, através de uma relação de reciprocidade, com ausência de hierarquia entre as diferentes áreas do saber. Acreditamos que dentro da saúde do trabalhador, a qual conta com a participação de diversos profissionais, as estratégias de intervenção na realidade podem ser potencializadas com a especificidade do Serviço Social com vistas à dimensão preventiva, como treinamento de CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidente) e no fornecimento de informações sobre os direitos e deveres dos usuários fornecendo elementos à empresa e sindicatos para elaboração de políticas

carências. Assumimos a idéia de que o ato de trabalhar não influi somente nas condições sociais dos indivíduos, mas implica diretamente em suas condições biopsíquicas.

Portanto, passamos a vincular os problemas de saúde do trabalhador ao processo de trabalho, não os analisando de forma isolada, nem os restringindo aos atendimentos individualizados. O primeiro projeto em parceria com a área de segurança de trabalho, foi voltado para doenças músculo esqueléticas, já que por nossos levantamentos, em 2002, esta era a segunda maior causa de atendimentos do serviço social no primeiro ano de sua atuação (ver anexo g). Um percentual significativo de funcionários eram do Departamento de Limpeza Urbana (DLU). A idéia do trabalho em equipe também fora muito estimulada pela visão crítica de uma profissional de psicologia, que fora aprovada no concurso para trabalhar conosco.

Objetivando um atendimento coletivo às demandas, montamos dois grupos: um de funcionários que realizavam acompanhamentos por problemas de dependência química e uso abusivo de drogas, e outro com funcionários afastados por problemas musculo-esquelético. O primeiro trabalho visava conceder oportunidade de tratamento e encaminhamentos a funcionários que faziam uso abusivo e/ou aqueles que desenvolveram dependência de álcool e drogas conscientizando-os sobre a doença. Neste caso, os encaminhávamos ao CAPS/AD<sup>73</sup> (Centro de Atenção Psicossocial/Álcool e Drogas), que se tornou grande parceiro.

Elaboramos um regimento através do qual os funcionários não poderiam ser demitidos<sup>74</sup> sem antes serem informados sobre a dependência química, como

---

<sup>73</sup> Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são instituições brasileiras que visam à substituição dos hospitais psiquiátricos - antigos hospícios ou manicômios - e de seus métodos para cuidar de afecções psiquiátricas. Surgiu na década de 80 com movimento da reforma psiquiátrica que visava a humanização do modelo vigente.

<sup>74</sup> Apesar da Proguaru S.A. ter um regime celetista a empresa prima pela manutenção do vínculo de trabalho, motivo pelo qual muitos a consideram uma “boa empresa para trabalhar”, em função de sua suposta estabilidade. Esta estabilidade deriva de que na gestão da Proguaru de 2001 a 2008, a orientação geral era que somente haveria desligamento de funcionários em situações que fosse impossível manter o vínculo empregatício. Na época o próprio gerente financeiro, Luiz Carlos Lima, nos disse o nosso objetivo é manter o vínculo empregatício do munícipe sabendo da importância para a economia da cidade. Nosso trabalho era incansável na luta para que o funcionário se tratasse e

doença. Consequentemente, eles tinham a liberdade de escolha de aceitarem ou não o tratamento. Em um breve levantamento realizado em 2004 pelo serviço social, os funcionários falaram da importância do programa, uma vez que muitos alegaram não saber que o uso de álcool e outras drogas seria uma doença passível de tratamento.

Não nos cabe, neste momento, aprofundar as referências teóricas sobre as causas do uso de álcool e drogas, porém nos baseamos nas obras que compreendem o uso de álcool como consequência de algumas profissões<sup>75</sup>, o ligando-o principalmente àquelas que trabalham como dejetos e lixo e serviços monótonos e repetitivos. Os auxiliares de serviços gerais da Proguaru S.A. e também os de agentes de portaria, respectivamente se enquadram nestas características

Acreditamos que tal embasamento teórico foi mais ao encontro da nossa postura teórico-crítica, pelo fato de considerar a dependência química não somente como uma doença de origem individual, mas biopsicossocial, causada por diversos fatores carecendo de intervenções em áreas distintas da vida do indivíduo, inclusive nas condições de trabalho.

Já em relação aos afastados por doenças músculo-esqueléticas propusemos estratégias para operar mudanças nas condições de trabalho, para tanto ouvimos os trabalhadores que opinaram sobre a melhor forma de executar suas tarefas<sup>76</sup>. Emitiram opiniões sobre os instrumentos e execução do trabalho em parceria com a Medicina e Segurança do Trabalho. Promovemos grupos junto com a UnG (Universidade de Guarulhos) com orientações sobre doenças típicas dos auxiliares de serviços gerais. Conseguimos também o custeio de tratamento e transporte para vítimas de acidente de trabalho. Sabíamos que tais políticas eram pontuais, contudo já significava melhores condições de atendimento e de vida para aqueles que estavam atravessando tal problema.

---

não fosse desligado já que entendemos o trabalho de carteira assinada como um direito a ser preservado

<sup>75</sup> Vaismann, Magda. Alcoolismo no trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004

<sup>76</sup> Como já dizemos o processo de trabalho inclui os instrumentos de trabalho e a forma como a atividade é realizada, muitas vezes as empresas compram uniformes, ferramentas sem consultar o trabalhador, nem mesmo em relação à execução de sua tarefa é ouvido, nosso trabalho tentava mudar esta visão tão enraizada

Em 2005, já na segunda gestão do governo de Eloi Pietá, mudaram alguns profissionais e também a supervisão de RH. Muitos de nossos projetos acabaram por não serem levados adiante, o que nos causou grande frustração. Por se tratar de uma empresa com grande rotatividade de chefia, nossos projetos ficavam condicionados a vontade de quem assumisse a área de Recursos Humanos, já que estes cargos eram indicados pelo partido que assume a prefeitura.

Com a entrada de outra psicóloga em 2005, que já dispunha de experiência em projetos na área de saúde mental e trabalho, começamos a elaborar propostas de atuação com tal enfoque. Havíamos observado o grande número de afastamento por problemas de saúde mental vindos, sobretudo, da profissão de Zona Azul e Agente de Portaria. Passamos a entender que a principal carga destas profissões era de natureza mental, o que causava desgaste no exercício laboral requisitando nossa intervenção.

Alicerçados em tal premissa, realizamos reuniões com ambas as áreas para entender a percepção que os profissionais tinham do seu processo de trabalho, a fim de que opinassem sobre melhorias. Nestes casos, serviríamos como mediadores das demandas dos funcionários diante da empresa. Contudo não conseguimos êxito com tal trabalho, a chefia de RH indicou a falta de recurso da empresa para suprir as eventuais necessidades dos trabalhadores.

A partir de então, começamos a nos interessar pelo trabalho noturno. Observamos muitas queixas dos funcionários que trabalhavam em tal período, no caso, os agentes de portaria (ver anexo b). Passamos a abordar as conseqüências do trabalho noturno na integração para os novos funcionários e também a dar maior atenção aos casos de dependência química e a outros problemas de saúde mental dos agentes deste referido turno.

Convidados pela área de saúde e segurança começamos a treinar as CIPAS sobre o tema saúde mental e trabalho orientando-os a conhecer os riscos do exercício de tais atividades ligando-o, sobretudo, a melhoria das condições de trabalho como também a reivindicação de políticas que fossem ao encontro de tal realidade. Conseguimos também o custeio de consultas e tratamentos com

especialistas para funcionários que fossem vítimas destes acidentes de trabalho e envolvessem problemas relacionados a saúde mental<sup>77</sup>.

Assim concluímos que as estratégias e políticas implementadas no espaço sócio-ocupacional não excluem a participação do trabalhador, mesmo estando ou não organizados atendem interesses antagônicos, e podem servir de caminho para uma ideologia de natureza contestadora da situação vigente. A emergência dos benefícios e estratégias para conscientização de melhoria de condições de vida e trabalho podem de maneira dialética incentivar o potencial político-crítico da classe trabalhadora.

Ressaltamos que a dificuldade de mobilização da classe trabalhadora, como já explicamos em capítulos anteriores, está ligada à política assumida pelo modelo neoliberal de sucateamento de direitos e desmobilização do movimento sindical o qual fragiliza sua mobilização.

A Proguaru S.A. não está isenta de tal realidade conta apenas com um sindicato STAP (Sindicato da Administração Pública de Guarulhos) que consegue alguns benefícios pontuais, porém sem ampla adesão por parte dos funcionários. A empresa em 2005 chegou a criar a comissão de trabalhadores, todavia devido a baixa adesão a mesma foi extinta em 2007. Nestes casos, vemos a importância de um trabalho de equipe que apresente potencial como interlocutor das demandas dos trabalhadores para vislumbra e tentar promover mudanças<sup>78</sup> no espaço laboral.

Desta forma, não vemos os serviços sociais enquanto um fim, mas como um meio de conseguir melhores condições de vida e de trabalho em um cenário no qual acontece a retração dos direitos referente ao trabalho. Mesmo que este modelo de intervenções não modifique concretamente sua qualidade de vida e/ou trabalho, ao não extrair dele a exploração a qual estão submetidos no processo de trabalho, eles

---

<sup>77</sup> Conseguimos também abrir o primeiro CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) relacionando um episódio de saúde mental em razão de agressão de uma orientadora de Zona Azul como um acidente de trabalho, uma vez que desenvolveu síndrome do pânico

<sup>78</sup> Queremos dizer que quando há uma dificuldade de organização dos trabalhadores para suas demandas se faz importante uma equipe técnica que possa se comprometer suas necessidades, como também estimulá-los a buscar seus direitos. Lembramos que enquanto trabalhadores, muitas vezes dispomos das mesmas condições de trabalho. A luta deve ser coletiva e sem corporativismos

o ajudam a vislumbrar outras possibilidades. Compreender os limites profissionais, sem contudo se entregar à lógica institucional, é uma atitude que condiz com a ética, maturidade e competência.

Esta pesquisa de dissertação é um trabalho, que serve não somente ao serviço social, mas a toda área de saúde e segurança do trabalho que busque um comprometimento com melhores condições de vida, de trabalho e de possível desenvolvimento da consciência de política, tanto da equipe, quanto dos trabalhadores.

Portanto, no que se refere especificamente ao papel do serviço social, devemos buscar compreender as relações de trabalho, vida e saúde dos trabalhadores levando em conta o saber dos mesmos. Concomitantemente devemos considerar as relações de saúde do trabalho como um campo alternativo para o fortalecimento de direitos dentro da área de recursos humanos, como um caminho viável para a efetivação de direito.

### 3.4 O PROCESSO DE TRABALHO DOS AGENTES DE PORTARIA ATRAVÉS DE SUAS PERCEPÇÕES

#### 3.4.1 HISTÓRICO LABORAL

Para tentar alcançar nosso objetivo, estabelecemos alguns tópicos de estudo que nortearam as entrevistas, Inicialmente, traçamos um histórico laboral dos entrevistados com vistas a obter elementos comparativos entre o trabalho antigo e o atual, observando as atividades que exerceram em suas vidas, ou seja, que caminho percorreram até exercerem a função de agente de portaria, a fim de observar se apresentavam características compatíveis com a função. Notamos que todos entrevistados nunca trabalharam em algo que se afinasse com o trabalho de agente de portaria.

O entrevistado 1 tem 52 anos, curso superior incompleto de jornalismo, nunca se afastou do trabalho por motivo de saúde, mora sozinho e, há um ano, é folguista<sup>79</sup> na empresa. Seu sonho sempre foi trabalhar em rádio, tanto que estruturou toda sua vida em função de tal objetivo, realizando cursos e se aprimorando:

**“Sempre gostei da área de comunicação. Desde os meus 13 anos, já fazia algumas gravações... Mas como era uma área muito difícil, aí eu comecei trabalhando em um escritório, departamento pessoal, sempre me dediquei muito a todo trabalho, mas não era minha vocação (...)”**  
(Entrevistado 1)

O entrevistado 2 é do sexo feminino, tem 31 anos, ensino médio completo, reside com o marido e dois filhos, nunca se afastou do trabalho, possui posto fixo; Está há um ano e meio na empresa. Anteriormente, sempre trabalhou na área de administração financeira:

**“Fui estagiária do Banco do Brasil, ficava mais em atendimento ao público. Depois, eu fui fazer faculdade de administração e consegui outro estágio, comecei a trabalhar num restaurante, lá eu fui registrada e comecei a trabalhar como assistente financeiro... Lá eu fiquei 3 anos, pedi demissão quando casei”** (Entrevistado 2)

Entrevistado 3 tem 45 anos, ensino médio completo, está há 10 anos na empresa, possui posto fixo, nunca se afastou do trabalho, é casado há 15 anos:

**“Trabalhei como office boy, auxiliar de escritório, fiscal de loja, agora por último Agente de Portaria (...)”** (Entrevistado 3)

Entrevistado 4 tem 34 anos, ensino médio completo, está na empresa há 10 anos, é casado, reside com a família. No momento, encontra-se afastado em razão de um acidente de trabalho ocorrido há um ano e meio, o qual acarretou espancamento e traumatismo craniano. Atualmente a capacidade física e cognitiva está comprometida, fala e anda com dificuldade.

**“Eu trabalhava em firma, eu era ajudante, né, e já fui também office boy”** (Entrevistado 4)

---

<sup>79</sup>O folguista não tem posto de trabalho fixo, assim cobrem as folgas daqueles que desenvolve sua atividade em um posto fixo, ou mesmo quando outro falta.

Avaliamos que, independente da idade e do tempo trabalhado na função, nenhum deles exerceram atividades que fossem realizadas à noite e de natureza monótonas. Em relação à diferença entre as atividades que realizavam anteriormente responderam:

**“Não está muito diferente dos outros trabalhos, trabalhava com público. Como sou folguista trabalho, por exemplo, no Adamastor e tenho que mexer com o público. Gosto muito de trabalhar com o público, conversar e tal, eu acho muito bacana. Eu não notei muita diferença, tem diferença da locução, mas de qualquer maneira é uma comunicação é uma área que eu gosto bastante. Você sabe que eu gosto de trabalhar neste horário de 12X36, para eu ter tempo de fazer outras coisas, gosto de fazer teatro, canto (...) dá para eu fazer as duas coisas o trabalho e a diversão” (Entrevistado 1)**

**“Nos outros não parava de me movimentar, o tempo todo fazendo algo, agora aqui na Proguaru não, né. O trabalho é mais ocioso, porque este é nosso trabalho, né, ficar assim. É chato, ficar ocioso não é legal, ainda mais com uma pessoa que está acostumada a ficar sempre movimentando, então, não é legal. Mas para passar o tempo a gente vai estudando, vai levando assim e a hora vai passando”. (Entrevistado 2)**

**“O trabalho que eu tenho uma recordação muito positiva é o de fiscal de loja, que proporcionou que eu viajasse aí pelo Brasil, né. Viajei uns 3 anos mais ou menos, é diferente, né, mais valorizado. Acho que aqui eu sou mais um número (...) neste processo aí, no serviço público”. (Entrevistado 3)**

**“Era melhor porque eu andava muito. Na Proguaru, era mais tranqüilo, não andava, não conversava com ninguém de fora era mais parado” (Entrevistado 4)**

Observamos que existe certa insatisfação em relação ao processo de trabalho caracterizado por um dos entrevistados como “ocioso” e, por outro, como “parado”, evidenciando que há aspectos mais positivos nos trabalhos os quais exigem mais agilidade. A questão da desvalorização também foi citada relacionando a função diretamente com o serviço público, uma vez que a Proguaru S.A. é uma empresa de economia mista, como já explicado, portanto não existe muita diferenciação entre aqueles trabalhadores que entraram recentemente e aqueles que estão a maior tempo na empresa. O PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) só concede 3% de aumento de 2 em 2 anos a uma pequena porcentagem dos funcionários que teve avaliação positiva por parte da chefia. Mesmo assim, muito dos bem avaliados não são contemplados com o aumento.

Apenas um entrevistado consegue apontar características no trabalho que se identifica com aquilo que gosta de fazer, no caso, o atendimento ao público. Outro ponto interessante é quando relata que escolheu a escala de 12X36 para realizar outros afazeres, considerados por ele como diversão. Neste momento, sua fala classifica o trabalho como obrigação, logo, deixa um espaço para obter prazer, fora do trabalho.

Marx (1983) identifica que no trabalho capitalista há uma dificuldade do trabalhador se identificar com aquilo que realiza. Acreditamos que a extinção dos postos de trabalho agrava esta situação fazendo que as pessoas se identifiquem ainda menos com o trabalho, pois as condições objetivas do mercado, muitas vezes, as impedem de trabalhar naquilo que realmente gostam. Tal situação gera desprazer no exercício da profissão, como apontam alguns dos entrevistados ao se queixar da ociosidade:

**“Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer não pertence a sua natureza, portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais” (Marx, 1983, p.25)**

Outro fato interessante é que nenhum deles possuía vínculo de carteira assinada na época em que a Proguaru S.A. os chamou para posse, evidenciando que estavam fora do mercado formal de trabalho. A era dos vínculos instáveis e do desemprego estrutural são condições originadas, como já vimos, do processo de globalização econômica que influencia a vivência dos indivíduos, levando a perda do emprego e dos direitos por estes contemplados, quando não se está no mercado formal de trabalho.

**“Trabalhei de carteira assinada numa emissora dentro da Universidade de Santo Amaro, em uma rádio que funcionava via internet. Trabalhei lá quase 5 anos, eles mandaram embora, porque teve uma inadimplência de alunos (...) Quando a Proguaru me chamou estava fazendo bico (...)” (Entrevistado 1)**

**“Entrei na Proguaru depois de um ano e meio que eu estava parada, tive gêmeos, comecei trabalhar de novo eles tinham oito meses” (Entrevistada 2)**

**“Antes de entrar aqui, eu tinha um bar” (Entrevistado 3)**

Como afirma Antunes (2000 b), há um novo proletariado de serviços, que são estimulados a encontrar alternativas de trabalho em condições muito diferentes daquelas que já exerceram. Estas falas confirmam a idéia de que a escolha de uma atividade possui determinantes sociais que ultrapassam os desejos individuais.

Acreditamos que as condições sociais incitam as pessoas a seguir outros caminhos, que, muitas vezes, não correspondem a seus verdadeiros anseios, fazendo com que se tenha uma distância entre aquilo que se almeja para a vida profissional e aquilo que se pode ter. Esta situação acarreta uma “existência inautêntica e estranhada” causada pelo desemprego estrutural, redução e precarização do trabalho que comprometem os verdadeiros desejos. O trabalho é estranho a quem o exerce.

**“E neste processo, o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho, amplia as formas modernas da reificação, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianeidade autêntica e auto-determinada” (Antunes, 2000b, p.130)**

### 3.4.2 CONDIÇÕES DE VIDA

Outro tópico que foi abordado nas entrevistas refere-se às condições de vida, evidenciando como este trabalho influi na reprodução social dos sujeitos da pesquisa. Ao serem perguntados sobre o que o trabalho muda em suas vidas, os entrevistados mostraram que o ato de trabalhar não tem para eles somente um sentido material, mas também espiritual, identificando aspectos positivos, apesar dos questionamentos da ociosidade e da desvalorização antes relatados:

**“Eu acho que trabalho é tudo para pessoa. Se você não trabalha, não tem objetivo. (...) Quando estou em casa assistindo televisão, fico pensando que vou trabalhar, né. Trabalhar é um estímulo (...) então o trabalho é importante além do dinheiro que a gente não vive sem ele. O mais importante do trabalho mesmo é a realização pessoal. Você está sabendo que está fazendo algumas coisas pelas pessoas.” (Entrevistado 1)**

**“Muda muito, a gente sai, vê gente, conversa com as outras pessoas, sabe de outras coisas, não fica só dentro de casa, só esperando as coisas chegarem, a gente vai atrás.” (Entrevistado 2)**

Já os entrevistados 3 e 4 ligaram o trabalho diretamente com o fato de conseguirem bens materiais para si e para família. O agente de portaria afastado, inclusive, ressalta as dificuldades atravessadas já que está recebendo pela previdência social com o achatamento do salário e benefícios:

**“O ato de trabalhar significa conquistar as coisas, então, é essencial para o ser humano conquistar melhoria das condições de moradia, condução, você ter um veículo próprio, ter atividade de lazer, é o que o trabalho proporciona.” (Entrevistado 3)**

**“O trabalhar é bom porque ajuda a família, né. Acho que agora não ganho bem. Tinha férias, 13º, tinha tudo agora não.” (Entrevistado 4)**

A relação entre trabalho e projeto de vida demonstrou que muitos destes projetos somente são possíveis graças ao exercício do trabalho. Alguns demonstraram que já estão a caminho de seu objetivo. Outra fala demonstra que o próprio trabalho acabou por destruir o sonho de vida, após um acidente.

Compreendemos que mudar é sair de uma fase e passar a outra, o que significa novos comportamentos em prol de melhorias. O interessante é que em cada fala há a ligação daquilo que incomoda em suas vidas e que o trabalho se mostra como um caminho para mudar ou até mesmo como uma objeção, quando seu exercício dissipa a capacidade física e mental do ser humano, o que se materializa no acidente de trabalho:

**“No passado, eu sempre sonhei em trabalhar em uma grande rádio, não consegui, porque é muito restrito, mas estou realizando meu sonho de comunicação que é gravar áudio e vídeo” (Entrevistado 1)**

**“Meu projeto de vida sempre foi ser funcionária pública e eu entrei na Proguaru, só que aqui é só o início. Eu ainda espero um cargo melhor, mas como funcionária pública.” (Entrevistada 2)**

**“No passado, eu nunca tive projeto de vida, você sabia que eu era um alcoólatra. Hoje, a gente tem outros anseios, anseia ter um carro melhor, a casa já está reformada, é um anseio que está sendo realizado, é por aí sempre querendo melhorar.” (Entrevistado 3)**

**“O projeto era trabalhar, ter uma família, ter filhos, dá o de melhor para eles, dar casa, dar roupa, só que como ganhava pouco não deu, eu ia fazer faculdade, mas não deu. Meu futuro é ficar assim porque não tenho cura. Eu queria dirigir não posso. Não posso mais ter um carro” (Entrevistado 4)**

Percebemos também que a instabilidade dos vínculos atuais parece incomodar a entrevistada 2 que vê no trabalho da Proguaru S.A. uma situação mais estável. Ela busca, no trabalho, uma estabilidade, que é seu projeto de vida. Porém observamos que almeja um cargo melhor, mas sempre dentro da área pública. O entrevistado 1 busca felicidade no trabalho. Atuar na área de comunicação é um sonho que persegue, todavia como não conseguiu recursos para sobreviver na atividade que tanto almejou, tenta obtê-los na atividade de agente de portaria e fora concretiza o sonho que sempre perseguiu.

Já o entrevistado 3 condiciona seu projeto de vida a boas condições materiais, é o que ele busca exercendo sua profissão. O entrevistado 4 mostra como um acidente lhe roubou sua capacidade de autonomia, sendo que a consequência vai além do ambiente de trabalho, interferindo em todo seu cotidiano, demonstrando, portanto, que a incapacidade gerada pelo exercício do trabalho o incapacitou para a vida.

**“Sob os dois aspectos, portanto, o trabalhador se converte em escravo do objeto: primeiro, por receber um objeto de trabalho, isto é, receber trabalho, e em segundo lugar por receber meios de subsistência. Assim, o objeto o habilita a existir, primeiro como trabalhador e depois como sujeito físico. O apogeu dessa escravização é ele só poder se manter como sujeito físico na medida em que é um trabalhador, e de ele só como sujeito físico poder ser um trabalhador.” (Marx, 1983, p.23)**

Portanto, observamos que a vida é direcionada pelo trabalho e pelos sonhos, sejam de consumo, de exercer a figura materna ou de ser feliz no trabalho. Todos estão ligados diretamente a atividade que o indivíduo exerce, até mesmo a infelicidade quando estes sonhos são deixados de lado por acidentes causados pelo próprio ato de trabalhar.

### 3.4.3 PROCESSO DE TRABALHO E PERCEPÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

As condições em que o trabalhador exerce sua atividade integram o processo de trabalho. Por isso, consideramos relevante investigar a percepção que eles tinham em relação às condições em que exercem suas atividades.

Marx (1980, p. 53) identifica como componente do processo de trabalho “a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho, os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”. Além das coisas que permitem ao trabalho aplicar-se a seu objeto e servem de qualquer modo para conduzir a atividade. Aqui consideraremos meios de trabalho em sentido lato todas as condições materiais relacionadas à realização do processo de trabalho dos agentes de portaria.

Desta forma, elencamos desde as condições do exercício da atividade até o salário e benefícios, sinônimos de valor do trabalho (não de instrumento de trabalho). As relações interpessoais e os meios como reivindicam suas demandas também serão considerados, por entendermos que se trata do próprio trabalho. No caso dos agentes de portaria, o seu objeto de trabalho é a vigília do patrimônio e inclui informações a munícipes sobre regras que possibilitem seu funcionamento adequado. No caso dos teatros municipais, postos de saúde e escolas, além de controlarem a entrada e a saída de pessoas, informam à comunidade, quando indagados, sobre possíveis programas de lazer abertos ao público. Com as inspeções que realizam, evitam dilapidação do patrimônio público.

Os meios que utilizam para tal tarefa consistem nas condições que possuem para exercer a vigília, com acesso à água, luz, banheiro, alimentação, telefone para ligar para a sede e na sua capacidade subjetiva de vigília e de comunicação. Quando indagados sobre o local no qual realizam a atividade, os entrevistados relatam:

**“Sou folguista, não tenho posto fixo, mas tenho uma escala, não é aleatório. Os postos de trabalho são bons. (...) Acho que uma vez eu peguei um posto que não tinha onde esquentar miojo ou outra coisa. Se não tem onde eu esquentar, eu como lanche. Não tem problema”**  
(Entrevistado 1)

**“Aqui não tem muito o que falar, porque geralmente o quando acontece as coisas aqui é durante o dia. À noite não tem mais nada mesmo, então...”** (Entrevistada 2)

**“(...) Tenho algumas ressalvas em relação ao bairro. O bairro é muito (...) tem tráfico de drogas, nas adjacências, tem muito usuário de droga. O bairro em si não me traz muita tranquilidade. Sinto um certo receio em relação a isso aí, ficar aqui sozinho no posto em si por conta**

**disso aí, mas isso tem em qualquer bairro de periferia, aí você tem que se adaptar.” (Entrevistado 3)**

**“Para mim, era ótimo. Perto de casa, ia e voltava de bicicleta, ia e voltava a pé, era ótimo, depois aconteceu isso aí (...)” (Entrevistado 4)**

Observamos que o trabalho noturno parece mudar características da atividade de agente de portaria, proporcionando alguns sentimentos negativos, tais como ociosidade e medo. A segunda entrevistada novamente indica a monotonia de seu trabalho, dando a impressão de que a monotonia reforça o vazio que é exercer a profissão para ela. Já o terceiro entrevistado pontua o receio que sente em permanecer no local, que é reforçado pelo fato de estar ali sozinho, indica, também, a necessidade de dominar seu medo. Para expor este sentimento, parece tentar esconder de si próprio o risco ao qual se submete, ao utilizar o verbo adaptar.

Luckács (1984) explica muito bem a questão da necessidade de dominar sentimentos no exercício do trabalho. Esta atitude está presente desde a época primitiva. O domínio dos afetos, para tal autor, está diretamente ligado ao sucesso no trabalho.

**“(...) Num determinado momento, ele pode se sentir cansado, mas se esta interrupção for nociva para o trabalho ele continuará, na caça, por exemplo, pode ser tomado pelo medo, no entanto, continuará no seu posto e tentará lutar com animais fortes e perigosos (...) É reconhecido universalmente que o domínio do homem sobre os próprios instintos, afetos, etc, constitui o problema fundamental de qualquer disposição moral (...) mas é importantíssimo para a ontologia do ser social, que eles já compareçam nos estágios mais iniciais do trabalho e, além disso, na forma absolutamente precisa do domínio dos afetos, O homem foi definido como animal que constrói os seus próprios utensílios. É correto, mas é preciso acrescentar que construir e usar instrumentos implica necessariamente como pressuposto imprescindível para o sucesso no trabalho, que o homem tenha domínio sobre si mesmo” (Luckács, 1984, p.46)**

A dificuldade em lidar com a monotonia e com o medo de ficar sozinho pode interferir no exercício deste processo de trabalho. Porém queremos deixar claro que dominar o medo e os afetos faz parte de qualquer atividade de trabalho. Todavia, quando isto acontece em demasia pode levar a um comprometimento da própria vivência do ser, interferindo no exercício da atividade e em sua vida. A busca do dito “sucesso”, muitas vezes, desafia os próprios limites físicos e mentais dos indivíduos,

como veremos posteriormente. No que se refere ao salário e benefícios concedidos pela empresa:

**“Em relação ao salário, eu não tenho o que reclamar. Agora, os benefícios eu acho ótimo. O ticket refeição me ajuda muito, então com o ticket de alimentação eu faço muita coisa no mercado e dá para sobreviver tranquilo. Eu compro iogurte, uma porção de coisa”**  
(Entrevistado 1)

**“O salário não tá muito bom, ainda precisa melhorar. O [vale] alimentação também, você vai no mercado ta tudo pela hora da morte, mas também pelo tipo de serviço... a gente fica ocioso, a gente não faz nada, pelo menos, na parte da noite, eu digo. Não sei durante o dia.”**  
(Entrevistado 2)

**“O salário está dentro do que eu posso falar do piso salarial da categoria, não tem o que questionar... Benefícios que ela [a empresa] concede para a gente é o vale refeição, infelizmente não tem um plano não tem nada de muito especial, vale transporte, vale refeição, toda empresa concede Não tem nada que eu posso falar que é uma empresa top. O que ela faz não é nada mais que a obrigação pagar em dia, nada de excepcional.”** (Entrevistado 3)

**“Os benefícios não eram bons. Não tinha cesta básica, tinha só o cartão alimentação. Não tinha médico. Não tinha plano de saúde.”**  
(Entrevistado 4)

Em relação ao salário, observamos que não há um grande descontentamento dos entrevistados, porém, no que se refere aos benefícios, as reclamações são mais recorrentes. Os entrevistados que possuem família, se queixam mais dos benefícios da empresa, demonstrando que estes não conseguem acompanhar os custos de alimentação, saúde e outros insumos necessários à qualidade de vida familiar. Ressaltamos que a Proguaru S.A. não possui plano de saúde, sendo esta a maior demanda dos funcionários.

Atualmente, para a classe trabalhadora, os benefícios são preferíveis a um salário mais significativo, até pelos descontos para contribuições como previdência e outros que acarretam a diminuição do salário líquido. Logo, os benefícios são grandes responsáveis pela reprodução social dos trabalhadores, tornando-se atrativo na escolha da instituição na qual exercerá sua profissão.

Por outro lado, vemos que no próprio discurso de alguns dos entrevistados há percepção da desvalorização social deste tipo de trabalho. A segunda entrevistada

mais uma vez reafirma que os benefícios são poucos, justificando o valor pelo tipo de trabalho que realiza, que, para ela, aparenta monotonia e ociosidade. Nas entrelinhas, tais características justificam a baixa remuneração.

Sabemos que quanto mais produtivo é o trabalho, melhor remunerado é pelo capital, uma vez que gera mais valia, ou seja, a capacidade de uma atividade gerar lucro influi diretamente no valor pago a quem o exerce. O trabalho de agente de portaria na Proguaru S.A. possui traços de trabalho improdutivo. Por se realizar no âmbito dos serviços públicos, existe uma maior tendência a um salário menos expressivo, pelo fato desse tipo de serviço não visar o lucro.

Numa pesquisa realizada na área privada, observamos que o salário desta categoria varia de um salário mínimo a R\$ 1.000,00, e os benefícios são bem mais significativos, incluindo vales refeição, alimentação e transporte, assistência médica e itens de lazer. Nos concursos públicos o valor médio do salário é de R\$ 600,00 e se garante direitos a benefícios especificados em lei. Em empresas privadas, o trabalho do agente de portaria pode ser considerado produtivo, já que são vendidos como serviços e o valor se transforma em capital como colocado por Marx “num caso, o trabalhador se troca por capital; noutro, por renda. Num caso, o trabalhador se transforma em capital e gera lucro para o capitalista; no outro, é uma despesa, um dos artigos em que se despende renda” (Marx, 1980, p. 140).

Nogueira (2005)<sup>80</sup> indica que no setor público, mesmo considerado improdutivo a exploração existe, tanto que “a taxa de exploração do trabalho no Estado envolve a quantidade de salário em relação à jornada de trabalho e às condições necessárias de vida em sociedade, mas, não é realizada para produzir, e sim reproduzir o capital”. Assim, objetivando preservação do capital há a diminuição dos gastos públicos, dentro do âmbito estatal. Para tanto utilizam da retração do valor do salário e a precarização das condições de trabalho dos servidores, comprometendo a qualidade de vida dos mesmos.

---

<sup>80</sup> Nogueira (2005). Relações de trabalho no setor público  
[http://www4.pucsp.br/eitt/downloads/III\\_Ciclo\\_Arnaldo\\_Nogueira.pdf](http://www4.pucsp.br/eitt/downloads/III_Ciclo_Arnaldo_Nogueira.pdf)

Marx (1980), ao descrever sobre o valor da força de trabalho, coloca que esta deverá abranger artigos necessários à sobrevivência do trabalhador, porém adverte que no sistema capitalista, de base assalariada, tal equidade parece ser uma utopia:

**“Que é, pois, o valor da força de trabalho? Como o de toda outra mercadoria, este valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência, o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que não de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores. Ademais, tem que gastar outra soma de valores no, desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade. Para o nosso objetivo basta-nos considerar o trabalho médio, cujos gastos de educação e aperfeiçoamento são grandezas insignificantes. Devo, sem embargo, aproveitar a ocasião para constatar que, assim como diferem os custos de produção de força de trabalho de diferente qualidade, assim têm que diferir, também os valores das forças de trabalho aplicadas nas diferentes indústrias. Por consequência, o grito pela igualdade de salários assenta num erro, é um desejo ôco, que jamais se realizará. É um rebento desse falso e superficial radicalismo que admite as premissas e procura fugir às conclusões. Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer, e como distintas espécies de força de trabalho possuem distintos valores, ou exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, necessariamente têm que ter preços distintos no mercado de trabalho. Pedir uma retribuição igual ou simplesmente uma retribuição justa, na base do sistema do salariado, é o mesmo que pedir liberdade na base do sistema da escravatura. O que pudésseis considerar justo ou equitativo não vem ao caso. O problema está em saber o que vai acontecer necessária e inevitavelmente dentro de um dado sistema de produção.” (Marx, 1980, p.53)**

No que tange a relação com os colegas, observamos que não possuem queixas, mesmo porque a maioria trabalha sozinho no período de 19:00 às 7:00, sendo os postos descentralizados pela cidade. Em locais que possuem maior público à noite, como escolas e teatros, o maior contato se dá com os profissionais do estabelecimento, com o qual acabam criando maior vínculo. Acreditamos que a maneira como este trabalho se realiza, de maneira isolada, favorece o desencontro entre os trabalhadores de uma mesma categoria, até mesmo dificulta o acesso à informação, fatores que podem influir na capacidade de organização para demandas coletivas.

**“Com a relação às pessoas, eu nunca tive problema de relacionamento, em nenhum local que eu trabalhei. Neste aspecto, é muito tranquilo” (Entrevistado 1)**

**“Relação é ótima, nos postos em que eu passei, fui sempre bem recebida, não tive problemas” (Entrevistada 2)**

**“Boa, eu não tenho queixas, fico sozinho no posto, a gente não tem muito contato, mas quanto fica em grupo também é boa” (Entrevistado 3)**

**“A relação com as diretoras e os chefes era ótima” (Entrevistada 4)**

A relação com a chefia da Proguaru S.A. também parece não ter conflitos, todos declararam como boa, contudo observamos que, muitas vezes, desconhecem a quem deve se remeter para o cumprimento de suas tarefas. Muitos consideram tanto os chefes de agente de portaria, que efetuam as visitas aos postos para saber das condições dos funcionários, como os responsáveis pelo estabelecimento em que trabalham como chefia.

A duplicidade de chefia pode vir a ser um problema se não for bem trabalhada pela empresa, podendo levar a certo desrespeito de algumas regras. É muito comum relatos dos próprios chefes de agente de portaria de flagrar alguns profissionais realizando tarefas que não condizem com suas atribuições. Quando questionados sobre o porquê da tarefa esclarecem que estão fazendo a pedido da diretora da escola, ou do chefe do posto de saúde ou hospital. Para evitar tal situação, está sendo realizadas, na integração da empresa, orientações a este respeito.

Em relação a organização para demandas, entendendo enquanto necessidade relacionadas ao trabalho, todos os entrevistados relataram que as queixas são direcionadas aos Chefes de Agente de Portaria, desconhecendo a atuação do sindicato dos servidores da prefeitura STAP, apesar de alguns serem filiados.

#### 3.4.4 Processo de trabalho e desgaste

Realizamos algumas perguntas para tentar avaliar se o exercício do trabalho e a forma como é realizado causa algum tipo de desgaste. Primeiramente esclareceram como realizam o trabalho:

**“Vamos ver, porque são várias áreas... Se é no Adamastor eu chego, aí a gente vai sempre para o local principal. A pessoa que tá lá que fica no prédio e precisa ver quem chegou para ver se não faltou ninguém e aí anota o nome e o agente assina. Aí vou para o teatro fico lá de 19:00 às 23:00 ou até a meia-noite, a hora que termina o espetáculo. Aí, depois, termina e a gente fecha tudo, aí fica 4 na parte de cima e dois na parte de baixo, atento para qualquer coisa que ocorrer, algum vandalismo, alguma coisa temos que acionar a guarda. basicamente é isto” (Entrevistado 1)**

**“Há eu chego aí a gente reveza, somos 3 agentes de portaria, fica dois lá em baixo e um aqui em cima, hoje é minha vez de ficar aqui, quando to aqui só fico aqui, desço lá m baixo. Agora quando do lá em baixo tem a ronda que tem que fazer, não tem um horário só determinado” (Entrevistado 2)**

**“Na verdade, o trabalho à noite não requer muito do agente de portaria, porque, por exemplo, aqui nesta escola não tem EJA [Educação para Jovens e Adultos] então diferente da escola que tem EJA. Na escola que não tem, a pessoa chega para trabalhar e não tem dinamismo no trabalho. Chegou e não tem ninguém mais no posto. Acabou. A única coisa que ela vai ter que fazer é ter cuidado para não acontecer roubo, então não é uma coisa dinâmica, não tem dinamismo nenhum. Na verdade, é um ócio.” (Entrevistado 3)**

**“Eu olhava tudo, se tinha alguém lá fora, se vinha gente de fora para pular o portão, eu olhava se tinha alguém estranho lá dentro e controlava a entrada das pessoas.” (Entrevistado 4)**

Concluimos que a monotonia e a vigília se alternam na natureza deste processo de trabalho. O fato de ser exercido à noite ainda o torna mais difícil de ser diversificado. Durante sua fala, a entrevista 2 exibiu um certo cansaço e desânimo que aparentava coincidir com a ociosidade referente a atividade. Durante toda a escuta dos agentes de portaria, a questão da monotonia apareceu através de algumas palavras como: “falta de dinamismo”, “ociosidade” e “parado”, o que aparentava ser uma grande dificuldade no exercício da função. É interessante também que à noite eles se tornam mais vigilantes do que um agente de portaria, já que não existe a necessidade de controlar o acesso de pessoas às dependências. Então, o trabalho se restringe a evitar que terceiros roubem ou dilapidem o patrimônio.

É implícito ao trabalho ampliar saberes, demonstrando a capacidade inovadora que incita e a capacidade de pensar e agir. Desta forma, o ser social se humaniza. Luckács (p.65, 1984) declara que “o trabalho é um ato de por consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios”. Todavia, neste tipo de trabalho, o potencial de criatividade humano como também o de reconhecer os meios pelo qual

sua atividade se objetiva parecem ser mascarados pela monotonia da qual compartilham, dando-lhes poucas alternativas de mudanças e interferência no seu processo de trabalho.

**“Uma vez pressuposta a propriedade privada, minha individualidade se torna estranhada a tal ponto, que esta atividade se torna odiosa, um suplício, e mais que atividade, aparência dela; por conseqüência, é também uma atividade imposta e o único que me obriga a realizá-la é uma necessidade extrínseca e acidental, não a necessidade interna e necessária.” (Marx, 1983, p.75)**

O trabalho do agente de portaria não produz mercadoria, porém o seu próprio trabalho é uma mercadoria, representa um trabalho no qual há o poder dos objetos sobre os homens, através da servidão ao objeto de seu trabalho, que no caso é o patrimônio. A objetivação do seu trabalho é a alienação de si próprio, uma vez que arrisca a sua vida pela preservação do objeto, que aparenta ter vida própria. Como relatamos o entrevistado 4 quase perdeu sua vida zelando pelo patrimônio. Contudo, na fase atual do capitalismo, este trabalho tende a se tornar mais comum, pois “a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (Marx 1983).

**“O trabalhador põe a sua vida no objeto, e sua vida, então, não mais lhe pertence, porém, ao objeto. Quanto maior for sua atividade, portanto, tanto menos ele possuirá. O que está incorporado ao produto de seu trabalho não mais é dele mesmo. Quanto maior for o produto de seu trabalho, por conseguinte, tanto mais ele minguará. A *alienação* do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência *externa*, mas ainda que existe independentemente, *fora dele mesmo*, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil.” (Marx, 1983, p.153)**

Durante o estudo de campo, os entrevistados puderam revelar os motivos que os levaram a escolher trabalhar no período noturno:

**“Meu motivo particular eu sou muito branco, eu trabalhei 4 meses e meio de manhã à tarde, mas eu queimava muito, tinha medo de um câncer de pele. Eu usava o protetor que a Proguaru entrega para gente, eu ficava vermelho, aí eu pedi para passar para noite, mas também por um outro aspecto, que eu ganho um pouquinho mais e tem o adicional noturno”. (Entrevistado 1)**

**“Por conta do salário baixo, tem o adicional noturno, foi o que me empurrou para este trabalho noturno, para ganhar um pouco mais naquela ocasião e já se passaram 3 anos (...)”. (Entrevistada 3)**

**“Por que eu achava melhor, por causa do chefe, não tinha ninguém enchendo e por causa do adicional noturno”. (Entrevistado 4)**

Como já havíamos apontado o adicional noturno aparece no discurso de três dos entrevistados como motivo para trabalhar à noite. Freire (1995) descreve a existência de tais adicionais como sendo um meio de naturalizar os riscos existentes na função. Esta monetarização dos riscos abrange os desgastes que tal horário pode causar, porém pelo fato de se constituir um sobre salário permanente leva a sua não recusa por parte do trabalhador.

Portanto, troca-se dinheiro por insegurança, obscurecendo as implicações que tal horário causa na vida e saúde do indivíduo, como aconteceu com o entrevistado 4. Os danos sofridos em sua vida vão além dos poucos recursos que compreendem tal adicional. Outro fato que também é relevante para se trabalhar à noite seria o exercício de uma outra função para se obter uma sobre renda.

**“Atualmente eu gravo áudio-livro em mp3, já gravei uns 30 livros, Código da Vinci, Agatha Christie, fiz agora o papel de advogado de Drácula em áudio-livro. Tenho outras coisas por fora daqui” (Entrevistado 1)**

**“Há 2 anos, eu comecei a vender Bauducco e só com o salário meu e da minha esposa trabalhando na Prefeitura a gente estava endividado. Vivia no cartão de crédito, no cheque especial, não conseguia sair do endividamento. Depois, com este trabalho da venda da Bauducco, eu consegui sair do endividamento que tanto atrapalhava minha vida. Aí, eu melhorei minha condição.” (Entrevistado 3)**

Já a entrevistada do sexo feminino aponta a necessidade do exercício do “papel materno” como justificativa para o trabalho noturno:

**“Por causa dos meus filhos, por que eu queria cuidar deles, eu quero cuidar deles por tempo integral. Eu acho que à noite é a única hora em que eles não irão sentir muito a minha falta, eles estão dormindo (...) Eu até tenho com quem deixar porque moro em frente da minha mãe, mas é porque eu quero cuidar deles , não quero deixar para os outros.” (Entrevistado 2)**

Marx (1983, p.56) diz que “o trabalhador tem a infelicidade de ser um capital vivo, portanto com necessidades, que em cada momento que não trabalha acaba por perder os seus juros e, por conseguinte, a existência”. Nestes relatos, observamos que o tempo fora do trabalho também é ocupado por outro tipo de trabalho. A necessidade de sobrevivência estimula as pessoas a mercantilizar todo seu tempo.

Já no caso do trabalho feminino, segundo Antunes (2000b), abrange 40% da força de trabalho. Em países avançados é absorvido pelo capital, principalmente em trabalhos mais precarizados e informais, com salários inferiores em relação aos pagos a profissionais do sexo masculino.

Ressaltamos que a questão de gênero articula-se diretamente com a questão de classe, uma vez que as mulheres realizam jornadas prolongadas, pois exercem atividades além das do âmbito doméstico. Neste, também possui exigências sociais que ainda regulam sua vivência, como reafirmado pela entrevistada, que enfatiza a necessidade de exercer seu “papel materno” como fator significativo para escolha do trabalho noturno:

**“Acrescente-se a isto outro elemento decisivo, quando se tematiza a questão de gênero no trabalho, articulando-a, portanto com a questão de classe. A mulher trabalhadora em geral realiza suas atividades de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou se quisermos, dentro e fora da fábrica. E ao fazê-lo ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a força de reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem esta esfera de reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas.” (Antunes 2000b, p.108).**

Em relação aos pontos positivos do trabalho noturno, eles disseram que:

**“À noite é mais interessante de trabalhar é mais fresco. Eu chego às 7:30 e durmo até 12:30” (Entrevistada 1)**

**“É mais sossegado, tanto para condução, como tudo. É ótimo, eu me adaptei muito rápido a trabalhar à noite, consigo ficar o tempo todo sem dormir, para mim, não tem problema, só no outro dia depois, que eu não tenho rendimento nenhum.” (Entrevistada 2)**

**“É mais tranquilo, gosto de ler com as crianças, como trabalhava na escola durante o dia, não tinha reflexão.” (Entrevistada 3)**

**“É que eu ganhava mais.” (Entrevistado 4)**

A questão da tranquilidade apareceu como fator que coopera para o exercício da atividade no período noturno, por ser uma hora propícia para estudar e até mesmo para chegar ao trabalho, já que a maior parte da sociedade labora em outros horários, o que para eles facilita meios de transportes . A questão da temperatura

também foi um dos motivos que estimulou um dos funcionários a sair do horário diurno, já que possui muitas queixas em relação ao sol e ao calor. O adicional noturno mais de uma vez foi apontado como um estímulo para trabalhar em tal horário. Os entrevistados elencaram entre os pontos negativos de tal jornada:

**“O frio no Adamastor [é um ponto negativo]. Tem muito vento. Tem uma chaminé que eles não tiraram e entra muito frio” (Entrevistado 1)**

**“Chega de manhã e a gente não se lembra de nada. É difícil, sabe... Nossa sua cabeça no outro dia é terrível, não lembra das coisas. Acho que é só isto mesmo. Eu gosto de trabalhar à noite, tirando esta parte que no outro dia não durmo direito, por que eu tenho meus filhos, chego em casa, só vou dormir amanhã à noite e fico muito tempo acordada... 40 horas direto... Então, quando chega à manhã e à tarde, não fale comigo porque eu não sei de nada” (Entrevistada 2)**

**“Acho que o relógio biológico (você) nunca vai se adaptar, por que a noite é feita para dormir. Então, vou acabar sofrendo muito com isso aí, com o sono sempre atrasado. Gera muito cansaço e você não dorme direito. De dia, você não dorme, [porque tem] muito barulho (de dia). É este o aspecto negativo. Eu não sei se vai causar algum mal lá na frente na saúde”. (Entrevistado 3)**

**“Negativo é que eu não tenho muito o que fazer. Era muito chato, me deixava muito chateado.” (Entrevistado 4)**

O conteúdo que tínhamos descrito nos capítulos anteriores, sobre o trabalho noturno, é reafirmado na fala dos funcionários. A falta de sono e suas conseqüências são os pontos de negativos apontados por dois dos entrevistados. Para a funcionária do sexo feminino, tal situação é ainda pior, uma vez que precisa zelar pelos cuidados com os filhos e com a casa, permanecendo acordada durante 40 horas, confirmando a dupla jornada a qual é submetida. A monotonia favorece a dificuldade do exercício da referida função, conforme o entrevistado 4.

Como assegura Laurell e Noriega (1989), este processo de driblar o sono e se adaptar a tal rotina não é fisiologicamente normal, o que indica que os agentes de portaria e outros profissionais que trabalham em tal horário estão convivendo em condições corporais precárias, as quais podem atingir sua integridade física e mental. Os referidos autores classificam a alternância de turnos como carga negativa, acarretando déficit de sono, levando ao possível desgaste como perda da capacidade potencial ou efetiva, corporal e psíquica. A perda de concentração e a fadiga gerada pelo déficit de sono evidenciam que esta organização de trabalho é alheia à natureza humana, podendo causar prejuízos a quem a exerce. Os

entrevistados também foram questionados sobre os impactos que trabalhar á noite ocasionaram em suas vidas ou saúde:

**“Eu não vejo diferença nenhuma” (Entrevistado 1)**

**“Não. Assim, só que no dia que eu chego em casa, tenho um pouquinho mais de dificuldade para raciocinar. Eu tenho mesmo, não consigo me ater à nada” (Entrevistada 2)**

**“Então, não deu para sentir mudanças significativas. Eu tenho problemas de irritação nas vistas, vai agravando cada vez mais. Meu designer vai ficando mais feio, vou ficando com cara de maconheiro, eu acho que já deve ser uma resposta, uma dificuldade, você só dorme de dia”. (Entrevistado 3)**

**“Mudou sim, depois daquele dia do acidente... Eles me bateram por trás. O médico falou que eu iria ficar vegetativo, tinha que usar fralda para fazer minhas necessidades e o médico falou que eu não tinha volta. Eu nem sei como foi o acidente, nem me lembro, eles pularam o muro e me pegaram lá atrás da escola, que era uma bocada. Hoje, não ando e nem falo direito” (Entrevistado 4)**

Os entrevistados 2 e 3 observam as mudanças em sua saúde, mas parecem, no primeiro momento, negar o mal que o trabalho lhes causa. Afinal, reconhecer o impacto negativo da atividade é reconhecer que correm riscos, porém, a jornada de 12X36 os possibilita realizarem outras funções necessárias à sua reprodução social, logo os malefícios aparecem como um animal a ser domesticado, independente do impacto que cause. O entrevistado 4 relaciona o seu comprometimento físico ao acidente acontecido no trabalho noturno, expondo a insegurança no exercício da atividade. Já o entrevistado 1 não vê mudanças em sua saúde o que ratifica a afinidade com a referida jornada de trabalho.

O desconhecimento sobre os malefícios do processo de trabalho também sugere a alienação na própria atividade de trabalho, que aparece como exterior ao trabalhador, distante de sua natureza, uma atividade imposta. Ignoram que é distinta de seu ritmo biológico, podendo levar ao desgaste físico e mental, sendo um trabalho de sacrifício de si mesmo. A organização de um trabalho em turno noturno e monótono veio da necessidade do modo de produção, sendo estranha à natureza humana, logo não é uma satisfação da necessidade, mas sim como afirma Marx (1983, p.54) “uma forma de satisfazer a necessidade”. Este processo distancia o trabalhador ainda mais de sua natureza e o leva a não se reconhecer em sua atividade.

**“Em que consiste a alienação no trabalho? Em primeiro lugar ela é exterior ao trabalhador, quer dizer não pertence à sua natureza; portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega a si mesmo, não se sente bem mais infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito.” (Marx, 1983, p. 162)**

Em nossa pesquisa também levantamos se os entrevistados tinham conhecimento de que o trabalho noturno faz mal à saúde:

**“Nunca estudei nada sobre isto, nunca me aprofundi, mas não deve ser muito bom por que a noite foi feita para dormir.” (Entrevistado 1)**

**“Eu acho que não, por que assim, mesmo isto esta história de eu chegar e ter um pouco de dificuldade para raciocinar, mesmo isso acho que depois que volta ao normal.” (Entrevistado 2)**

**“Acho que tem problema sim, parece que já li alguma coisa, mas eu tento recuperar o sono do dia anterior.” (Entrevistado 3)**

**“Eu tenho conhecimento que faz mal, eu sei que quando comecei a trabalhar à noite, tomava muito café, para me manter acordado, quando chegava em casa de manhã tentava dormir, mas as crianças não deixavam.” (Entrevistado 4)**

O processo de trabalho é um modo específico de trabalhar e desgastar-se, gerando os processos de adaptação a situações, muitas vezes, distintas de nossos limites, que se tem por consequência o desgaste. O trabalho de agente de portaria possui carga fisiológica e psíquica, não sendo visíveis e externa, dando uma falsa impressão de que não existem e de que é “um trabalho leve”. A alternância de turnos leva à ruptura dos ritmos fisiológicos básicos, com o comprometimento dos ciclos circadianos<sup>81</sup> e também sobrecarga psíquica. No caso específico dos agentes noturnos, identificamos como componente desta última a monotonia, atenção permanente e a consciência de periculosidade. Conforme afirmam Laurell e Noriega (1989), as cargas psíquicas dividem-se em dois grupos:

**Exemplo das primeiras, característica do processo de trabalho capitalista, pode ser a atenção permanente, a supervisão com pressão, a consciência de periculosidade do trabalho, os altos ritmos do trabalho. Pertencem ao segundo grupo de questões de perda de controle sobre o trabalho, ao estar o trabalhador subordinado ao movimento da máquina; a desqualificação do trabalhador, resultado da sua separação entre sua concepção e execução; a parcelização do trabalho que redundam em monotonia e repetitividade (...). Neste sentido, a monotonia, a repetitividade e a desqualificação são a**

<sup>81</sup> A alteração vigília/sono pode tanto causar problemas cardiológicos, gastrointestinais, nutricionais, como também interferir na saúde mental. O uso de substâncias estimulantes do sistema nervoso central, como tabaco, café e cocaína, é muito freqüente entre os profissionais que trabalham à noite. Para melhor entendimento, ver Vaissman (2004) e Fisher (1989)

**hipotrofia do pensamento e da criatividade, que ademais se expressa em mudança da corticosteróide; da mesma forma que a supervisão estrita ou despótica ou a consciência da periculosidade do trabalho são tensão nervosa e prolongada sintetizada na reação do estresse crônico e fadiga nervosa. (Laurell e Noriega, 1989, p.34)**

No capitalismo, o trabalho alienado deforma tanto o corpo como a mente, comprometendo sua capacidade. Não podemos esquecer que as cargas de trabalho<sup>82</sup> se interagem. Vale ressaltar ainda que tentamos enfatizar, neste estudo, aquelas que se destacaram na fala dos entrevistados e nos dados de levantamentos de medicina do trabalho da empresa (ver anexo b). Existe uma combinação de cargas<sup>83</sup> determinadas pela natureza do processo de trabalho, no caso, a monotonia e as condições específicas do trabalho noturno (mudanças dos ciclos circadianos) todos enfrentarão. Porém pode haver também outros tipos de cargas, não comuns ao exercício da atividade. Exemplo, os agentes de portaria podem sofrer simultaneamente as cargas fisiológicas (trabalho em turno), física (ficam à noite em um local frio), química (local com muito pó) e mental (receio da periculosidade).

#### 3.4.5 Centralidade do Trabalho

Para compreender o significado que o trabalho possui para os entrevistados, levantamos os motivos pelos quais escolheram a profissão de agente de portaria:

**“Porque é um trabalho que eu gosto. Gosto de trabalhar com público e mesmo quando não tem público é um serviço agradável. (...) Gosto da parte humana.” (Entrevistado 1)**

**“Não foi bem uma escolha, eu queria ser uma funcionária pública e eu achei que este era o meio mais fácil para eu ter esta chance.” (Entrevistada 2)**

**“Na verdade, não foi uma escolha, né, quando prestei o concurso, a minha esposa me intimou (...) Ela falou faz a prova que vou tomar conta do bar, a gente precisa de estabilidade, de registro em carteira. Eu trabalho por conta, mas esta estabilidade é necessária.” (Entrevistado 3)**

**“Meu pai pagou para fazer. Eu passei entre 12.500 pessoas. Fiz porque meu pai quis.” (Entrevistado 4)**

<sup>82</sup> Laurell e Noriega (1989) pesquisaram, em uma siderúrgica no México, todas as cargas as quais os trabalhadores estavam submetidos, através de levantamento de 15 áreas. Todavia por esta dissertação não se tratar de um trabalho interdisciplinar, o que exigiria conhecimentos específicos, como avaliação das condições do posto, consideramos aqui as cargas mais relevantes, no trabalho do agentes de portaria segundo dados de medicina do trabalho da empresa como a carga psíquica (afastamento dos agentes por saúde mental) como também uma característica comum a todos: a monotonia e a carga fisiológica (alteração do ritmo biológico pelo trabalho noturno)

<sup>83</sup> A carga de trabalho representa o conjunto de esforços desenvolvidos para atender às exigências das tarefas. Este conceito abrange os esforços físicos, os cognitivos e os psicoafetivos (emocionais)

O conteúdo das respostas indica que os motivos que os levaram a trabalhar nesta função não foram afinidades ou o desejo de exercer tal cargo. Acreditamos que os estímulos de terceiros e o desejo de participar do concurso está ligado a suposta estabilidade<sup>84</sup> obtida em um cargo público. Caso não houvesse uma necessidade maior de estabilidade, poderiam não tomar posse no cargo, escolhendo uma outra profissão ou atividade. Porém, a segurança de um emprego formal, na era dos vínculos informais e inseguros, fez com que driblassem as características da atividade ignorando as condições do trabalho que iriam exercer.

Como afirma Luckács (1984, p.25), “no ato de trabalhar dribla-se o que é instintivo, sentimental, fazendo com que nasça o predomínio do consciente sobre o instintivo”. O instinto não nos deixa ponderar, escolher, ele se move pelo imediatismo. Na lógica imediatista, optar por um emprego com carteira assinada diante da insegurança que atravessa as relações de trabalho é questão de sobrevivência. É desta forma que reafirmamos que o ato de trabalhar, atualmente, possui determinações sociais que levam os homens a modificar projetos de vida e conseqüentemente se transformarem, quando optam por empregos os quais desconhece a natureza do processo de trabalho para buscar uma melhor sobrevivência.

O entrevistado 1 consegue ver no trabalho de agente de portaria o contato com o público como algo positivo, sendo entre os abordados, o que mais possui satisfação e prazer no exercício da atividade, não apresentando queixas. Ressaltamos que ele reside sozinho e também possui outra profissão, além de gostar de atendimento ao público, fatores que parecem contribuir para que se sinta mais satisfeito no trabalho. Os agentes de portaria também identificaram pontos positivos e negativos em seu trabalho :

**“Em todos os aspectos [pontos positivos], primeiro lidar com o público, acho que tem , porque o teatro do Adamastor é grande, tem várias salas ocupadas, outra de arte é importante indicar para ele, né. Durante o dia e à noite, é importante ter gente (...) a gente tá lá para fazer uma coisa útil, que é defender o patrimônio da escola, da Prefeitura, de tudo. Já de ponto negativo alguns lugares, são poucos, as pessoas falam que tem pouco apoio para gente. Acham que a gente é um qualquer, quer fazer a gente de empregado, não é esta a nossa**

---

<sup>84</sup> Como já dizemos, as pessoas demonstram desconhecer que a Proguaru S.A. tem regime CLT o que não garante um vínculo de emprego eterno. Porém, por ter concursos para admissão, acreditam que não podem ser demitidos

**função. Este é o ponto negativo a própria direção da escola não dá muito apoio”. (Entrevistado 1)**

**“Acho que não tem nada [ponto positivo] porque é um serviço que você não aprende nada. De negativo a isso é você fica ocioso, sei lá você ficar parado. Você se sente inútil, aqui não tem ninguém, é muito chato” (Entrevistado 2)**

**“Tem sim [pontos positivos] embora seja um trabalho que, tipo o agente de portaria é visto como vagabundo, porque não faz nada fica abrindo e fechando portão, mas ele controla entrada e saída das pessoas. Ele dá uma retaguarda para professora, para todo mundo que está na escola. Acho que a figura do agente de portaria por si só já inibe, assim fica notória que a presença da pessoa no espaço público ta ali é segurança, cuida, zela pelo patrimônio. Já de ponto negativo valoriza-se muito o patrimônio e não valoriza o homem. Você ficou sabendo quando deixaram um agente de portaria quase morto na região dos Pimentas, ficou com seqüelas, né (...) sei lá acho que no final das contas o patrimônio fala mais alto.” (Entrevistado 3)**

**“[de ponto positivo] Não tinha chefe só de vez em quando, trabalhava um dia sim, um dia não, outro folgava, de ponto negativo não tem arma, não tem colete não tem capacete, não tem nada de segurança” (Entrevistado 4)**

Os entrevistados demonstram reconhecer a importância social da profissão, apesar de apontarem que socialmente há uma desvalorização do cargo. A atividade monótona e “parada” vista como leve parece encobrir o desgaste mental e também necessidade social que este trabalho implica.

Pontuamos que a sociedade possui a crença de que somente trabalho que dependem desgaste físico é cansativo e também necessário, logo atividades como as dos agentes de portaria são vistas como desnecessárias e fáceis de exercer, desconhecendo os riscos e a importância que comporta como explicitado neste trabalho. A entrevistada do sexo feminino declara não aprender nada com o cargo, evidenciando também que desconhece o objetivo pelo qual exerce a profissão, postura que condiz com a monotonia da qual compartilham.

Acreditamos que enquanto mais uma atividade se difere daquilo que desejamos, dos nossos objetivos, do nosso potencial, maior dificuldade teremos em exercê-la. Fazer o que gosta envolve as pessoas, as compromete. O trabalho é a realização pessoal, elemento central da sociabilidade. Mesmo dentro da ordem capitalista, existem pessoas que encontram sentido para as atividades que desempenham, como observamos o entrevistado 1, que demonstra satisfeito com o trabalho que exerce. Quanto menor a identificação do indivíduo com o processo de trabalho que desenvolve maior também pode ser o desgaste causado.

**“Quem trabalha deseja necessariamente o sucesso de sua atividade. No entanto, ele só pode obtê-lo quando tanto na posição do fim, quanto na escolha dos meios, está permanentemente voltado para capturar o objetivo ser em si de tudo aquilo que se relaciona com o trabalho e para comporta-se em relação aos fins e aos meios de maneira adequada ao seu ser em si.” (Luckács, 1984, p.74)**

No caso dos agentes noturnos, pela própria fragmentação e isolamento que permeiam a atividade, mais presente é a relação dos seres humanos com as coisas. A relação no trabalho se dá com um objeto, ora a capacidade pessoal parece desaparecer, uma vez que para muitos zelar pelo patrimônio, à noite, parece algo vazio, sem interação e sem sentido. O patrimônio não tem vida, é uma relação fantasmagórica, conforme cita Antunes (2000b) “reificada” quando “Na vigência do valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma em uma relação social entre as coisas” (Marx, 1980, pág 71).

**“A atividade produtiva dominada pela fragmentação e isolamento capitalista, na qual os homens são atomizados, não realiza adequadamente sua função de mediação entre homem e a natureza, reificando e coisificando o homem e suas relações. Em lugar da consciência de ser social livre e emancipado, tem-se o culto da privacidade, a idealização do indivíduo tomado abstratamente.” (Mészáros, 2005, p.76)**

Os entrevistados também apontaram os pontos positivos e negativos de qualquer trabalho:

**“Sentir útil, fazer alguma coisa, porque todo trabalho é digno, porque cada trabalho tem um perfil então você tem que gostar daquilo que você tá fazendo, sentir que está fazendo alguma coisa para alguém, entendeu? Eu sinto que eu sou útil. Quando estou trabalhando, vou estar informando alguma coisa, é bom, se estou em outro posto lá, estou para cuidar do patrimônio, que eu estou sempre de olho, para ver se tem alguém tentando entrar. Então é ser útil e segundo plano ganhar dinheiro, porque hoje em dia para se ganhar dinheiro é difícil mesmo. O ponto negativo é quando a pessoa trabalha naquilo que não gosta (...). Infelizmente, no Brasil, 90% das pessoas, acho que estou exagerando, 60% das pessoas trabalham para ganhar dinheiro. Se eu trabalhasse só na Proguaru ficaria 50% satisfeito, mas vou atrás dos outros 50%, que me completa com a comunicação, fazendo trabalho fora, fazendo trabalho em loja, fazendo propaganda, então, isto me completa. Então eu acho que isto é um detalhe que as pessoas precisam ver, vamos supor que ela quer ser um ator, mas não consegue, aí ela trabalha de pedreiro, mas saí, vai fazer um teatro, então ela trabalha numa advocacia, dá para escrever. Então, dá para se completar naquilo que a pessoa gosta, faz um artesanato, é uma coisa importante”. (Entrevistado 1)**

**“Eu acho que a gente tem que ter um bom companheirismo com os colegas, porque afinal de contas são 12 horas ou são 8 horas da sua**

**vida que você está ali dentro, durante 5 dias da semana e você tem que saber chegar e sair. Ponto negativo é cobrança...muita cobrança, pegação no pé, serviço demais para uma pessoa e depois eles vão te cobrar por aquilo, isto é muito chato". (Entrevistado 2)**

**"Sei lá, não sei te dizer isto, acho que é a valorização da pessoa, ter seu trabalho reconhecido, mas no serviço público isto não acontece, ter seu trabalho reconhecido. Ponto negativo falta plano de carreira, de valorização do empregado, uma diferenciação daquele que está entrando agora. Acho que falta no serviço público esta valorização que não tem. Todas as prefeituras são assim, não é só aqui não, todas elas." (Entrevistado 3)**

**"Trabalhar é bom porque desenvolve sua vida para o futuro, pode comprar o de melhor para sua família, pode comprar carro, casa e juntar dinheiro. De negativo, se machucar" (Entrevistado 4)**

Observamos que no sentido do trabalho a questão do se sentir útil, do se valorizar, da sociabilidade e de conseguir bens para viver com a família se colocam como conseqüência positiva de seu exercício, porém situações peculiares a sua mercantilização são apontadas como pontos negativos de exercê-lo. Dentre tais características, destacamos, conforme citados pelos entrevistados, as cobranças, a desvalorização daquele que exerce a função por mais tempo nos serviço público e o acidente de trabalho.

Na verdade, no caso dos agentes de portaria, mesmo sendo um trabalho exercido em situações que classificaríamos como precárias e alienantes, é responsável por sua humanização<sup>85</sup> e, apesar de pontos negativos apontados, é de grande importância para sua reprodução social. Negarmos que não possui, mesmo que de forma sutil, sentidos de liberdade seria negar sua essência heterodoxa. Enfatizamos que a liberdade consiste na escolha entre possibilidades. A partir da escolha de um determinado tipo de trabalho, os indivíduos operam mudanças que influem no seu intercâmbio com os demais seres sociais, influenciando nas ações e decisões humanas, mesmo que esta escolha seja condicionada por nexos causais que fogem de seu controle.

**"É fácil ver como a vida cotidiana, antes de tudo, coloca freqüentemente alternativas que parecem de modo imprevisto, para as quais se deve responder imediatamente, sob o risco da destruição. Neste caso o caráter essencial da alternativa é que se trata de uma decisão a ser tomada ignorando a maioria dos componentes presentes**

---

<sup>85</sup>Luckács (1984) que o trabalho em seu sentido mais genérico e abstrato cômoo valor de uso, é expressão de uma relação metabólica entre o homem e a natureza. Nas formas mais desenvolvidas de práxis social, além desta relação do homem com a natureza, desenvolve relação com outros seres sociais "práxis social interativa" o que independe do valor de troca.

**na situação, bem como suas conseqüências. Mas mesmo aqui existe um mínimo de liberdade na decisão; aqui, também, existe ainda uma alternativa.” (Luckács, 1984, p.65)**

O trabalhar atribui sentido a vida das pessoas, todavia, observamos nos entrevistados que aquele que se diz 50% feliz no trabalho, busca um sentido em sua vida também fora do trabalho, realizando afazeres artísticos. Uma vida “cheia de sentido não está somente no trabalho” <sup>86</sup>, mesmo sendo sua primeira instância de socialização do homem, práxis primária. Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação e o tempo de liberdade têm um significado muito especial.

Quando o trabalho se torna autodeterminado, autônomo, livre e, por isso, dotado de um sentido, será também por meio da arte, da poesia, da pintura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá humanizar e se emancipar em seu sentido profundo. Prova que este funcionário que utiliza de maneira prazerosa e criativa seu tempo livre é o único que se sente realizado em sua vida laboral.

Porém mesmo que mediante as queixas, ao serem perguntados se são felizes no trabalho, os entrevistados nos deram a seguinte resposta:

**“Sou sim, porque é um trabalho que eu gosto. Gosto de trabalhar com o público e, mesmo quando não tem público, é um serviço agradável” (Entrevistado 1)**

**“Procuro me entregar a aquilo que estou fazendo, mesmo não sendo aquilo que eu quero eu sou sim, de certa forma, estudo sou sim” (Entrevistada 2)**

**“Olha, eu não tenho do que me queixar eu encontro motivação, pois sempre me dou bem com as pessoas... Acho que a motivação está aí no relacionamento das pessoas que vou conviver, aí está a motivação. Se eu vendesse os produtos da Bauducco ganhava mais dinheiro, mas a estabilidade, a segurança, registro em carteira, longe de ser uma coisa, mas ajuda. (Entrevistado 3)”**

**“Eu era feliz sim quando trabalhava, agora... [se referindo ao acidente que o incapacitou]...” (Entrevistado 4)**

---

<sup>86</sup> Para uma visão diferente sobre o tema trabalho, o livro *Direito à Preguiça* do genro de Marx. Lafargue (2003) defende que os trabalhadores foram pervertidos pelo dogma do trabalho, idéia esta criada pelo capitalista e por eles apropriadas. Tal principio o leva a sujeição dos mesmo ao sistema. Desta forma, se tornam escravos e mantedores desta ordem, trabalham para produzir mercadorias e para consumi-las, logo defende que, ao invés do direito ao trabalho, o trabalhador deveria lutar por direito à preguiça, que se obriga a trabalhar 3 horas por dia e enrolar e se divertir o resto do dia.

Como diz Gonzaguinha “sem o trabalho o homem não tem honra”. Assim, uns se dizem felizes pela segurança de ser um funcionário público. Mesmo trabalhando pelo regime CLT, perseguem uma certa estabilidade. Estabilidade que tem importância primordial nos dias de hoje, o que parece se remeter a ter um salário mensal, como o qual se pode contar e ter acesso a benefícios. Outro entrevistado afirma ter afinidade com a atividade, porque se identifica com seus propósitos de vida e outra porque vê o trabalho como entrega, mesmo sendo algo que não gosta muito, logo procuram estratégias para dominar o descontentamento. E finalmente, o último entrevistado que está afastado do trabalho, ressalta que devido a sua incapacidade não pode mais exercê-lo, porém, coloca que anteriormente era feliz concluindo a falta que o ato de trabalhar o faz.

**“A questão central das transformações no interior do homem consiste em atingir um controle consciente sobre si mesmo. Não somente o fim existe na consciência antes da realização material; essa estrutura dinâmica do trabalho também se estende a cada movimento individual. O homem que trabalha deve planejar cada momento com antecedência e permanentemente conferir a realização de seus planos, crítica e conscientemente, se pretende obter no seu trabalho um resultado concreto o melhor possível. Esse domínio do corpo humano pela consciência, isto é, dos hábitos, instintos emoções etc...; é um requisito básico até no trabalho mais primitivo, e deve dar uma marca decisiva da representação que o homem forma de si mesmo.” (Luckács, 1984, p.77)**

Sabemos que cada ato laborativo tem sua gênese no teleológico. Assim, nenhum trabalho seria possível se não contasse com a subjetividade humana. Apesar da necessidade falar mais alto no exercício da função de agente de portaria, cada um busca um objetivo claro que é além do reino da necessidade, o que os garantem algumas satisfações pessoais e o que os levam a continuar na profissão.

Portanto, mesmo no capitalismo, a vida cotidiana pode não se restringir ao domínio de uma vida alienada, sendo um palco onde pode despontar a alienação e a desalienação. A subjetividade é inseparável do universo laborativo. Finalmente, concordamos com a citação de Antunes (2010) em sua <sup>87</sup>aula no Programa de Pós-graduação em Serviço Social: “todo trabalho, mesmo no capitalismo, apresenta coágulos de liberdade”.

---

<sup>87</sup> Antunes (2010). ATP Metamorfoses no mundo do trabalho e sua nova morfologia

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para elaboração desta dissertação, partimos da hipótese de que a escolha do trabalho noturno e monótono é condicionada pelas relações sociais de produção na era globalizada e se constitui como um trabalho precário causador de desgaste ao atingir as condições de vida e de saúde de quem o exerce.

Conseguimos identificar nas respostas dos agentes de portaria que a escolha da função não se relaciona ao fato dos entrevistados terem afinidade e desejo de exercê-la. Ela é estimulada, principalmente, pela busca por maior segurança nas relações de trabalho, sendo a suposta estabilidade da Proguaru S.A, empresa de economia mista, vista como um ponto positivo no trabalho de agente de portaria. Todos abordados, quando tomaram posse, estavam fora do mercado de trabalho o que indica a influência de determinantes sociais, tais como o desemprego, em suas escolhas.

Os vínculos instáveis e o desemprego estrutural são condições originadas, do processo de globalização econômica que influencia a vivência dos indivíduos, estimulando-os a optar por profissões dentro da área pública, a fim de se inserirem no mercado formal de trabalho, o qual abrange direitos, tais como férias e 13º salário. Estes, por sua vez, são inexistentes nos vínculos informais.

Mesmo com estes direitos garantidos em lei, observamos que o processo de trabalho em questão, por ser realizado no período noturno, se torna ainda mais monótono. Desta forma estas cargas de trabalho somam-se e potencializam-se, alteram ciclo vigília-sono e leva a conseqüentes, distúrbios no ritmo biológico, podendo acarretar desgaste físico e mental.

Entendemos que o trabalho noturno e monótono é alheio à natureza humana, pois é realizado à noite mudando os ciclos circadianos. A esta característica adiciona-se monotonia, que interfere na cognição humana comprometendo o potencial de criatividade dos indivíduos, conforme as queixas dos agentes de portaria sobre a ociosidade.

Pela própria fragmentação e isolamento que permeiam a atividade, mais presente é a relação dos seres humanos com as coisas. A relação de trabalho se dá com um objeto e a capacidade pessoal parece desaparecer, uma vez que para muitos zelar pelo patrimônio à noite parece algo vazio, sem interação e sem sentido.

Além do desgaste físico e mental, o trabalho também comporta riscos de segurança, como o acidente ocorrido com o agente de portaria que hoje apresenta incapacidade para exercícios das funções diárias.

Todavia, o adicional noturno e a jornada de 12X36 são mecanismo que contribuem para opção do trabalho noturno. Mesmo diante das questões negativas reveladas em suas falas, os funcionários, quando indagados se o trabalho possui riscos, afirmam não reconhecer as conseqüências do trabalho noturno para vida e saúde, o que pode indicar alienação em relação ao processo de trabalho que desenvolvem.

A monotonia, a falta de valorização da profissão e a própria desvalorização do serviço público aparecem como pontos negativos no exercício da profissão, porém observamos que nenhum dos entrevistados apresentava um discurso que aponte estratégias por melhoria das condições de trabalho e de articulação para mudar tal realidade. Apesar de serem filiados ao Stap, os funcionários desconhecem sua atuação.

Pontuamos que esta realidade pode estar ligada tanto à fragilização e ao descrédito com o movimento sindical como também à desmobilização dos trabalhadores, que observam suas carências e dificuldades como individuais sem condicioná-las a uma demanda coletiva. Este individualismo também representa uma característica do capitalismo.

O fato do trabalho ser realizado isoladamente, não tendo contato direto com pessoas da própria profissão, também contribui para que descreditem do potencial da classe trabalhadora para reivindicar direitos.

Os salários e benefícios da empresa são vistos como um valor muito abaixo do necessário para sobreviver, motivos pelo qual muitos possuem outros vínculos como forma de complementação de renda. A jornada 12x36 possibilita tal duplicidade e também reforça a continuidade na profissão de agente de portaria.

Acreditamos que muitas das profissões ligadas ao serviço público passam pela mesma situação de baixa remuneração e condições de trabalho desfavoráveis, já que não estão ligadas diretamente à reprodução do capital e à geração de mais valia, o que potencializa a desvalorização de alguns tipos de trabalho. Ressaltamos que as relações com as chefias se apresentam também como um ponto positivo para se trabalhar como agente de portaria, visto que não se apresentarem queixas quanto aos superiores.

Mesmo mediante a todas estas situações pontuadas acreditamos que o mais importante para estas pessoas não é trabalhar como agente de portaria, mas trabalhar. Observamos que o sentido do trabalho, a questão do se sentir útil, do se valorizar enquanto ser humano, da sociabilidade e de conseguir bens para viver com a família são pontos que contribuem para que permaneçam no cargo. As melhores condições de vida e os projetos pessoais estão diretamente ligados ao trabalho, o qual se mostra como indissociável da existência humana.

Portanto, corroboramos a idéia de que o ato de trabalhar é necessário à reprodução do indivíduo não somente como trabalhador, mas como homem que tem necessidade de se sentir útil e se sociabilizar. O trabalho é uma atividade teleológica através da qual se personifica intenções e projetos.

Consideramos que o trabalho é um misto entre as obrigações determinadas pelo capital, mas que contraditoriamente faz com que as pessoas se sintam úteis, sem sua presença elas parecem se tornar infelizes, como observamos o agente de portaria, vítima do acidente, que afirmou ser feliz no trabalho anteriormente. Negar esta situação e a complexidade heterodoxa que é o ato de trabalhar seria para nós fugir da realidade perceptível no discurso dos entrevistados.

Em relação ao serviço social vemos a necessidade de uma postura que supere o que é somente demandado pela instituição. Acreditamos que atuar somente no RH, com benefícios, leva os profissionais do serviço social a realizarem uma intervenção restrita e fragmentada, não dando conta da totalidade que abrange as relações de trabalho no mundo do capital.

A área de saúde do trabalhador deve ser assumida em articulação a um trabalho com equipe interdisciplinar, categorias como trabalho, desgaste e carga<sup>88</sup> podem ser vislumbradas como mediações necessárias para compreender tal realidade.

No que se refere à saúde do trabalhador, a saúde mental e trabalho é um campo novo para o serviço social, que muito pode ser ampliado na perspectiva de consolidação de direitos para classe trabalhadora. Não podemos perder de vista o cotidiano dos sujeitos e como afirma Netto (1981) 'sua heterogeneidade ontológica', manipulando as variáveis a fim de entender a realidade e depois propor mudanças.

Assim tentamos durante nossa atuação na Proguaru S.A., durante 7 anos, não recusar as tarefas a nós atribuídas, porém tentamos imprimir às mesmas uma direção ético e política diferenciada, buscando que nossos projetos se comprometessem com a saúde e segurança do trabalhador. Concomitantemente a empresa, apesar de ter em muitos momentos uma visão assistencialista da relação entre serviço social e trabalhador, nos concedeu espaço, o que contribui para a implantação de muitas estratégias por nós elaboradas, que primavam pelas perspectivas do direito.

Temos a convicção de que problematizar sobre o trabalho noturno e monótono e colocá-lo na pautas das investigações acadêmicas é contribuir para o enfrentamento de tal questão e do desgaste por este causado. Porém as

---

<sup>88</sup> Foi muito difícil achar bibliografia sobre serviço social e saúde do trabalhador, logo nos baseamos nas obras de Freire (1995), que utiliza como referências Laurell e Noriega (1989) a fim de compreender criticamente as relações de trabalho e saúde, assumindo como categoria desgaste e carga. Os referências Marxista sobre o processo de trabalho são de grande importância a fim de proporcionar uma visão de totalidade das questões referentes à saúde.

intervenções em suas conseqüências deve se dar tanto no nível micro, dentro ambiente de trabalho, como, no nível macro através de políticas públicas.

Poderíamos, neste momento, falar sobre a superação da ordem capitalista, visto que tal modo de produção é um dos grandes responsáveis pela implantação deste tipo de trabalho. Porém antes das pessoas lutarem por um sistema mais igualitário, precisam ter consciência da precariedade que estão submetidas. O caminho para o possível discernimento deve desvelar a idéia de que podemos exercer qualquer tipo de trabalho, em quaisquer condições, sem a mínima proteção.

Dentro desta premissa, pensamos ser necessário programas que orientem os funcionários sobre os malefícios do trabalho noturno, medidas que os estimulem a lutar por melhorias de condições de vida e de trabalho para que possam exercer a profissão consciente e os levem a compreender sua relação com o processo de trabalho. O trabalho interdisciplinar, incluindo a capacitação política das CIPAS sobre o assunto, pode ser um caminho possível.

Fischer (1989) apontou algumas propostas dos sindicatos da Alemanha, que poderiam, ao menos, amenizar os desgastes sofridos para quem trabalhe em turno (incluindo os noturnos) como os agentes de portaria. Dentre estas indica "Limitação para 20 anos do tempo trabalhado em turnos e redução do tempo anual de trabalho em turno através da introdução de turnos livres adicionais ou extensão do período de férias, e também redução da jornada diária para quem trabalha em turnos". Além destas estratégias informa a necessidade de medida preventiva dentro da própria empresa:

**"Exames preventivos especiais de saúde antes da aceitação dos turnos, intervalos regulares durante sua duração; Tratamento preventivo para os trabalhadores em turno a cada três, quatro anos; Controle epidemiológico e estatístico dos efeitos."** (Fischer, 1989, p.79)

A questão da dupla jornada do trabalho sofrida pelas mulheres que trabalham à noite também deve ser repensada, uma vez que possuem maiores atribuições no ambiente doméstico, e que parecem permanecer mais tempo acordadas que os profissionais do sexo masculino.

Somente o aumento do salário base, através dos adicionais noturnos, podem até ser considerados uma conquista, porém não evitam as conseqüências que esta jornada pode causar. A legislação brasileira e as leis de proteção ao trabalho mercantilizam os riscos, banalizando suas conseqüências.

A modificação desta realidade e sua visibilidade precisam ser construídas, articuladas por sindicatos, trabalhadores e equipes multiprofissionais em cada espaço ocupacional. Esta articulação se faz necessária, uma vez que não só o trabalho noturno, mas muitos outros dentro do capitalismo não respeitam a natureza humana.

Portanto, mesmo não sendo corujas nem morcegos e não tendo estrutura fisiológica para trabalhar neste período, muitos homens e mulheres enfrentam a solidão e os riscos da noite, como os agentes de portaria.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBARNOZ, Suzana. **O que é trabalho?** coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.09-23.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**, ensaios sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000b.

\_\_\_\_\_. **A crise e o êxodo da sociedade salarial**. In: cadernos de ihu em formação, a crise da sociedade do trabalho. São Leopoldo: Unisinos,, n. 5, p 22-33, 2005.

\_\_\_\_\_. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Editora Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **ATP Metamorfoses no mundo do trabalho e sua nova morfologia** Abril/maio 2010. Programa de Pós Graduação em serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo.

ALVES, Giovani. **O novo e precário mundo do trabalho, reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Condição de proletariedade**. São Paulo: Editora Práxis, 2009.

**A Vida Noturna**. Revista Super Interessante. São paulo, 1989. Disponível em: <<http://superinteressante.com.br/superarquivos/1989>>. Acesso em 27/07/2010.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética fundamentos sócio históricos**. São Paulo: Vozes, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Capítulo II, dos direitos sociais. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/principal.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/principal.htm) >. Acesso em 05/08/2010.

BRASIL. **Decreto lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das leis do trabalho**. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em 05/08/2010.

CAMPOS, Walter César Ribeiro. **Trabalho decente na América Latina e no Brasil: estratégias e considerações filosóficas**. In: CAMPOS, Walter César Ribeiro e Silva & BONFIM, Eduardo. Trabalho e saúde tópicos para reflexão e debate. São Paulo: Diesat, 2006.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. In Desigualdade e questão social. São Paulo: Educ, 2000.

CAZUZA. **Ideologia**, Álbum Ideologia. São Paulo: Universal Music, 1988. Cd ideologia. Cd 60min.

CESAR, Mônica de Jesus. **A experiência do serviço social nas empresas. Capacitação em serviço social e políticas sociais**. Brasília: UNB, 1999, P.167-180.

COHEN, David; CID, Thiago. **Dá pra ser feliz no trabalho?**. Revista Época nº582, julho de 2009. São Paulo: Editora Globo.

DEJOURS, Christopher. **A loucura do trabalho**. Estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

FARIAS, Márcia Helena de Lima. **Trabalho e sofrimento**. Vivência dos trabalhadores usuários de álcool e outras drogas na Cptm. 2004. Tese (Doutorado

de Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Pontifca Universidade Católica de São Paulo.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Direitos humanos e cidadania faz bem.** In: CAMPOS, Walter César Ribeiro e Silva & BONFIM, Eduardo. Trabalho e saúde tópicos para reflexão e Debate. São Paulo: Diesat, 2006.

FISCHER, Marina Frida ; RUTENFRAN, Peter Knauth. **Trabalhos em turnos e noturnos.** São Paulo: Cebes- Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_ ; MORENO, Claudia Roberta de Castro; RETENBERG, Lúcia. **A sociedade 24 horas.** Revista Mente e cérebro disponível em [http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/a\\_sociedade\\_a\\_sociedade\\_24\\_horas](http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/a_sociedade_a_sociedade_24_horas) São Paulo:, 2008. >. Acesso em: 12 de junho de 2009.

FREIRE, Maria Lucia Barros. **A relação saúde-trabalho no contexto das relações sociopolíticas no trabalho e o Serviço Social.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVI, n. 49, 1995.

GELLERMAN, W. Saul .**O problema do trabalho monótono.** Texto de RH, Curitiba, 07 maio.2008. Disponível em <[www.employer.com.br](http://www.employer.com.br)>. Acesso em 20/04/2010.

GONZAGUINHA. **Guerreiro Menino**, Álbum perfil. São Paulo: RCA Records, 2004. . Disco Compacto ( 90 minutos).

GORZ, André. **A crise e o êxodo da sociedade salarial.** In: cadernos de ihu em formação, a crise da sociedade do trabalho. São Leopoldo: Unisinos, n. 5, p. 22-33, 2005.

GUAZZELLI, Amanda. **O desvelo da vida cotidiana e o trabalho do assistente social.**2009. Dissertação (mestrado em serviço social) Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Pontifca Universidade Católica de São Paulo.

HABERMAS, Jürgen. **O Estado nação europeu frente aos desafios da**

**globalização:** o passado e o futuro da soberania e a cidadania. In: Novos estudos CEBRAP, 43. Tradução de Sérgio A. Rocha. São Paulo: Editora 34, 1995, p.143-187.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, Eric J. **As décadas de crise.** In: Era dos Extremos: o breve século XX – 1914 – 1991. São Paulo: Cia das letras, 1995. p.393-420.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social:** um estudo sobre condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **As dimensões ético políticas e teórico metodológicas no serviço social contemporâneo.** In: Maria Inês Souza Bravo et. al. (org.). Serviço social e saúde, trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **A questão social no capitalismo.** In: Temporalis, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2ª ed. Brasília: Gráfica Odisséia, ano II, n. 3, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, O. **A era do globalismo.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

LAFARGUE, Paul. **Direito à preguiça.** São Paulo: editora Claridade, 2003.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde:** trabalho e desgaste operário. São Paulo: Cebes-Hucitec, 1989.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Luckács.** Ijuí: Editora Inijuí, 2007.

LUCKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**. O trabalho: os complexos problemáticos mais importantes. Tradução de Ivo Tonet. Roma: E Riuniti, 1984.

MARX, Karl. **O capital**: a crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_ ; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MESZAROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (TRT). “**Feriados trabalhados em jornadas de 12X36 devem ser pagos em dobro**”. 18/02/2010. Disponível em <www.mg.trt.gov.br>. Acesso em 20/04/2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec - Abrasco, 1992.

MOTA, Ana Elizabeth. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e do serviço social**. In Mota, Ana Elizabeth (org). A nova fábrica de consenso. Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 1998 a, p.23-44.

\_\_\_\_\_. **O feitiço da ajuda; as determinações do serviço social na empresa**. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. **Razão, ontologia e práxis**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortêz, 1991.

\_\_\_\_\_. **Transformações societárias e serviço social** – nota para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 50, 1996.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortêz, 2008.

NEUTZLING, Inacio. **Sociedade do trabalho e sociedade sustentável**. In: cadernos de ihu em formação, a crise da sociedade do trabalho. São Leopoldo: Unisinos, ano n.1, n.5. p.2-5, 2005.

NOGUEIRA, Arnaldo, José França Mazzei. **Relações de trabalho no Setor público**. III Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia- 2005. Pontifica Universidade Católica de São Paulo: São Paulo. Disponível [www.pucsp.br/eitt/downloads/III\\_Ciclo\\_Arnaldo\\_Nogueira.pdf](http://www.pucsp.br/eitt/downloads/III_Ciclo_Arnaldo_Nogueira.pdf)>. Acesso em 08/07/2010.

PROGUARU. **Estatuto social**. Guarulhos: 1979 Disponível em [www.Proguaru.com.br](http://www.Proguaru.com.br)>. Acesso em 07/07/2010.

\_\_\_\_\_. **Entrevistas de desligamento**. Setor Psicossocial: Guarulhos, 2007-2009.

QUEIRÓZ, Maria Izaura. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: von simson (org.) Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1987.

SÁ, Janete Martins de (Org). **Serviço Social e Interdisciplinaridade. Dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar**. São Paulo: Veras, 2003.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SILVA, Edith Seligmann. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Cebes-Hucitec, 1994.

SILVA, Danilo José Viana. **O trabalho precário e suas conseqüências**, Recife, julho 2009. Disponível em < <http://www.artigonal.com/direito-artigos/o-trabalho-precario-e-as-suas-consequencias-1018371.html> >. Acesso em: 08/07/2009.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

VISÃO ADMINISTRAÇÃO. **O Agente de portaria**. Disponível em <[www.visãoadministração.com.br](http://www.visãoadministração.com.br)>. Acesso em 20/04/2010.

THOMA, Adriana da Silva. **Entre normais e anormais: invenções que tecem inclusões e exclusões das alteridades deficientes**. In: Pellanda, n. m. c.; schlünzen, e.; schlünzen, k. (orgs.). *inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

TIRIBA, Lia. **Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego**. Rio de Janeiro: 2004 Disponível <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/lia%20tn3.htm>>. Acesso em: 13 julho 2009.

VAISSMAN, Magda. **Alcoolismo no trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Rio de Janeiro: Garamound, 2004.

XAVIER, Thiago Nogueira. **As sociedades de economia mista e empresas públicas: Aspecto relevantes**. Disponível <[www.franca.unesp.br/artigos/thiago\\_nogueira.pdf](http://www.franca.unesp.br/artigos/thiago_nogueira.pdf)>. Acesso em 08/07/2010.

YASBEK, Maria Carmelita. **Globalização, precarização das relações de trabalho**

**e seguridade social.** In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.56, p.51-59, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e exclusão social:** expressões da questão social no Brasil. In: Temporalis, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2ª ed. Brasília: Gráfica Odisséia, ano II, n. 3, 2004.

ZÉ GERALDO. **Construção.** Álbum terceiro mundo. São Paulo: EMI, 1994. Cd 60min.

## ANEXO A

### ROTEIRO PARA HISTÓRIA DE VIDA TÓPICA

Nome \_\_\_\_\_  
Idade \_\_\_\_\_  
Tempo trabalhado na empresa \_\_\_\_\_  
Afastamento do trabalho \_\_\_\_\_  
Escolaridade \_\_\_\_\_  
Reside só: ou família \_\_\_\_\_

#### OBJETIVO:

1-TÓPICO HISTORIA LABORAL – Comparar o trabalho antigo com o atual

1.a Fale sobre os locais em que trabalhou

1.b Diferença entre o trabalho de agora e o de antigamente?

2-TÓPICO CONDIÇÕES DE VIDA- Observar o que o ato de trabalhar modifica na vida dos entrevistados

2.a O que trabalhar muda em sua vida

2.b Qual era seu projeto de vida no passado e como é no presente

3-TÓPICO PROCESSO DE TRABALHO – Observar a percepção que os entrevistados possuem do seu processo de trabalho

3.a Fale um pouco sobre a idéia que tem sobre seu local de trabalho (seu posto);

3.b Relação com a chefia;

3.c Benefícios da empresa;

3.d Relação com os colegas;

3.e Como organizam suas demandas;

3.f São ligados a algum sindicato.

4-TÓPICO DO PROCESSO DE TRABALHO E DESGASTE - Compreender se há indícios de desgaste na realização do trabalho

4.a Descreva como realiza seu trabalho;

4.b Descreva os motivos pelos quais escolheu o trabalho noturno;

4.c Pontos negativos e positivos do trabalho noturno;

4.d Mudou alguma coisa em sua saúde depois que começou a trabalhar a noite;

4.e Tem conhecimento que o trabalho noturno faz mal;

5-TÓPICO CENTRALIDADE DO TRABALHO – Compreender a importância do trabalho na vida dos pesquisados

5.a Pontos positivos de qualquer trabalho;

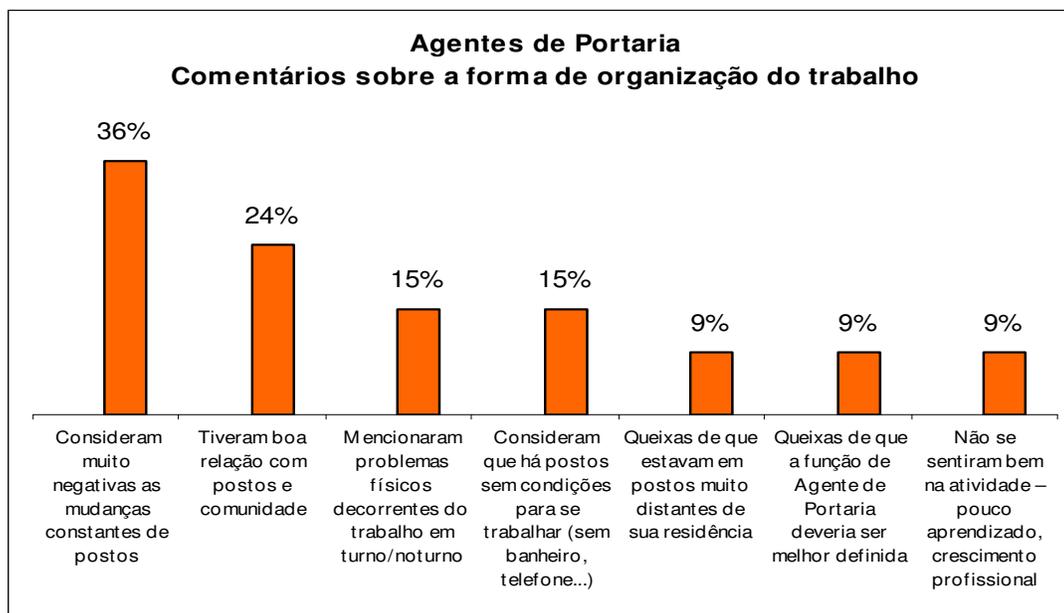
5.b Pontos negativos de qualquer trabalho;

5.c Pontos positivos do trabalho de Agente de Portaria;

5.d Você é feliz no trabalho.

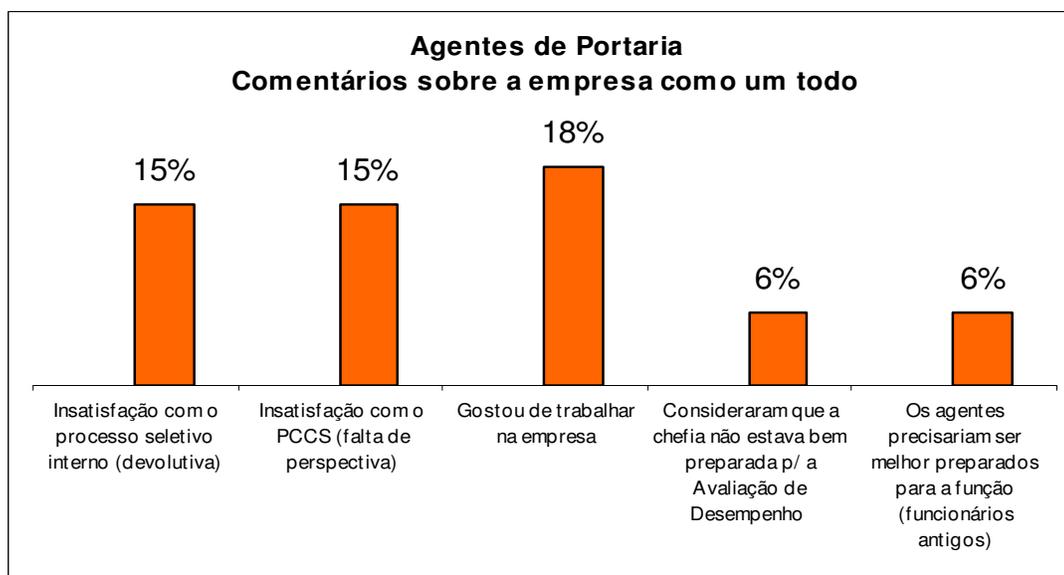
## ANEXO B

GRÁFICO 1-Levantamento com os agentes de portaria em 2007



\*Fonte: Setor psicossocial 2007

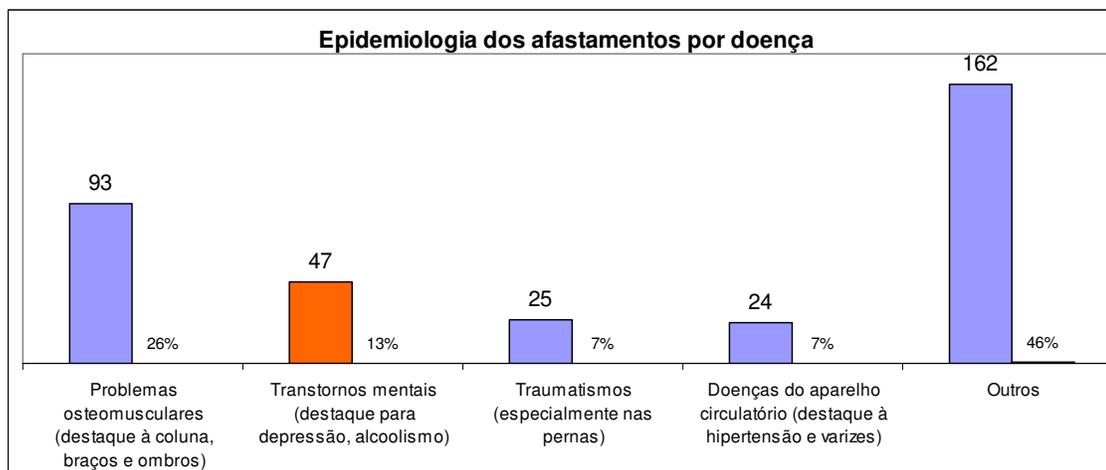
GRÁFICO 2-Levantamento com os agentes de portaria em 2007



\*Fonte: Setor psicossocial 2007

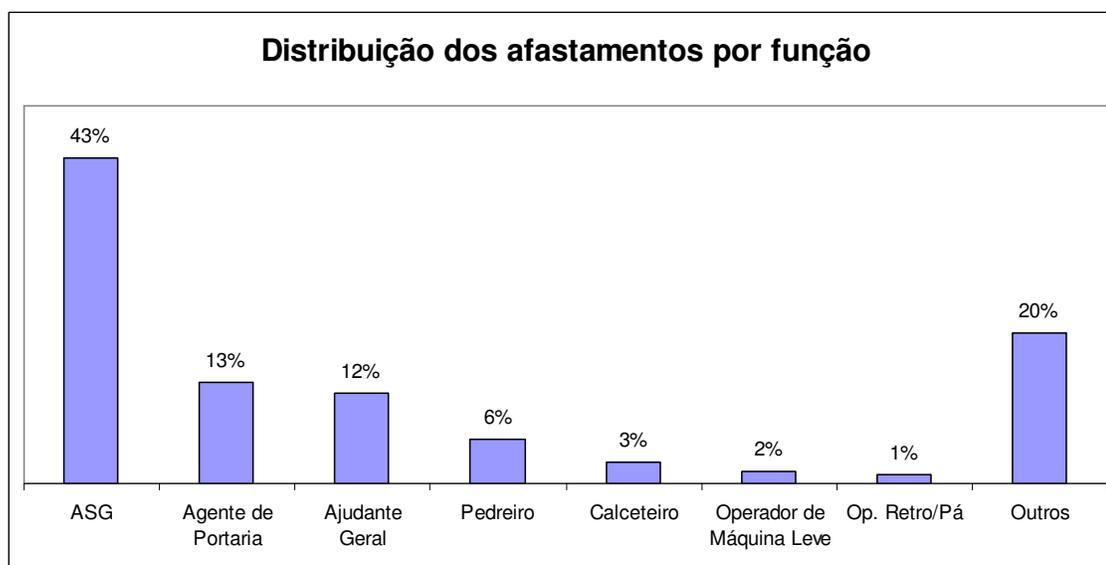
## ANEXO C

GRÁFICO 3-Afastamento por doenças em 2007



\*Fonte: Setor psicossocial e medicina do trabalho 2007

GRÁFICO 4-Afastamentos por função em 2007



\*Fonte: Setor psicossocial e medicina do trabalho 2007

## ANEXO D

TABELA 1–Desligamentos de funcionários da Proguaru S.A nos anos de 2008 e 2009

<b>Cargos</b>	<b>% de desligamentos (ano de 2008)</b>	<b>% de desligamentos (ano de 2009)</b>
ASG	15,90%	12,47%
Ag.Portaria	34,11%	41,67%
Assessor	4,55%	
Ass.Contábil	2,27%	
Aux. Adm.	13,65%	
Coord.	2,27%	
Desenh.	2,27%	
Eletricista	2,27%	
Eng. Elet.	2,27%	
Motorista	2,27%	4,17%
Orientador	4,54%	
Programador	2,27%	
Vigia	6,82%	4,17%
Pedreiro		4,17%
Ajudante		16,67%
Jardineiro		4,17%
Bloquista		4,17%
Operador de Maquina		4,17%
Operador Motoniveladora.		4,17%
Téc.Seg.Trab	4,54%	

\*Fonte: Setor Psicossocial Proguaru 2008/2009

## ANEXO E

TABELA 2- Características Específicas de Agente de Portaria (maior índice de desligamento em 2008)

SEXO		ATIVIDADES	
M	75,00%	Bom	56,25%

ESCOLARIDADE		SALÁRIO	
Médio	56,25%	Regular	43,75%

FAIXA ETÁRIA		RELAÇÃO CHEFIA	
26/35	50,00%	Bom	43,18%

TEMPO EMPRESA		RELAÇÃO COLEGAS	
menos 01 ano	50,00%	Ótimo	62,50%
02 a 05 anos	37,50%		

MOTIVO	
Outro emprego	68,75%

CONDIÇÕES TRABALHO	
Regular	50,00%

BENEFÍCIOS	
Bom	50,00%

COMUNICAÇÃO	
Bom	61,36%

\*Fonte: Setor Psicossocial Proguaru 2008

## ANEXO F

TABELA 3- Características Específicas de Agente de Portaria (maior índice de desligamento em 2009)

SEXO		ATIVIDADES	
M	100,00%	Bom	50,00%
		Ruim	

ESCOLARIDADE		SALÁRIO	
Médio	66,67%	Ruim	60,00%
Superior	33,33%		

FAIXA ETÁRIA		REL. CHEFIA	
26/35	50,00%	Bom	60,00%

TEMPO EMPRESA		REL. COLEGAS	
até 01 ano	50,00%	Bom	80,00%

MOTIVO		COND. TRAB.	
outro emprego	66,67%	Regular	50,00%

BENEFÍCIOS		COMUNICAÇÃO	
Bom	50,00%	Ruim	50,00%
Ruim	33,33%		

SUGESTÕES	
Plano de Carreira	25,00%
Salário	25,00%

\*Fonte: Setor Psicossocial 2009

## ANEXO G

TABELA 4- Atendimentos de serviço social da Proguaru no ano de 2002

Setores	Saúde %	Benefícios %	Dependência Química %	Social %	Relações de Trabalho %	Total %
DLU	3,20%	1,60%	6,40%	9,30%	4,80%	25,30%
CA	6,20%	1,60%	11,00%	3,10%	3,20%	25,10%
USINA		3,20%	8,00%	1,60%	1,60%	14,40%
Pimentas	1,60%		3,20%			4,80%
Taboão		1,60%	1,60%		1,60%	4,80%
São João			4,80%			4,80%
Bonsucesso			1,60%		1,60%	3,20%
Cumbica	1,60%			1,60%		3,20%
Cabuçu			1,60%			1,60%
Transportes		3,20%				3,20%
Topografia	1,60%	1,60%				3,20%
Outros		1,60%	1,60%	1,60%	1,60%	6,40%
Total	14,20%	14,40%	39,80%	17,20%	14,40%	100,00%

\*Fonte: Atendimentos do Setor de Serviço Social da Proguaru – ano de 2002

### Legenda

DLU (Departamento de Limpeza urbana)

CA (Controlador de Acesso) atualmente Agente de Portaria

Usina (Setor responsável por obras) Pimentas /Taboão/São João/Bonsucesso/Cumbica, Cabuçu

(Regional que desenvolve limpeza e manutenção)

Transporte (Setor de Transportes)

Topografia (Setor de Topografia)